



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XX — Nº 84

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 24 DE JUNHO DE 1965

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

SESSÃO CONJUNTA

Em 30 de junho de 1965, às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Vetos presidenciais (parciais) aos Projetos de Lei:

- 1º Nº 2.300-C/64 na Câmara e nº 225/64 no Senado, que dispõe sobre a liquidação, por acordo, das desapropriações efetuadas no Nordeste.
- 2º Nº 2.426-64 na Câmara e nº 313-64 no Senado, que fixa os vencimentos dos membros do Ministério Público Federal e do Serviço Jurídico da União e dá outras providências;
- 3º Nº 942-B/63 na Câmara e nº 236/64 no Senado, que cria Juntas de Conciliação e julgamento na 4ª Região de Justiça do Trabalho e dá outras providências;
- 4º Nº 2.200-E/64 na Câmara e nº 206/64 no Senado, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1965;
- 5º Nº 2.349-B/64 na Câmara e nº 242/64 no Senado, que dispõe sobre a elaboração e execução de Planos Quadrienais de Obras para a implantação do Plano Nacional de Viação;
- 6º Nº 617-E/59 na Câmara e nº 251/64 no Senado, que permite a consignação em folha de pagamento de mensalidades e descontos em favor da Caixa Beneficente dos Empregados da Alfândega do Rio de Janeiro.

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula	Veto	Disposição a que se refere
PRIMEIRO VETO		
1	1º	Art. 7º e seu parágrafo.
SEGUNDO VETO		
2	2º	Art. 8º e seu parágrafo.
TERCEIRO VETO		
3	3º	Art. 8º (palavras vetadas).
QUARTO VETO		
4	4º	Art. 6º (caput) — palavras vetadas. Parág. único do art. 6º.
QUINTO VETO		
5	5º	§ 2º do art. 7º (palavra vetada).
SEXTO VETO		
6	6º	Do art. 1º as palavras "até a data desta lei".
7	7º	Do art. 1º as palavras "e débitos de auxílios financeiros e outras contribuições atinentes à segurança da família."
8	8º	Do art. 1º, as palavras "concedidas pelas referidas entidades".

SESSÃO CONJUNTA

Em 1º de julho de 1965, às 10 horas

ORDEM DO DIA

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Emenda à Constituição número 4, de 1965, (C.N.) de iniciativa do Sr. Presidente da República, que torna necessária a declaração de bens para candidatos a cargos eletivos, veda e considera nulos, de pleno direito, os atos praticados nos noventa dias anteriores à data das eleições federais, estaduais e municipais e até o término do mandato do Presidente da República, dos Governadores e dos Prefeitos, de nomeação ou admissão de pessoal, contrato de obras, aquisição de equipamentos e máquinas, distribuição de fundos ou verbas globais e autorização de empréstimos.

SESSÃO CONJUNTA

Em 1º de julho de 1965, às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Vetos presidenciais (totais) aos Projetos de Lei:

- 1º Nº 2.661-B/61 na Câmara e nº 192/64 no Senado, que federaliza o Instituto Borges da Costa, ex-Instituto do Radium, no Estado de Minas Gerais;
- 2º Nº 2.569-C/61 na Câmara e nº 6/64 no Senado, que federaliza o Conservatório Dramático e Musical de São Paulo e dá outras providências;
- 3º Nº 2.570-C/61 na Câmara e nº 126/64 no Senado, que federaliza o Instituto de Música da Bahia e dá outras providências;
- 4º Nº 333-B/63 na Câmara e nº 173/64 no Senado, que isenta I Instituto de Previdência do Estado de Pernambuco de impostos e taxas federais de qualquer natureza que incidam ou venham a incidir na compra de ações da firma "Empreendimentos Santa Cruz S. A.", situada à Rua do Sol nº 143, em Recife;
- 5º Nº 2.153-B/64 na Câmara e nº 297/64 no Senado, que dispõe sobre o prazo de validade de concurso público para candidatos habilitados que estejam executivo;
- 6º 2.179-A/65 na Câmara e nº 54/65 no Senado, que fixa os valores para os símbolos dos cargos e das funções gratificadas do Quadro da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região e dá outras providências.

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula	Veto a que se refere (totalidade do projeto)
nº	
1	Primeiro
2	Segundo
3	Terceiro
4	Quarto
5	Quinto
6	Sexto

Designação da sessão conjunta para apreciação do veto presidencial

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, designa a sessão conjunta das duas Casas do Congresso Nacional a realizar-se no dia 30 de junho do ano em curso, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, para apreciação do veto presidencial ao Projeto de Lei nº 2.626-B de 1961, na Câmara e nº 79-64, no Senado, que cria a Escola Agrícola de Caconde, no Estado de São Paulo, e dá outras providências. Senado Federal, 1 de junho de 1965.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente

O Presidente do Senado Federal, de acordo com o disposto no art. 70, § 3º, da Constituição e no art. 1º, nº IV, do Regimento Comum e tendo em vista que numerosos vetos presidenciais pendem de pronunciamento do Congresso Nacional, alguns transferidos de datas anteriormente marcadas e outros recentemente recebidos, resolve:

a) convocar sessões conjuntas para os dias 1, 6, 7, 13, 14, 15, 20 e 21 de julho próximo, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados;

b) dar a essas sessões e às já convocadas para os dias 9, 10, 13, 15, 22, 23 e 30 de junho a designação constante da relação anexa.

Senado Federal, 8 de junho de 1965.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente

Vetos presidenciais a serem apreciados no período de 6 de junho a 21 de julho de 1965

Dia 6 de junho, às 21,30 horas

— Ao Projeto de Lei número 2.300-C-64, na Câmara e número 225-64, no Senado, que dispõe sobre a Equitação, por acordo, entre as apropriações creditadas no Nordeste (veto parcial);

— ao Projeto de Lei número 2.426-64, na Câmara, e número 213-64, no Senado, que fixa o vencimento dos membros do Ministério Público Federal e do Serviço Jurídico da União, e dá outras providências (veto parcial);

— ao Projeto de Lei número 2.442-B-63, na Câmara, e número 231-63, no Senado, que cria Juízes de Conciliação e Julgamento na 4ª Região da Justiça do Trabalho, e dá outras providências (veto parcial);

— ao Projeto de Lei número 2.300-B-64, na Câmara, e número 266-64, no Senado, que estampa a Receita e fixa a Dívida da União para o exercício financeiro de 1965 (veto parcial);

— Ao Projeto de Lei número 2.343-B-64, na Câmara, e número 242-64, no Senado, que dispõe sobre o embarque e embarque de Planos Quadernais de Obras para a implantação do Plano Nacional de Viação (veto parcial);

— Ao Projeto de Lei número 2.177-B-63, na Câmara, e número 231-63, no Senado, que permite a consignação em folha de pagamento de mensalidades e descontos em favor da Caixa Beneficente dos Empregados da Alfândega do Rio de Janeiro (veto parcial).

Dia 1º de julho, às 21,30 horas

— Ao Projeto de Lei número 2.661-B-61, na Câmara e número 192-64, no Senado, que federaliza o Instituto Borges da Costa, ex-Instituto do Radium, do Estado de Minas Gerais (veto total);

— ao Projeto de Lei número 2.593-61, na Câmara, e número 6-64, no Senado, que federaliza

o Conservatório Dramático e Musical de São Paulo e dá outras providências (veto total);

— ao Projeto de Lei número 2.570-B-61, na Câmara e número 125-73, no Senado, que institui o Instituto de Música da Bahia, e dá outras providências (veto total);

— ao Projeto de Lei número 333-B-63, na Câmara, e número 173-64, no Senado, que isenta o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Pernambuco de impostos e taxas federais, de qualquer natureza, que incidem ou venham a incidir na compra de ações da firma "Empreendimentos Santa Cruz S. A." situada na Rua do Sal, número 143, em Recife, Pernambuco (veto total);

— ao Projeto de Lei número 2.158-B-64, na Câmara e número 297-64, no Senado, que dispõe sobre o prazo de validade de concursos públicos para candidatos habilitados que estejam exercendo ou tenham assumido mandato legislativo ou executivo (veto total);

— ao Projeto de Lei número 2.712-A-65, na Câmara e número 54-65, no Senado, que fixa os valores para os símbolos dos cargos e das funções gratificadas do Quadro da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, e dá outras providências (veto total).

Dia 8 de junho, às 21,30 horas

— Ao Projeto de Lei número 2.272-B-61, na Câmara e número 141-63, no Senado, que concede isenção dos impostos de importação e de consumo, mantida a taxa de direito aduaneiro, para equipamentos de produção sob-brosantes e ferramentas destinadas às indústrias de filmes virgens e à produção de matérias-primas indispensáveis à sua fabricação (veto total);

— ao Projeto de Lei número 4.245-B-62, na Câmara e número 78-64, no Senado, que dispõe sobre o exercício da profissão de carregador e transportador de bagagens em portos do País, e dá outras providências (veto parcial).

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO FERREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50,
Ano	Cr\$ 94
Exterior	
Ano	Cr\$ 109,

FUNCIONARIOS

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 33,
Ano	Cr\$ 76,
Exterior	
Ano	Cr\$ 108,

— Excoetadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

Dia 7 de julho, às 21,30 horas

— Ao Projeto de Lei número 2.439-A-64, na Câmara e número 11-64, no Senado, que autoriza a cessão, à Prefeitura Municipal de Campo Grande, Mato Grosso, da área da fazenda denominada "Remonta", situada naquela Município, pertencente à União (veto total);

— ao Projeto de Lei número 1-65 (CN), que incorpora os Cursos da Campanha de Formação de Geólogos a Universidades Federais, e dá outras providências (veto parcial);

— ao Projeto de Lei número 2.626-B-61, na Câmara e número 79-64, no Senado, que cria a Escola Agrícola de Caconde, no Estado de São Paulo, e dá outras providências;

— ao Projeto de Lei número 2.251-64, na Câmara e número 243-64, no Senado, que dispõe sobre o imposto que recai sobre a renda de qualquer natureza (veto parcial).

Dia 8 de julho, às 21,30 horas

— Ao Projeto de Lei número 3.001-B-61, na Câmara e número 35-62, no Senado, que estabelece condições mínimas de conforto àqueles que trabalham em estabelecimentos comerciais (veto parcial);

— ao Projeto de Lei número 562-B-55, na Câmara e número 220-64, no Senado, que dispõe sobre a legitimação aditiva (veto parcial);

— ao Projeto de Lei número 2.636-B-65, na Câmara e número 34-65, no Senado, que concede pensão aos beneficiários dos Con-

gressistas que tiveram seus mandatos cassados, dos servidores públicos e autarquias e dos empregados de sociedades de economia mista demitidos em decorrência do Ato Institucional, e dá outras providências (veto parcial).

Dia 13 de julho, às 21,30 horas

— Ao Projeto de Lei número 2.300-64, na Câmara e número 271-64, no Senado, que dispõe sobre o imposto de consumo e reorganiza a Diretoria de Rendas Internas (veto parcial);

— ao Projeto de Lei número 22-64 (CN), que institui o Conselho Nacional de Transportes, e dá outras providências (veto parcial).

Dia 14 de julho, às 21,30 horas

— Ao Projeto de Lei número 22-64 (CN), que institui o Conselho Nacional de Transportes, e dá outras providências (veto parcial, em conclusão).

Dias 15 e 20 de julho, às 21,30 horas

— Ao Projeto de Lei número 2.322-64, na Câmara e número 247-64, no Senado, que disciplina as desapropriações para as obras de combate às secas do Nordeste (veto parcial).

Dia 21 de julho, às 21,30 horas

— ao Projeto de Lei número 1.857-C-60, na Câmara e número 163-64, no Senado, que dispõe sobre o custeio, pela União, no exercício de 1960, dos serviços públicos transferidos para o Estado da Guanabara, pela Lei número 3.752, de 14.4.1960 (veto parcial);

— ao Projeto de Lei número 926-56, na Câmara e número 139 de 1962, no Senado, que regula a profissão de Corretor de Seguros (veto parcial);

— Ao Projeto de Lei número 617-B-63, na Câmara e número 109-63, no Senado, que concede isenção de imposto de renda a Companhia Siderúrgica Nacional e das outras providências (veto total);

— ao Projeto de Lei número 2.287-B-60, na Câmara e número 7-64, no Senado, que cria uma Escola de Educação Agrícola no

Município de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais (veto total);

— ao Projeto de Lei número 362-B-64, na Câmara e número 279-64, no Senado, que dispõe sobre a fixação de coeficientes de correção monetária para os efeitos legais (veto parcial);

— ao Projeto de Lei número 3.364-B-61, na Câmara e número 116-63, no Senado, que modifica as normas processuais dos crimes previstos nos artigos 121, § 3º e 129, § 6º, do Código Penal (veto parcial)

previsto no artigo 81 do Regimento Interno, para tanto designando Escrutinador o Senhor Deputado Wilson Chedid.

Concluída a votação, apura-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Deputado Geraldo Freire .. 5 votos
Senador Menezes Pimentel .. 1 voto

Para Vice-Presidente:

Senador Edmundo Leal 5 votos
Deputado Wilson Chedid ... 1 voto

O Sr. Presidente, após agradecer a seus pares a sua eleição designa o Sr. Deputado Getúlio Moura, Relator da matéria preçua a Comissão Mista.

Nada mais havendo a tratar encerra-se a Reunião, lavrando eu, José Soares de Oliveira Filho, Secretário, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

nistro da Agricultura, Senhor Barros de Carvalho.

Justificando o projeto, declarou, na Exposição de Motivos, o ex-titular da Agricultura, que "os estabelecimentos de ensino agrícola, localizados nos meios rurais, constituem, na mente, a melhor contribuição que se pode dar, em caráter permanente e objetivo, para o progresso econômico e social das populações campestres..."

E não adiante afirmou: "Em face das reais necessidades do país, o número de estabelecimentos de ensino agrícola mantidos pela União é deficiente, não o que é fácil de constatar pela quantidade de pretendentes à matrícula das escolas desse gênero que é muito mais superior a de vagas disponíveis, anualmente."

Concluindo, assim se expressou a Exposição de Motivos: "Ao encontro desse desiderato vem, de modo inafastável, a criação da Escola Agrícola de Caconde, subordinada a uma dependência do Ensino Agrícola e Vocacional."

Convocação de sessões conjuntas para apreciação de vetos presidenciais.

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas a realizarem-se nos dias 22 e 27 de julho do ano em curso, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, conhecerem dos seguintes vetos presidenciais:

Dia 27 de julho:

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.063-D 65 na Câmara e nº 53-65 no Senado, que altera dispositivos da Lei número 3.244, de 14 de agosto de 1957, que autoriza a abertura de crédito especial e das outras providências;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.703-B 65 na Câmara e nº 62-65 no Senado, que isenta a Comissão Nacional de Alimentação, do Ministério da Saúde, do pagamento de emolumentos, taxas, pedágios, quotas e outras despesas que recaiam sobre mercadorias ou equipamentos, importados ou doados, mediante acôrdo ou convênio, com o Governo do Brasil;
- veto (total) ao Projeto de Lei nº 4.187-B 62 na Câmara e nº 123-64 no Senado, que acrescenta mais um parágrafo ao artigo 17 do Decreto-lei nº 4.014, de 13-1-1942, que regulamenta a profissão de ajudante de despachante aduaneiro.

Senado Federal, 15 de junho de 1965. — Auro Moura Andrade, Presidente.

Convocação de sessão conjunta para apreciação de vetos presidenciais

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional, para em sessão conjunta a realizar-se no dia 28 de julho do ano em curso às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, conhecerem dos seguintes vetos presidenciais:

- veto (parcial) ao projeto de lei nº 2.640-E-65, na Câmara, e número 35-65, no Senado, que dispõe sobre o seguro de crédito à exportação e das outras providências;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.860-B-65, na Câmara, e número 46-65, no Senado, que isenta de impostos de importação e outras contribuições fiscais os bens adquiridos, mediante doação, pelas instituições que se dedicam, sem finalidade lucrativa, à prestação de assistência médico-hospitalar;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.291-F-61, na Câmara, e número 281-64, no Senado, que dispõe sobre o exercício da profissão de Publicitário e de Agenciador de Propaganda e das outras providências.

Senado Federal, 22 de junho de 1965. — Auro Moura Andrade, Presidente.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de apreciar o Veto Total do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 1964 (nº 2.626-B-61 — na Câmara) que cria a Escola Agrícola Caconde, no Estado de São Paulo, e das outras providências.

1ª REUNIÃO DE INSTALAÇÃO, REALIZADA EM 21 DE JUNHO DE 1965

As 14 horas do dia vinte e um de junho de mil novecentos e sessenta e cinco, na Sala das Comissões do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Menezes Pimentel, Edmundo

de Levi e Padre Calazans e os Senhores Deputados Getúlio Moura, Wilson Chedid e Geraldo Freire, reúne-se a Comissão Mista incumbida de apreciar o Veto Total do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 1964 (nº 2.626-B-61 — na Câmara) que cria a Escola Agrícola de Caconde, no Estado de São Paulo, e das outras providências.

Em obediência ao preceito Regimento assume a Presidência o Sr. Senador Menezes Pimentel que, declarando instalada a Comissão Mista, determina seja procedida a eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, através escrutínio secreto, por cédulas uninominais,

2ª REUNIÃO REALIZADA EM 22 DE JUNHO DE 1965

As 16 horas do dia vinte e dois de junho de mil novecentos e sessenta e cinco, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Sr. Deputado Geraldo Freire, Presidente, presentes os Srs. Senadores Menezes Pimentel, Edmundo de Levi e Padre Calazans e os Srs. Deputados Getúlio Moura e Wilson Chedid reúne-se a Comissão Mista incumbida de apreciar o Veto Total do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 1964 (nº 2.626-B-61 — na Câmara) que cria a Escola Agrícola de Caconde, no Estado de São Paulo, e das outras providências.

Iniciando os trabalhos, o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Deputado Getúlio Moura que, na qualidade de Relator, tem considerações substanciadas em Relatório circunstanciando a origem e tramitação da matéria nas duas Casas do Congresso Nacional, bem como as razões nas quais se fundamentou o Sr. Presidente da República para, no uso de suas atribuições Constitucionais, após seu Veto ao processado em tela.

Em discussão, não havendo quem mais deseje fazer uso da palavra, o Sr. Presidente determina seja assinado o Relatório.

E nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião, lavrando eu, José Soares de Oliveira Filho, Secretário a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

RELATÓRIO

Nº 53, de 1965

Da Comissão Mista incumbida de relatar o veto ao Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 1964 (nº 2.626-B-61, na Câmara), que cria a Escola Agrícola de Caconde, no Estado de São Paulo e das outras providências.

Relator: Sr. Deputado Getúlio Moura.

O Sr. Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 70, § 1º e 87, II, da Constituição Federal, negou sanção ao Projeto de Lei da Câmara nº 2.626-B-61 (no Senado nº 79-64), que cria a Escola Agrícola de Caconde, no Estado de São Paulo, e das outras providências, por considerá-lo contrário aos interesses nacionais.

ORIGEM DO PROJETO

O Projeto, totalmente vetado, é originário do Poder Executivo que o submeteu, em 1961, à consideração do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos do então Mi-

TRAMITAÇÃO DO PROJETO NO CONGRESSO NACIONAL

Na Câmara dos Deputados, a proposta foi apreciada, inicialmente, pela Comissão de Economia, que a aprovou por unanimidade.

A Comissão de Orçamento e Finanças, após ouvir o Ministério da Agricultura, que se manifestou contrariamente ao projeto, opinou pela sua aprovação, e sugeriu emenda, elevando de vinte milhões de cruzeiros para cinquenta milhões de cruzeiros o crédito aberto, para atender às despesas com os trabalhos decorrentes da criação da referida escola.

Malgrado parecer contrário da Comissão de Finanças a essa emenda, o projeto foi com ela aprovado e enviado ao Senado Federal.

Nossa Casa do Congresso, recebeu a proposta pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça, de Educação e Cultura, de Agricultura e de Finanças.

O VETO E SUAS RAZÕES

Pela Mensagem nº 312, de 26 de maio do corrente ano, o Sr. Presidente da República comunicou haver vetado o Projeto, considerando-o contrário aos interesses nacionais, em face das seguintes razões:

"No momento em que o Governo concentra seus esforços no sentido da contenção dos gastos governamentais de consumo, a fim de reduzir o déficit orçamentário e liberar recursos públicos para aplicação em investimentos prioritários e essenciais, é inconveniente, sob o ponto de vista financeiro, a transformação em lei do projeto em apreço.

Além disso, o crédito de Cr\$ 50.000.000 (cinquenta milhões de cruzeiros) destinado à nova escola agrícola, baseia-se em estimativa de gastos feita em 1961 e 1962, por ocasião da apresentação e tramitação do projeto, estimativa essa hoje inteiramente desatualizada, em consequência da inflação. Por esse motivo, o referido crédito será insuficiente para fazer face às despesas de instalação do novo estabelecimento de ensino, que, para ser eficiente, deverá possuir prédios e equipamentos adequados à sua finalidade.

Por outro lado, o projeto não atinge seu objetivo, uma vez que cria nova escola, sem prever a criação de cargos de professores, técnicos e funcionários imprescindíveis a seu funcionamento. Dada a insuficiência de pessoal, principalmente de natureza técnica, do Ministério da Agricultura, para atender a seus atuais encargos, não está

o mesmo em condições para deslocar parte desse pessoal para o novo estabelecimento."

CONCLUSÃO

O presente veto foi aposto dentro do prazo constitucional e com fundamento em preceito na Carta Magna, ca-

bendo, agora, ao Congresso Nacional manifestar-se sobre a matéria.

Sala das Comissões, em 22 de junho de 1965. — *Geraldo Freire, Presidente.* — *Getúlio Moura, Relator.* — *Meneses Pimentel.* — *Padre Calazans.* — *Edmundo Levi.* — *Wilson Chedid.*

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou e eu, Auro de Moura Andrade, Presidente, nos termos do art. 47, nº 16, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 64, DE 1965

Torna sem efeito a nomeação de Levy Machado, Elza Corrêa do Paço e Haroldo Gueiros Bernardes para os cargos de Taquígrafo de Debates, PL-4.

Artigo único. Ficam sem efeito as nomeações de Levy Machado, Elza Corrêa do Paço e Haroldo Gueiros Bernardes para os cargos de Taquígrafo de Debates, PL-4, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, por não tomarem posse no prazo legal.

Senado Federal, em 23 de junho de 1965. — *Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal.*

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 64, da Constituição Federal, e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 32, DE 1965

Suspende a execução da alínea b, do art. 1º do Livro II do Código de Impostos e Taxas do Estado de São Paulo, por infringência aos artigos 15, inciso IV e 21 da Constituição Federal.

Art. 1º É suspensa, nos termos da decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal em sessão de 16 de junho de 1961 no Recurso Extraordinário nº 38.538, do Estado de São Paulo, a execução da alínea "b", do art. 1º, do Livro II do Código de Impostos e Taxas do mesmo Estado, por infringência aos artigos 15, inciso IV, e 21 da Constituição Federal.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 25 de março de 1965. — *Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.*

Republicada por ter saído com incorreções no DCN de 26 de março de 1965.

ATA DA 80ª SESSÃO, EM 23 DE JUNHO DE 1965

3ª Sessão Legislativa, da 5ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS. MOURA ANDRADE E CATTETE PINHEIRO

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Senhores Senadores:

Eduardo Assmar
José de Souza
Zacharias de Assumpção
Cattete Pinheiro
Eugênio Barros
Joaquim Parente
Antônio Jucá
Dix-Huit Rosado
Dinarte Mariz
Ermírio de Moraes
Hermann Torres
Dylton Costa
José Leite
Aloysio de Carvalho
Joaquim Marinho
Jefferson de Aguiar
Eurico Rezende
Raul Giuberti
Miguel Couto
Aarão Steinbruch
Afonso Arinos
Lino de Mattos
Moura Andrade
Armando Storni
Pedro Ludovico
Lopes da Costa
Bezerra Neto
Irineu Bornhausen
Antônio Carlos
Atilio Fontana
Guido Mondim
Daniel Krieger
Mem de Sá — 33.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A lista de presença acusa o comparecimento de 33 Senhores Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte:

EXPEDIENTE

Ofício nº S-2.693, de 1965, de 26 de maio do ano em curso, do Sr. K. Gottschald, Presidente do Sinodo Rio-grandense, nos seguintes termos:
Nº S-2.693-65.

São Leopoldo, 26 de maio de 1965.
Exmo. Sr.

Presidente do Senado Federal
Brasília

Senhor Presidente:

Temos a honra de informar a Vossa Exa. que o 58º Concílio do Sinodo Rio-grandense, o qual acaba de realizar-se na cidade de Pelotas, votou mensagem de saudação a esse Poder Legislativo. Na oportunidade, este conclave máximo do setor sul-rio-grandense da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil evidenciou a integração da nossa Igreja nos graves problemas que vêm assolando a nossa terra, reafirmando, ao mesmo tempo, a nossa disposição de trabalho em favor de um Brasil sempre democrático e cristão.

Respeitosamente. — *K. Gottschald, Presidente do Sinodo Rio-grandense.*

Ofício de 30 de março do corrente ano, do 2º Vice-Presidente da Câmara Municipal de Santo Angelo, no exercício da Presidência, nos seguintes termos:

Santo Angelo, 30 de março de 1965.
Exmo. Sr. Dr. Auro de Moura Andrade

DD. Presidente do Senado Federal
Brasília

A Mesa da Câmara de Vereadores de Santo Angelo, tem a satisfação em levar ao conhecimento de V. Exa. e dignos pares, que na sessão ordinária hoje realizada, foi aprovado re-

querimento do vereador Dr. Orlando Sparta de Souza, com o apoio dos membros da bancada da A.D.R., apresentando felicitações aos Senhores Senadores pelo modo altamente patriótico como têm cooperado para as soluções indispensáveis dos problemas que vem afligindo de há muito o povo brasileiro.

Com os nossos respeitos, firmamos

Atenciosamente. — *Nelo Querino Bado, 2º Vice-Presidente em exercício na Presidência da Câmara.* — *Wilmir Aramis Kaercher, 1º Secretário.*

Ofício, de 26 de abril do ano em curso, do Sr. Tenente-Coronel-Aviador Nelson Pinheiro de Carvalho, como se segue:

Em 26 de abril de 1965.

Exmo. Sr. Senador Auro Moura Andrade

DD. Presidente do Senado Federal
Brasília, D.F.

Saudações:

Tenho a honra de participar a Vossa Exa. que, por designação do Excelentíssimo Senhor Ministro da Aeronáutica, assumi o cargo de Assessor Parlamentar da Aeronáutica junto ao Congresso Nacional.

Na oportunidade, comunico a Vossa Exa. que estarei ao seu inteiro dispor, para assuntos de interesse comum entre o Congresso Nacional e o Ministério da Aeronáutica, no 25º andar do Anexo do Senado Federal.

Apresento a V. Exa. os protestos da minha mais distinta consideração. — *Nelson Pinheiro de Carvalho — Tenente-Coronel-Aviador — Assessor Parlamentar da Aeronáutica.*

RESPOSTAS A PEDIDOS DE INFORMAÇÕES

I — Do Sr. Ministro Extraordinário para os Assuntos do Gabinete Civil da Presidência da República:

Of. 224/SRP/65, de 13 do mês em curso, com referência ao Requerimento nº 173-65, do Sr. Senador Vasconcellos Torres;

II — Do Sr. Ministro da Aeronáutica:

Aviso nº 15/GM-4/222-R, de 21 do mês em curso, com referência ao Requerimento nº 166-65, do Sr. Senador Vasconcellos Torres;

Aviso nº 16/GM-4/223-R, de 21 do mês em curso, com referência ao Requerimento nº 150-65, do Sr. Senador Vasconcellos Torres;

III — Do Sr. Ministro da Agricultura:

Aviso nº 397-B, de 18 do mês em curso, com referência ao Requerimento nº 100-65, do Sr. Senador Dilton Costa;

IV — Do Sr. Ministro da Saúde:

Aviso nº 35, de 15 do mês em curso, com referência ao Requerimento número 263-65, do Sr. Senador Vasconcellos Torres;

Aviso nº 38, de 18 do mês em curso, com referência ao Requerimento número 118-65, do Sr. Senador Vasconcellos Torres;

V — Do Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social:

Aviso GM/BR-831, de 21 do mês em curso, com referência ao Requerimento nº 98-65, do Sr. Senador Vasconcellos Torres.

PARECER

Nº 818, de 1965

Da Comissão de Constituição e Justiça do Projeto de Lei da Câmara nº 120-65 (nº 2.745-65, na Câmara), que institui o Código Eleitoral.

Relator: Sr. Aloysio de Carvalho.

Uma boa lei eleitoral é o ideal dos povos que escolhem como forma de vida o sistema representativo. Raro, porém, é que a lei eleitoral alcance,

na sua execução, todos os altos e nobres objetivos que a inspiraram. Isso porque não é a lei que responde pela fraude, na eleição, mas o homem, interpretando-a ou aplicando-a. E a malícia, do homem, no particular, é infinita.

Escreveu, algures, Mirilene Guetzelvick que os homens, os costumes, as tradições, os partidos, são os elementos com que se constrói a realidade democrática. A periodicidade das leis eleitorais é, destarte, uma contingência de que se não libertam, mas que todos, os povos novos, sempre em busca de soluções que aprimorem o seu regime democrático. Louvados sejam os homens públicos do Brasil, que, desde o Império, nunca se descuraram desse dever de sua atuação política. Louvados, principalmente, os que, no naufrágio das ilusões em que se converteu a revolução de 30, souberam salvar os princípios de reforma eleitoral, dentre os quais, como essenciais, o voto secreto e a Justiça Eleitoral, aquela possibilitando a ascensão aos postos do Executivo e do Legislativo de uma legítima representação popular, inclusive de correntes de opinião não comprometidas com os governos, e promovendo a Justiça Eleitoral os meios capazes para assegurar-se aos verdadeiramente eleitos a investidura nos seus mandatos, encerrando-se, de vez, o espetáculo deponente da cassação de diplomatas pelo poder político encarregado de os revalidar.

O presente Projeto de Lei, número 120, de 1965, intitulado de Código Eleitoral, assinalará, quando promulgado, o terceiro dos nossos códigos eleitorais no lapso de trinta anos. Foi o primeiro, como se sabe, o de 24 de fevereiro de 1932 (Decreto nº 21.076), responsável pela instituição, entre nós, do sistema proporcional na composição das Câmaras legislativas. Foi o segundo o de 24 de julho de 1950 (Lei nº 1.164), que aperfeiçoou o anterior e as leis que o complementaram, sobre ele inovando na parte em que autorizou a redistribuição das sobras eleitorais, em vez de as atribuir ao partido tornado majoritário na primeira divisão. Entre os dois códigos, uma série de leis serviu à finalidade de lhes melhorar ou facilitar a execução, sendo para ressaltar o Decreto-lei nº 7.586, de 28 de maio de 1945, onde se encontra, como fundamento da formação e registro dos partidos políticos, a condição de âmbito nacional, que a Constituição de 1946 depois consagrou.

Após o código de 1950, e até esta data, várias outras leis, esparsas, vieram consolidando as conquistas, como a do voto secreto, a da Justiça Eleitoral, a da representação proporcional, a dos partidos nacionais, as quais se juntou, por fim, através da Lei nº 2.582, de 20 de agosto de 1955, a cédula única de votação, ou cédula oficial. Podemos, em verdade, condensar nessas cinco as características do nosso sistema eleitoral, na brilhante marcha evolutiva de 1932 a 1954. E ainda que, já agora, discordemos, intimamente, do êxito, na conjuntura brasileira, do sistema de representação proporcional (também conosco, neste particular, afina a Comissão especial de Estudos Eleitorais constituída pela Assembleia Legislativa de São Paulo, se bem que concluindo, não propriamente pela abolição, de pronto, do sistema, mas por uma revisão constitucional em que se consinta ao legislador ordinário o arbitrio de dispor num ou noutro sentido, ou seja, pela forma que lhe parecer mais conveniente), reconhecemos a imperiosidade de longo preparo da opinião do País para a adoção de outro sistema, ou a volta pura e simples ao processo do sufrágio cumulativo, em eleição por distritos, como era o sistema cujas criminosas deturpações e desrespeitos criaram, na maior parte, o clima para a revolução vitoriosa em

90. Pelo mesmo conseguinte, mudanças de posição quanto aos partidos nacionais, não mais encarando, como definitiva, na nossa federação política, a sua existência, visto que a maneira mais lógica de atender a uma federação vivamente angustiada por problemas e vicissitudes regionais de monta seria, ao contrário, moldar os partidos pelo critério desses interesses locais, confederando-os, então, no plano nacional, para a defesa dos interesses gerais. Se, ainda assim, não conseguíssemos fugir à dolorosa realidade que o professor Nestor Duarte, com tanta franqueza, acusa, considerando o nosso sistema de partidos "um conjunto de proprietários estaduais de legendas nacionais" (em 1956, numa Mesa Redonda promovida pelo Instituto de Direito Público e Ciência Política sobre o tema "Sistemas Eleitorais e Partidos Políticos"), teríamos dado, contudo, um passo para reduzir, pelo menos, a ficção de vida partidária sob que vivemos.

Cabe-nos relatar o Projeto, que adota o partido nacional e o sistema proporcional de eleição, por força, aliás, do mandamento constitucional, se nos resta o registro desse ponto de vista pessoal, nenhuma alteração, a propósito, promovendo no texto.

O presente projeto de lei foi elaborado pelo Tribunal Superior Eleitoral, por solicitação do Sr. Presidente da República, e remetido pelo Executivo à Câmara dos Deputados. Dê-se anteprojeto, a mais importante das inovações, qual a da conjugação, nas eleições para as câmaras, do sistema proporcional e do sistema distrital, pelo modelo da República Federal da Alemanha, não foi acolhida pela outra Casa do Congresso. Também assim o voto do eleitor que reside no Exterior, nas eleições para Presidente da República. Partidário, que somos, dessa extensão de voto e daquela experiência, fugimos, entretanto, de renová-las aqui, no empenho de darmos a este parecer um caráter de objetividade, quanto possível.

Também em relação a outras modificações substanciais que nos ocorreriam, aguardamos, por isso mesmo, o pronunciamento do plenário, através de emendas que sejam oferecidas nessa fase da tramitação do Projeto. Abrimos, todavia, exceção, pela sua relevância, para vários pontos, que requerem, desde já, a nossa atenção, como o da aliança de partidos, o do registro de candidatos, o da qualificação de suplentes, o dos crimes eleitorais e seu processamento etc., que todos serão examinados, a seu tempo. Antes, porém, assinalemos, ao correr do Projeto, algumas impropriedades, que nos permitimos sanar, através de emendas que passamos a justificar.

JUSTIFICAÇÃO DAS EMENDAS

Emenda nº 1

Regular a organização de direitos políticos é, *data vênia*, frase redundante. Regular é sujeitar a regras, estabelecer ordem em alguma coisa (Buarque de Holanda), o que vale dizer, ao menos para os efeitos pretendidos pelo artigo, organizar, que, por sua vez, significa, pelo mesmo vocabulário, ordenar, constituir o organismo de alguma coisa. O que um Código Eleitoral faz é regular e disciplinar o exercício dos direitos políticos, isto é, submeter esse exercício a regras, inclusive de comportamento individual ou coletivo.

Emenda nº 2

Visa a emenda a substituir a expressão condições constitucionais de elegibilidade e incompatibilidade pela de condições de elegibilidade e incompatibilidade estabelecidas na Constituição e leis complementares, isto porque a matéria, "ex-vi" da Emenda Constitucional nº 14, recentemente promulgada, deixou de ser privativa

do texto constitucional. Ressalve-se, contudo, que nosso voto, no plenário do Congresso Nacional, foi divergente da orientação agora adotada, com o que regredimos ao sistema da Constituição de 1931.

Emenda nº 3

Na disposição do ordem geral sobre a condição para ser eleitor é que deve figurar a referência a ambos os sexos, ao invés de no artigo (art. 6º) em que, afirmando-se a obrigatoriedade do alistamento e do voto, abram-se as respectivas exceções. Foi assim no art. 2º da Lei nº 48, de 1935, repetido, literalmente, pelo Decreto-lei número 7.586, de 28 de maio de 1945, ainda que em ambos os diplomas se renovasse a cláusula na disposição que firmava a obrigatoriedade do alistamento e do voto, mas isso para frisar, sem dúvida, que tanto o alistamento como o voto só eram obrigatórios, quanto ao sexo feminino, para as mulheres que exercessem função pública remunerada (expressões da lei de 1935) ou para as mulheres que exercessem profissão lucrativa (expressões da lei de 1945, mantidas na lei de 1950, ora vigente). Acontece que pelo projeto o voto feminino, como, de resto, o alistamento, são tornados obrigatórios, com as restrições que são impostas, a qualquer do sexo. Consequentemente, no artigo em que são enumerados os requisitos para ser ativamente eleitor é que deve vir a referência aos dois sexos. Ainda em consequência, sai do art. 6º do Projeto, como se verá, o expletivo em causa.

Emenda nº 4

A supressão proposta ao texto do art. 6º decorre de emenda anterior, pelo qual se fez para o art. 4º, que é o lugar próprio a transposição da referência a ambos os sexos para a condição de eleitor.

Emenda nº 5

Sugere redação mais simples. É desnecessário fazer referência a multa prevista no artigo, por isso que a exclusão de punibilidade é fixada em parágrafo, que só ao artigo de que faz parte pode reportar-se.

Emenda nº 6

Melhor redação, sem a mais leve alteração no contexto.

Emenda nº 7

Melhor disposição da matéria, passando a enunciado autônomo a parte final da letra "e" do artigo. Em consequência, é alterada a numeração das atuais letras "f", "g" e "h".

Emenda nº 8

O art. 2º, em sua parte final, e o seu § 1º contêm a mesma determinação de que, havendo em algum Estado mais de um Procurador da República, servirá o que o Procurador-Geral da República designar, prestándose o § 1º apenas para firmar o critério da rotatividade. Do artigo deve ser supressa a parte que a isso se reporta, constituindo as duas ordenações, a da designação e a da rotatividade, numa só preceito, que será o parágrafo 1º.

Emenda nº 9

Decorre da emenda anterior, em cuja justificação está expressa a razão da transposição da matéria.

Emenda nº 10

Melhor redação ao texto

Emenda nº 11

O mesmo desdobramento de matéria, quanto ao Tribunal Regional, proposto em emenda anterior, com relação ao Tribunal Superior.

Emenda nº 12

Os dois incisos falam em acúmulo funcional de serviço na justiça dist-

toral, para o efeito de requisição de funcionários federais, estaduais, ou municipais, que auxiliem as respectivas tarefas. Mas tal acúmulo é, sempre, ocasional e se, porventura se transforma em permanente ou duradouro, deixa de haver razão para o qualificativo de *ocasional*, cuja expressão, por esse motivo, a emenda propõe.

Emenda nº 13

Não há nenhuma razão para que, na hipótese prevista, o impedimento decretado não alcance os parentes do Vice-Governador e os do Vice-Prefeito, ainda que fora do exercício. Dir-se-á que vindo eles ao exercício, tornariam impedido o escrivão eleitoral seu parente. O transtorno que tal emergência poderia causar aconselha, todavia, a que se inscreva a regra do impedimento por forma preventiva e permanente.

Emenda nº 14

Reza o parágrafo único do art. 41 que nos municípios onde houver mais de uma junta eleitoral a expedição dos diplomas será feita pela que for presidida pelo juiz eleitoral mais antigo. Qual o critério para apuração dessa "antiguidade", o da investitura na justiça comum ou o da investitura na justiça eleitoral? O código a dúvida, pois os juizes de direito nomeados para a presidência das juntas eleitorais podem deixar de ser juizes eleitorais, como admite o art. 39, *in fine*, a única exigência que nesse artigo se faz é a de preencherem eles, juizes de direito, as garantias do art. 95 da Constituição Federal. Exercendo a presidência de uma junta esta o juiz desempenhando função eleitoral, embora transitória. Ao mais antigo dentre os juizes de direito presidente de junta, pouco importando a condição de juiz eleitoral permanente, é que deve, portanto, caber a incumbência da expedição dos diplomas. É prudente, pois, retirar da disposição em causa o qualificativo "eleitoral".

Emenda nº 15

A redação proposta simplifica e melhor esclarece o texto.

Emenda nº 16

Melhor redação, para positivar o dever do Tribunal de fazer a anotação na ficha dos seus arquivos da transferência de Zona eleitoral obtida pelo eleitor.

Emenda nº 17

Redação mais explícita.

Emenda nº 18

Entre as causas de cancelamento de inscrição de eleitor enumera o artigo 74, como é óbvio, a do falecimento do eleitor. Estabelecendo, nos § 3º desse mesmo artigo, a obrigação de os oficiais de registro civil fazerem ao juiz eleitoral da Zona onde servem a comunicação de tais óbitos, para o efeito de "cancelamento da inscrição", reporta-se entretanto a "cidadãos alistáveis" quando se trata de cidadãos "alistados". É a modificação introduzida pela emenda.

Emenda nº 19

Propõe para o art. 83 uma enumeração hierarquizada das eleições que se realizam simultaneamente. E substitui a expressão *Deputados Estaduais* pela de *Assembleias Legislativas dos Estados*, que é a expressão correta, com a vantagem de aí já estar incluído o Senado, se for criado, amanhã, em algum Estado. Acresce que como está redigido, o artigo se refere a eleições de Deputados Federais e Senadores, e seus suplentes, mas quando se reporta à eleição de Deputados Estaduais não fala mais em *suplente*.

Emenda nº 20

Melhor redação, que dispensa justificação, se confrontados o texto do Projeto e o da Emenda.

Emenda nº 21

Antes do critério da antiguidade da filiação partidária ou da indicação pelo partido, deve adotar-se, para a hipótese de empate em votação, o critério de exercício de mandato eletivo. Outrossim, a antiguidade não é a de "militância" no partido, como está no Projeto, mas a de "filiação partidária" menos equivocada, e aliás, a condição preconizada no artigo imediato para igual hipótese quanto a suplente. É o intuito da emenda.

Emenda nº 22

Melhor redação.

Emenda nº 23

A emenda visa a positivar que ao secretário de Mesa cabe cumprir as obrigações que lhe sejam atribuídas não somente pelo "Presidente da Mesa", o que faz presumir (talvez propriamente, mas por quem esteja, embora eventualmente, na presidência. Com a alteração, o dispositivo ajusta-se melhor ao preceito do art. 131, onde são enumeradas as atribuições do presidente da Mesa respectiva, ou de quem, em sua falta, o substituir. Entre tais atribuições insere-se a de "fiscalizar" a distribuição das somas, corrigindo possíveis irregularidades, sendo essa distribuição reservada exatamente à competência do secretário.

Emenda nº 24

O acréscimo proposto pela emenda reforça a ideia da seção em que o fiscal de partido está regularmente incluído como votante.

Emenda nº 25

Várias vezes o projeto fala em estabelecimentos onde são recolhidos doentes do mal da Hansen, não usando do vocábulo "leprosário". A emenda corrige o descuido em que o legislador incorreu aqui, utilizando um termo de que evidentemente fugiu noutras passagens.

Emenda nº 26

Declara o § 4º do art. 133 que as "credenciais expedidas pelos partidos, para os delegados e fiscais, deverão ser validadas pelo juiz eleitoral". E o § 7º que se "a credencial" apresentada ao presidente da mesa receptora não estiver autenticada na forma desse § 4º, o "fiscal" poderá funcionar perante a mesa, mas o seu voto não será admitido a não ser na seção em que o seu nome estiver incluído. Como se vê, fala-se no § 4º em credencial expedida igualmente para delegados e fiscais. Mas já no § 7º, quando se dispõe sobre o voto de tais credenciados, não mais se fala em "delegados", mas simplesmente em "fiscais". Será lógico que para as duas categorias se exija aquele "visto", mas sem ele possa votar o "delegado", não o "fiscal"? Para uniformizar a redação, que é o que nos parece certo, incorpora-se ao texto do art. 149, em que se dispõe sobre votação fora da seção a que o eleitor normalmente pertença, uma referência expressa a "delegados". Destarte, "delegados e fiscais" ficam impedidos de votar na seção onde servem, se a credencial de que são portadores não apresentar o "visto" exigido pelo § 4º do art. 133. Se aprovada esta emenda, deve acrescentar-se no § 7º do art. 135, o que poderá ser por emenda de redação, a indicação relativa, também, a "delegado".

Emenda nº 27

Consentindo ao Presidente da República votar em seção que não seja a sua esqueceu-se o Projeto de outorgar igual privilégio ao Vice-Presi-

Gente da República. Justifica-se a extensão, principalmente porque dela desfrutará, *ex vi* do disposto nos incisos IV e VI desse art. 149, o Vice-Governador e o Vice-Prefeito. Daí, a mesma.

Emenda nº 28

Com o parágrafo que se propõe, talvez desapareçam as dúvidas, que têm acarretado muitos erros e equívocos, quanto aos eleitores que, realmente, podem votar, depois das 17 horas, que é o marco do encerramento da votação. Como o exprime o art. 160, só poderão votar, em tal circunstância, os eleitores que, presentes a seção, àquela hora, fizerem entrega à Mesa dos seus títulos, recebendo, em troca, as senhas para votação. Quem chegar depois daquela hora, não mais poderá votar, ainda que a votação geral não esteja concluída. A emenda busca estabelecer a regra em termos inequívocos, ressaltando, naturalmente, exceções que esta lei porventura consigne.

Emenda nº 29

A emenda corrige evidente erro gráfico do autógrafo remetido pela Câmara ao Senado.

Emenda nº 30

É imprescindível, para evitar equívocos que o texto do Projeto talvez propicie, dizer-se que não será permitida na junta ou turma eleitoral a atuação simultânea de mais de um fiscal de cada partido. De resto, o esclarecimento se concilia com o disposto no art. 169, quanto à atuação dos "delegados" de partido.

Emenda nº 31

Como está redigido, no Projeto, o inciso V do parágrafo 1º do art. 172, parece que todas as pessoas mencionadas no art. 38, parágrafo 3º, incisos I e IV, são peritos, o que, entretanto, não ocorre. Faz-se, pela emenda, a correção.

Emenda nº 32

Diz o § 9º do art. 153 que "a não expedição do boletim" (os parágrafos anteriores reportam-se, precisamente, ao boletim de apuração a ser expedido pela junta eleitoral) "imediatamente após a apuração de cada urna, e antes de se passar à subsequente, sob qualquer pretexto, sujeitará o juiz eleitoral e os demais componentes da junta a pena do art. 339". Por sua vez, reza o art. 339 que "deixar o juiz e os membros da junta de expedir o boletim da apuração imediatamente após a apuração de cada urna e antes de passar à subsequente, sob qualquer pretexto e ainda que dispensada a expedição pelos fiscais, delegados ou candidatos presentes", constitui crime, punível com detenção até seis meses ou pagamento de 50 a 120 dias-multa (pena alternativa). Os dois preceitos são rigorosamente idênticos, não havendo, pois, necessidade do § 9º do art. 189, em que se remete ao art. 339 o aplicador da lei. Bem é de ver que não se trata, como em outros trechos do Projeto, da assimilação de fatos delituosos, ou da remissão a penalidades instituídas no lugar próprio, mas de disposições que se repetem inutilmente. Deve ser suprimido o § 9º do art. 189, ficando o artigo 329.

Emenda nº 33

A razão da presente emenda coincide com a da emenda anterior. Aqui se diz, pelo parágrafo único do artigo 189, que o "descumprimento" a qualquer pretexto, do disposto no artigo constitui o crime eleitoral previsto no art. 340. O "descumprimento" só pode partir do presidente e demais componentes da junta eleitoral. Ora, no art. 340, está tipificado o crime, quando os elementos, entre os quais o juiz eleitoral, o presidente

isto é, o juiz e os membros da junta. Superfluo, portanto, o ordenamento do parágrafo único do art. 189, bastando que se inclua, no corpo do artigo, a expressão "sob as penas da lei". É a emenda, formada por duas partes, uma supressiva, outra aditiva.

Emenda nº 34

Torna-se desnecessário, no final do § 1º do art. 184, falar em "chegada ao destino", da correspondência referida, porquanto todas as medidas aí contempladas são para esse exclusivo fim.

Emenda nº 35

Visa a emenda a deixar patente que nos totais dos votos válidos, constantes do Relatório, por grupo de partidos, no Tribunal Superior, não estão inseridos os votos "nulos" os quais constituirão, nesse Relatório, um total à parte.

Emenda nº 36

Aligura-se nas incorreções, salvo melhor juízo, a referência a desvio ou abuso do "poder de autoridade". O que sofre desvios ou abusos é o exercício de "autoridade" e basta, por conseguinte, consignar-se no texto, como o pretende a emenda, a referência a "desvio ou abuso de autoridade", com a vantagem, no caso, de não repetirmos "poder econômico" e "poder de autoridade".

Emenda nº 37

A alteração proposta visa a significar que as estações emissoras de rádio e televisão em que se dará notícia dos partidos efetuados pelos partidos e candidatos na eleição não são apenas as estações oficiais, mas qualquer, oficial ou particular, desde que a situação no território do Estado, como se prevê, aliás, no parágrafo único do artigo em causa, relativamente às eleições que se realizam no âmbito municipal.

Emenda nº 38

A Constituição Federal, ao firmar, no seu art. 141, § 5º, a liberdade de manifestação de pensamento, ressalva, contudo, a propaganda de guerra, de processos violentos para a subversão da ordem política ou social e de preconceitos de raça ou de classe. Não fala em "preconceitos de nacionalidade", o que, de resto, seria difícil compreender-se ou definir-se, sem embaraço à plenitude de manifestação dos sentimentos de patriotismo, ou, mais propriamente, de nacionalismo, o que é uma tônica que não torna difícil ou eliminar das nossas campanhas eleitorais. Não exarguemos, pois, nenhum fundamento constitucional ou jurídico na vedação imposta pelo art. 257 quanto a "preconceito de nacionalidade" e sugerimos, pois, a sua erradicação do texto.

Emenda nº 39

O art. 218 proíbe a divulgação, nos quinze dias anteriores à eleição, dos resultados de prévios ou testes pre-eleitorais. É evidente que o adjetivo pre-eleitorais qualifica, também, as consultas prévias que se realizam com relação à preferência do eleitor. E teríamos, então, a redundância de prévios pre-eleitorais. O termo para definir o tipo de prévios ou testes previstos no artigo é, portanto, eleitorais.

Emenda nº 40

Declara o art. 263 do Projeto que "são preclusivos os prazos para interposição de recurso, salvo quando neste se discutir matéria constitucional". E o parágrafo único que "o recurso em que se discutir matéria constitucional não poderá ser interposto fora do prazo" o que de cer o modo, anula a ressalva constante no artigo (caput). Anularia, em verdade, não se expussem, no mesmo parágrafo único, que o recurso dessa natureza poderá ser

renovado na fase própria que se apresentar, se perdido, em igual ensejo anterior o prazo. Conclui-se, do exposto, que deve ser outro tal como proposto pela emenda, o texto do artigo em causa, por melhor esclarecer a regra e a exceção.

Emenda nº 41

A licença especial, quando não gozada, é que se conta em dobro para efeito de aposentadoria (art. 117 da Lei nº 1.711, de 23 de outubro de 1952). Na hipótese de férias, não gozada: a vantagem é a de poder acumulá-las no ano seguinte, como o admite em caso excepcional o art. 85 da Lei número 1.711 (Esta-uto dos Funcionários). Para a hipótese em tela, basta essa vantagem, já assegurada no art. 493 do Projeto.

Emenda nº 42

Com a redação proposta pela emenda, fica claro que o Tribunal Superior Eleitoral pode autorizar, excepcionalmente, a votarem, com preferência, nas respectivas seções, os médicos e enfermeiros, em qualquer circunstância ou conjuntura, e os motoristas, só quando a serviço de transporte eleitoral gratuito, parecendo justo, também, acrescentar-se o transporte coletivo, cuja utilidade em dia de eleição não é preciso encarecer.

ALIANÇA DE PARTIDOS

Veda o art. 110 do Projeto a "aliança de partidos" nas eleições regidas pelo sistema da representação proporcional. É um princípio salutar, cuja inscrição em lei corresponde a uma vitória da opinião pública, há longo tempo clamando, como nocivas ao fortalecimento dos partidos, tais combinações de legendas, ditadas pelos mais espúrios interesses, sem o mais leve respeito pelos programas ou pelas ideologias partidárias.

No trabalho com que enriqueceu a notável pesquisa sobre o "Comportamento eleitoral no Brasil" (1964), realizada pela Fundação Getúlio Vargas, dá-nos o professor Nelson de Souza Sampaio colorida visão dessas alianças, sobretudo as consumadas no quadro do pleito governamental, quando "o primeiro trabalho de um candidato — afirma — é firmar a sua constelação de legendas, lutando pela adesão, até das pequenas, pelo menos para fins de propaganda, pois impressiona uma grande coleção de iniciais de partido".

Verdade é, como acentua, que quando o candidato é portador de mensagem carismática, destemem-se, ao miraculoso influxo da preferência popular pelo indivíduo, quantas legendas estejam contra ele arregimentadas, por mais poderosas que algumas sejam.

Uma véspera de eleição brasileira, postas numa sarabanda as legendas, grandes e pequenas, é, com efeito, um triste índice da precariedade das nossas organizações partidárias, buscando, a qualquer preço, a vitória eleitoral, ainda que pagando o preço dos mais ilógicos convênios de voto. Boa porção desse tumulto cessa, agora, com a proibição a que nos reportamos ressaltada, todavia, a eleição pelo sistema proporcional. Isto posto, é inexplicável que o mesmo Projeto abra a exceção constante do seu art. 415, consentindo a "aliança de partidos" para a próxima eleição do deputado federal. Indaga-se antes do mais, a razão por que a "coligação" pode vigorar quanto a uma eleição, a de deputado federal, e não quanto às outras, a de deputado estadual e a de vereador municipal, e não encontramos, decerto, resposta. As três eleições são regidas pelo mesmo processo proporcional, e todos três regulados pelo Código Eleitoral, que é lei federal, uma, na forma da Constituição. Por que a uma e não às outras? Acresce que se o fundamento da proibição das alianças partidárias é o de legitimarmos os pleitos eleitorais, dando a "cada par-

tido" a representação parlamentar condizente com a sua efetiva força nas urnas, como admitirmos que, pelo menos em relação a uma eleição, ainda que ocasionalmente, não prevaleça o princípio moralizador? Por emenda, assim justificada, sem apelo, aliás, a razões de ordem constitucional (doutos juristas, em cujo número o hoje ministro do Supremo Tribunal Federal, professor Hermes Lima, sustentam a inconstitucionalidade das alianças partidárias em face do princípio de representação proporcional dos "partidos" nas assembleias legislativas), suprimimos do Projeto o artigo 415 e seu parágrafo único.

REGISTRO DE CANDIDATOS

Do registro de candidatos trata o Projeto, do art. 91 ao art. 106, constituindo o capítulo I do Título I (Do Sistema Eleitoral) da Parte Quarta (Das Eleições). Os candidatos a Presidente e Vice-Presidente da República serão inscritos no Tribunal Superior; ao Senador, Deputado Federal, Governador, Vice-Governador e Deputado Estadual, no Tribunal Regional; os Vereador, Prefeito, Vice-Prefeito e Juiz de Paz, nos Juízos Eleitorais. A inscrição é solicitada pelo Diretor do Partido devidamente registrado na circunscrição em que se realizar a eleição (art. 94). Pode acontecer que não exista, eventualmente, o diretório regional ou municipal, em virtude de renúncia ou dissolução dentro dos seis meses anteriores ao término do prazo de registro (§§ 2º e 3º do art. 94). Nesse caso — dispõe o § 1º do citado artigo — os candidatos poderão ser registrados por um Delegado do Partido, designado pelo Diretório Regional, na hipótese de inexistência do diretório municipal, e, obviamente, pelo Diretório Nacional, na hipótese de inexistência de diretório regional. A esse delegado cumprirá convocar a respectiva convenção, e, depois de por esta escolhidos os candidatos, encaminhar à autoridade competente a lista. Nas o Projeto, como visto, trata, apenas, da ausência de Diretório, por motivo de renúncia ou dissolução, não cogitando da circunstância de ainda não existir o Diretório do partido em município que está recentemente criado, sem tempo, até a data da eleição local, de preencher as formalidades de sua formação e registro.

O projeto da Lei Orgânica dos Partidos Políticos, que está em tramitação no Senado, assenta, no seu artigo 36, que os diretórios municipais serão eleitos em convenção partidária, mediante chapas registradas, em prazo hábil, no juízo eleitoral, acrescentando (art. 45) que aos diretórios municipais, regionais e nacional cabe convocar as convenções para a escolha de cargos eletivos da região em que cada qual atua. Não há palavra sobre a hipótese do município novo, cumprindo, pois, regulá-la neste Projeto de lei eleitoral, para o que basta associar aqueles casos de renúncia e de dissolução, acima indicados, o do município recém-vindo no Estado. É a matéria da emenda que leva o número 44.

Outrossim, nesse capítulo do registro de candidatos, merece o nosso reparo a disposição que permite aos partidos políticos o registro, para as eleições proporcionais, de um terço a mais de candidatos, observadas as seguintes condições: I — para a Câmara dos Deputados e Câmaras municipais, se o número de lugares não exceder de 35. II — para as Assembleias Legislativas, se o número não exceder de 75. Que vantagens práticas trouxe a concessão, que no código de 1950 se inseriu com o limite de 30 e de 65 lugares, respectivamente? Por certo, nenhuma. Se a intenção da inovação foi despertar vocações políticas, estimulando o maior número de cidadãos para a concorrência aos postos eletivos, hoje a realidade é diversa, porquanto age o preceito, não raro, como incentivo ao

em que se transformam, na maioria das vezes, as nossas campanhas eleitorais, espetáculos, a nosso ver, "degradantes de nossa civilização, pelo primarismo e pela demagogia de que se revestem, obrigando, de regra, os candidatos a concessões de toda sorte e a afirmativas e promessas de todo o ponto insinceras, feitas, somente, para gáudio de auditórios ávidos de sensacionalismo." (Entrevista no "O Globo" de 2 de maio de 1964). — Se nos pode ser consoante a evidência do mesmo acontecimento, em maiores ou menores proporções, na área de nações desenvolvidas, não desanimemos no propósito de purificar o ambiente da propaganda eleitoral entre nós, o que alcançaremos muito mais, em verdade, com a educação do que com a punição. Com a educação, sobretudo, dos candidatos e dos seus parceiros, que são estes, principalmente, os artifices do clima de engodos e de emoção em que se efetuam os nossos comícios de propaganda.

Não obstante, será prudente, na lei, uma ressalva, que sirva ao juiz de roteiro escrito para distinguir, como deve ser, dos pregoeiros conscientes da mentira, os que são envolvidos, de boa fé, na tela das insidias e das inverdades a serviço de um incoercível sentimento de partidarismo. É a ressalva, é, exatamente, aquela referida como do código penal, e que está no Projeto na parte em que define o crime de calúnia, passando a disposição em apêndice a ter a seguinte redação: "Divulgar na propaganda eleitoral fatos que sabe inverídicos, ou ser de artifices, em relação a partidos ou candidatos, por forma a influenciar o eleitorado". O acréscimo, no conceito do crime, do "uso de artifices", também em relação a partidos ou candidatos, faz lembrada a grande mentira do "marmiteiro", na campanha presidencial de 1945.

Repetindo, no tocante aos delitos contra a honra, o que está no artigo 14º do anteprojeto Nelson Hungria, isto é, que qualquer dos seus três tipos clássicos terá aumentada de um terço a pena se contra o Presidente da República ou chefe de governo estrangeiro (inciso I do artigo 354), contra funcionário público, em razão de suas funções (inciso II) e, ainda, na presença de várias pessoas ou por meio que facilite a divulgação da ofensa (inciso III), esqueceu o Projeto de caracterizar mais nitidamente, como convém, o enderço da inepreciação a fins ou interesses eleitorais, não bastando situá-la, como se faz na cabeça dos respectivos artigos, na propaganda eleitoral. Com vistas a isso propomos, por emenda, que a gravação obrigatória, em virtude do lugar onde ou do meio por que se efetiva o crime, reparte-se, explicitamente, a "comício eleitoral", insuficiente, na hipótese, a referência a meio que facilite a divulgação da ofensa ou à presença de várias pessoas, circunstâncias que poderiam ser sofismadas, aqui e ali. Por outro lado, se a ofensa ao Presidente da República ou a um simples funcionário é agravada, compulsoriamente, por que não o será a ofensa a candidato, como aquela proferida em comício eleitoral, desde que o Projeto atribui a tais infrações o status de crimes eleitorais? Esse é o objetivo de outra emenda.

Na figura de crime do artigo 359 — impedir o exercício de propaganda — é imprescindível introduzir um elemento: por qualquer meio. O tipo, consoante emenda, ficaria assim composto: impedir, por qualquer meio, o exercício de propaganda. São óbvias as razões da extensão. A lei de Segurança Nacional (Lei nº 1.802, de 5 de janeiro de 1953) prevê a perturbação ou interrupção, com violências, ameaças ou assédias, de reuniões de assembleias legislativas, câmaras de vereadores, tribunais de justiça ou audiências de juizes (art. 21). A for-

ma proposta pela emenda engloba todas as hipóteses.

No crime do artigo 365 — destruir, suprimir ou ocultar urna contendo votos ou documentos relativos à eleição — parece-nos que o termo *subtrair* é mais adequado do que *suprimir*, que é idéia de certo modo compreendida na de destruir. No código eleitoral de 1950, o delito era tipificado como arrebatar, *subtrair*, danificar ou ocultar. Vê-se a diferença entre a ação de subtrair e a de destruir, assim como a possível coexistência, na mesma definição legal, da idéia de *subtrair* com a de *ocultar*, que são coisas com características peculiares, inclusive a da intenção do agente. Daí, a emenda modificando esse texto do artigo 365.

Declara-se, no § 2º do artigo 374, que é equiparado a documento público, para efeitos penais, o emanado de "entidade paraestatal, inclusive Fundação do Estado". É perfeitamente desnecessária o expletivo, que só se justifica para dar maior ênfase à frase, o que, no caso, se dispensa. Acresce que, como está consubstanciado no parágrafo, ficam fora de equiparação os documentos originários de *autorquia*. Como assestamos na justificação de emenda anterior, não há por que ainda confundirmos com a atividade paraestatal a atividade autárquica. O preceito em exame deve seguir o mesmo contexto daquele em que se define funcionário público, para os efeitos penais da lei. É o sentido da emenda em anexo.

No artigo 377, equiparando a documento, para os efeitos penais, "a fotografia, o filme cinematográfico, o disco fonográfico ou a fita de ditafone a que se incorpore declaração ou imagem destinada à prova de fato juridicamente relevante", a ordem lógica de referência a declaração ou imagem não é a do texto, mas a da emenda que apresentamos — imagem ou declaração — guardando-se, com isso, determinada correlação com os instrumentos que são sucessivamente mencionados.

Ao processo penal eleitoral, tal como estabelecido no código de 1950, levantou o professor Nilzardo Carneiro Leão (*Do processo penal eleitoral brasileiro — 1964*) as mais severas impugnações, inquirindo até de inconstitucionalidade algumas das suas disposições. Dentre elas, avulta a que permite o entendimento de não existir, aqui, o instituto do "interrogatório" do acusado, que o publicista *nambucano*, com a dupla responsabilidade do magistério e de antigo membro-jurista do Tribunal Regional Eleitoral do seu Estado, considera elemento essencial do processo. Baseia-se a conclusão, que é, também, a de outros processualistas pátrios e a de decisões judiciais, no enunciado do artigo 179 do Código, de que "recebida a denúncia e citado o infrator terá este o prazo de dez dias para contestá-la, podendo juntar documentos que ilidam a acusação e arrolar as testemunhas que tiver", seguindo-se-lhe logo o dispositivo (art. 780) que declara que "ouvidas as testemunhas da acusação e da defesa e praticadas as diligências requeridas pelo Ministério Público e deferidas ou ordenadas pelo Juiz, abrir-se-á o prazo de cinco dias a cada uma das partes — acusação e defesa — para alegações finais." Compreende-se que a intenção do legislador eleitoral foi acelerar o rito processual, mas não é a exigência do "interrogatório" que acarretará retardo, tão certo que ele se pode efetivar no dia mesmo em que o denunciado atenda à citação, para contestar a ação, juntar documentos, arrolar testemunhas, como tudo enumerado no artigo 179.

O fato é que as duas disposições do atual código eleitoral estão repetidas, *ipsis litteris*, no Projeto, sob números 336 e 387, ersejando, de novo, a dúvida sobre a inexistência dessa peça no processo eleitoral, sem embargo de firmar o artigo 391 (art.

184 do Código de 1950) que no processo e julgamento dos crimes eleitorais e dos comuns que lhes forem conexos, assim como nos recursos e na execução que lhes digam respeito, aplicar-se-á, como lei subsidiária ou supletiva, o Código do Processo Penal. Mas também o código vigente contém essa norma e não serviu ela para esclarecer os espíritos, na interpretação e aplicação da lei.

Uma emenda que submetemos à apreciação desta exalta Comissão da Comissão de 1953 e 287 do Projeto mais breves termos, inclusive assegurando o ensino de, sob interrogatório, apresentar a sua defesa, verbal ou escrita. Encurtou-se, por seu lado, o prazo da defesa, que é longo, no que concordamos com sugestão do citado professor Carneiro Leão.

Finalmente, e com o fito de encerrarmos tão demorada incursão no título das Disposições Penais — e que apesar de demorada não esgota os reparos cabíveis, sugerimos que o seu capítulo III seja denominado *Do Processo Penal*, ao invés de *Processo das Infrações*. Isto não só porque de processo penal se trata, em realidade, como porque o termo "infrações" faz lembrado o gênero, de que são espécies, na nossa sistemática, o crime e a contravenção, e o Projeto só configura crimes, punidos com as penas restritivas da liberdade de detenção e de reclusão, não aplicáveis à contravenção. Coerentemente, não há consignar-se no artigo 382, primeiro dêsse capítulo III, que as *infrações penais* definidas neste Código, etc. A fórmula não pode ser outra senão a de "os crimes definidos neste Código". A expressão "crimes eleitorais" é abonada pela Constituição.

Sala das Comissões, em 22 de junho de 1965. — Afonso Arinos, Presidente — Aloysio de Carvalho, Relator — Antônio Balbino — Bezerra Neto — Edmundo Levi — Jefferson de Aguiar — Josephat Marinho.

CONCLUSÃO DO PARECER

A Comissão aprovou, por unanimidade, as emendas apresentadas pelo Relator, salvo a de número 45, que foi rejeitada.

Quanto à emenda número 46, a Comissão acrescentou a expressão "e mais três", com o que concordou o Relator.

Quanto à emenda número 56, a Comissão adotou outra redação que não a sugerida pelo Relator, com o que, também, concordou o Relator.

A emenda número 60 foi sugerida pela Comissão, aceitando os termos do parecer do Relator.

Sala das Comissões, em 22 de junho de 1965. — Afonso Arinos, Presidente. — Aloysio de Carvalho, Relator.

EMENDA Nº 1 — CCJ

Ao artigo 1º (*caput*).

Onde se lê:

"Este Código regula a organização e o exercício"

Leia-se:

"Este Código regula e disciplina o exercício"

EMENDA Nº 2 — CCJ

Ao artigo 3º.

Redija-se assim:

"Qualquer cidadão pode pretender investidura em cargo eletivo, respeitadas as condições de elegibilidade e incompatibilidade estabelecidas na Constituição e leis complementares."

EMENDA Nº 3 — CCJ

Ao artigo 4º.

Redija-se assim:

"São eleitores os brasileiros de um e outro sexo, maiores de dezoito anos, alistados na forma da lei."

EMENDA Nº 4 — CCJ

Ao artigo 6º.

Redija-se assim o artigo (*caput*): "O alistamento e o voto são obrigatórios, salvo:"

EMENDA Nº 5 — CCJ

Ao § 2º do artigo 8º

Redija-se assim:

"Ficam isentos de multa os que se alistarem dentro de um ano da vigência desta lei."

EMENDA Nº 6 — CCJ

Ao parágrafo único do artigo 20.

Redija-se assim:

"É exigível a presença de todos os membros do Tribunal Superior, devidamente convocado o substituto se ocorrer impedimento de algum juiz, para as decisões que impliquem interpretação da legislação eleitoral em face da Constituição ou cassação do registro de partidos políticos, bem como para as proferidas sobre quaisquer recursos que importem anulação geral de eleições ou perda de diploma."

EMENDA Nº 7 — CCJ

Ao artigo 23, inciso I.

1) Desloque-se da letra e a sua parte final, para constituir letra autônoma, com a seguinte redação:

"f) o *habeas-corpus*, em matéria eleitoral, quando haja perigo de se consumir a violência antes que o juiz competente possa prover sobre a impetração."

2) Renumerem-se as letras seguintes, f, g e h, que passarão, respectivamente, a g, h e i.

EMENDA Nº 8 — CCJ

Ao artigo 29.

Suprimam-se do texto as expressões:

"... e onde houver mais de um, aquele que for designado pelo Procurador-Geral da República."

EMENDA Nº 9 — CCJ

Ao § 1º do artigo 29.

Redija-se assim:

"No Estado onde houver mais de um Procurador da República, cada um deles, por designação do Procurador-Geral da República, servirá por dois (2) anos, para assegurar a rotatividade."

EMENDA Nº 10 — CCJ

Ao § 5º do artigo 29.

Redija-se assim:

"Mediante prévia autorização do Procurador-Geral, poderá o Procurador Regional requisitar, para auxiliá-lo, nas suas funções, membros do Ministério Público local, que não terão, contudo, assento nas sessões do Tribunal Regional. A requisição se fará por listas de cinco nomes, renovável no caso de recusa."

EMENDA Nº 11 — CCJ

Ao artigo 31, inciso I.

1) Desloque-se da letra e a sua parte final, para constituir letra autônoma, com a seguinte redação:

"f) o *habeas-corpus*, em matéria eleitoral, quando haja perigo de se consumir a violência antes que o juiz competente possa prover sobre a imputação."

2) Renumerem-se as letras seguintes, f e g, que passarão, respectivamente, a g e h.

EMENDA Nº 12 — CCJ

Ao artigo 32, número XIII e número XIV

Suprima-se, *in fine*, o vocábulo "ocasional".

EMENDA Nº 13 — CCJ

Ao § 1º do artigo 35.

Acrescente-se, depois de "Governador", a expressão "Vice-Governador", e, depois de "Prefeito", a expressão "Vice-Prefeito".

EMENDA Nº 14 — CCJ

Ao parágrafo único do artigo 42. Suprima-se o termo "eleitoral".

EMENDA Nº 15 — CCJ

Ao parágrafo único do art. 44.

Redija-se assim:

"Parágrafo único — Para o efeito da inscrição, é domicílio eleitoral o lugar de residência ou moradia do alistando. Verificado ter este mais de uma residência ou moradia, considerar-se-á domicílio qualquer delas, a sua opção."

EMENDA Nº 16 — CCJ

Ao art. 62, inciso III.

Redija-se assim:

"comunicará o cancelamento ao Tribunal Eleitoral a que estiver subordinado, para ser feita a devida anotação na ficha dos seus arquivos."

EMENDA Nº 17 — CCJ

Ao artigo 65, parágrafo 3º, inciso 1.

Diga-se, *in fine*:

"com a lei de Organização Judiciária do Estado."

EMENDA Nº 18 — CCJ

Ao parágrafo 3º do artigo 74.

Onde se diz:

"cidadãos alistáveis"

Diga-se:

"cidadãos alistados"

EMENDA Nº 19 — CCJ

Ao artigo 89.

Redija-se assim:

"A eleição para Presidente e vice-Presidente da República, Governadores e Vice-Governadores, Assembleias Legislativas dos Estados, Deputados Federais, Senadores e Suplentes far-se-á, simultaneamente, em todo o País."

EMENDA Nº 20 — CCJ

Ao parágrafo único do art. 111.

Redija-se assim:

"Para a determinação do quociente eleitoral, contam-se como válidos os votos em branco."

EMENDA Nº 21 — CCJ

Ao artigo 115.

Redija-se assim:

"Em caso de empate, haver-se-á por eleito o candidato que exerça cargo eletivo federal, estadual ou municipal, conforme o plano em que se realize a eleição. Em igualdade de condições, será tido por eleito o de mais antiga filiação partidária. Se ainda inaplicável o critério, eleito estará o que for indicado pelo partido."

EMENDA Nº 22 — CCJ

Ao artigo 130.

Onde se lê:

"determinará dia para se realizar o mesmo"

Leia-se:

"determinará novo dia para a eleição"

EMENDA Nº 23 — CCJ

Ao artigo 132, inciso III.

Onde se lê:

"pelo Presidente da Mesa"

Leia-se:

"por quem presida a Mesa"

EMENDA Nº 24 — CCJ

Ao parágrafo 7º do artigo 133.

Onde se lê:

"estiver incluído"

Leia-se:

"estiver normalmente incluído"

EMENDA Nº 25 — CCJ

Ao artigo 140.

Onde se lê:

"nos leprosários"

Leia-se:

"para hansenianos"

EMENDA Nº 26 — CCJ

Ao inciso II do parágrafo único do artigo 149.

Redija-se, *in limine*:

"O Presidente da República e o Vice-Presidente poderão votar ..."

EMENDA Nº 28 — CCJ

Ao artigo 160.

Inclua-se, como parágrafo 2º, a seguinte disposição, passando a parágrafo 1º o atual parágrafo único:

"A nenhum pretexto, a Mesa receberá o voto do eleitor que não houver apresentado, àquela hora, o seu título, guardadas as exceções desta lei."

EMENDA Nº 29 — CCJ

Onde se lê:

Ao parágrafo 1º do artigo 163.

"sanções"

Leia-se:

"secções"

EMENDA Nº 30 — CCJ

Ao parágrafo 2º do artigo 168.

Acrescente-se o té. o "simultânea" depois da palavra "atuação".

EMENDA Nº 31 — CCJ

Ao inciso V do parágrafo 1º do artigo 172.

Redija-se assim:

"Não poderão servir de peritos as pessoas nomeadas no artigo 38, parágrafo 3º, incisos I a IV."

EMENDA Nº 32 — CCJ

Ao parágrafo 9º do artigo 189.

Suprima-se.

EMENDA Nº 33 — CCJ

Ao artigo 193.

1) Suprima-se o parágrafo único, *in totum*.

2) Inclua-se no texto, depois do verbo "serão", as palavras "sob as penas da lei".

EMENDA Nº 34-CCJ

Ao § 1º, *in fine*, do artigo 194.

Substitua-se as expressões:

"conforme for mais rápida e segura a chegada ao destino".

Pelas seguintes:

"conforme for mais rápido e seguro".

EMENDA Nº 35-CCJ

Ao inciso I do artigo 219.

Redija-se assim:

"os totais dos votos válidos do Estado, inclusive os em branco, bem como dos votos nulos".

EMENDA Nº 36-CCJ

Ao artigo 257.

Substitua-se a expressão:

"desvio ou abuso do poder de autoridade".

Pela seguinte:

"desvio ou abuso de autoridade".

EMENDA Nº 37-CCJ

Ao artigo 264.

Onde se diz:

"emissoras de rádio e televisão do Estado".

Diga-se:

"emissoras de rádio e televisão situadas no Estado".

EMENDA Nº 38-CCJ

Ao artigo 267.

Suprima-se do inciso I, *in fine*, a expressão "ou nacionalidade".

EMENDA Nº 39-CCJ

Ao artigo 278.

Onde se lê:

"testes pré-eleitorais".

Leia-se:

"testes eleitorais".

EMENDA Nº 40-CCJ

Ao artigo 283.

Redija-se assim:

"Art. ... — São preclusivos os prazos para interposição de recurso."

"Parágrafo único. O recurso em que se discutir matéria constitucional, perdido o prazo numa fase própria, poderá ser interposto em outra que se apresentar".

EMENDA Nº 41-CCJ

Ao artigo 403.

Suprima-se *in fine*, as expressões: "ou requerer que sejam contadas pelo dobro para efeito de aposentadoria".

EMENDA Nº 42-CCJ

Ao artigo 413.

Redija-se a parte final: "os médicos, enfermeiros e motoristas, estes quando a serviço de transporte coletivo ou de transporte eleitoral gratuito".

EMENDA Nº 43-CCJ

Ao artigo 415 e parágrafo único. Suprima-se, *in totum*.

EMENDA Nº 44-CCJ

Ao artigo 94.

Acrescente-se um parágrafo, *in fine*, com a seguinte redação:

"Nos municípios de recente criação, onde ainda não exista diretório, os candidatos a cargos locais serão registrados pela forma estabelecida no § 1º deste artigo".

EMENDA Nº 45-CCJ

Ao parágrafo único, incisos I e II do art. 96.

Suprima-se, *in totum*.

EMENDA Nº 46-CCJ

Redija-se assim:

"Considerar-se-ão suplentes da representação partidária os mais votados sob a mesma legenda e não eleitos efetivos, até ao número dos efetivamente eleitos e mais três."

Parágrafo único. Em caso de empate na votação, o suplente será convocado na ordem decrescente do tempo de filiação partidária ou, se inaplicável o critério, o mais idoso".

EMENDA Nº 47-CCJ

Ao § 2º do artigo 307.

Redija-se assim:

"Equipara-se a funcionário público quem exerça cargo, emprego ou função em autarquia ou em entidade paraestatal".

EMENDA Nº 48-CCJ

Ao artigo 309.

Suprima-se, *in totum*.

EMENDA Nº 49-CCJ

Ao § 1º do artigo 310.

Substitua-se, liminarmente, o termo "montante" pelo termo "algarismo".

EMENDA Nº 50-CCJ

Ao artigo 350.

Redija-se assim:

"Divulgar, na propaganda eleitoral, fatos que sabe inverídicos, ou usar de artifícios, em relação a partidos ou candidatos, por forma a exercer influência no eleitorado".

EMENDA Nº 51-CCJ

Ao artigo 354.

1) Inclua-se, como inciso III, o seguinte:

"contra partido ou candidato a quaisquer eleições".

2) Redija-se assim o inciso III, que passará a inciso IV:

"em comício eleitoral ou na presença de várias pessoas".

3) Inclua-se, como inciso V, o seguinte:

"por qualquer outro meio que facilite a divulgação da ofensa".

EMENDA Nº 52-CCJ

Ao artigo 359.

Redija-se assim:

"Impedir, por qualquer meio, o exercício de propaganda".

EMENDA Nº 53 — CCJ

Ao art. 365.

Onde se lê:

"suprimir"

Leia-se:

"subtrair"

EMENDA Nº 54 — CCJ

Ao § 2º do art. 374.

Redija-se, *in fine*:

"... o emanado de autarquia ou entidade paraestatal".

EMENDA Nº 55 — CCJ

Ao art. 377.

Onde se lê:

"declaração ou imagem"

Leia-se:

"imagem ou declaração"

EMENDA Nº 56 — CCJ

Ao art. 386.

Redija-se assim:

"Recebida a denúncia e citado o infrator, terá este o prazo de 10 (dez) dias para contestá-la, podendo juntar documentos, arrolar testemunhas e requerer diligências".

EMENDA Nº 57 — CCJ

Ao art. 387.

Redija-se assim:

"Ouidas as testemunhas e praticadas as diligências requeridas pela acusação e pela defesa e deferidas ou ordenadas pelo juiz, abrir-se-á a cada uma das partes o prazo de cinco (5) dias, para alegações finais".

EMENDA Nº 58 — CCJ

Ao Capítulo III do Título IV da Parte Quinta.

Dê-se a denominação:

"Do processo penal"

EMENDA Nº 59 — CCJ

Ao art. 382.

Redija-se assim:

"Os crimes definidos neste Código são de ação pública".

EMENDA N.º 60 — C.C.J.

Ao art. 227:

Suprima-se "in totum"

PARECER

N.º 319, de 1965

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 109, de 1965 (n.º 810-D-63, na Câmara dos Deputados), que autoriza a abertura de crédito especial de Cr\$ 200.000.000 (duzentos milhões de cruzeiros), para reconstrução da ponte sobre o Rio da Prata, no trecho João Pinheiro — Paracatu.

Relator: Sr. Aurélio Vianna.

O Projeto de Lei da Câmara n.º 109, de 1965, sobre o qual é chamada a opinar a Comissão de Finanças, teve sua origem na Mensagem n.º 218, de 2.º de agosto de 1963, com a qual o Sr. Presidente da República submeteu ao Congresso Nacional Projeto de Lei autorizando a abertura de crédito especial no total de duzentos milhões de cruzeiros, destinado à reconstrução da ponte rodoviária sobre o Rio da Prata, no trecho João Pinheiro-Paracatu, na rodovia BR-7, inclusive atendimento provisório do tráfego, com a construção de variante, e indenização, tudo pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

Tramitando na Câmara dos Deputados, a proposição recebeu emenda substitutiva da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, incluindo no seu texto uma parcela de cem milhões de cruzeiros para a reconstrução de outra ponte, na rodovia BR-11, trecho Itaporanga-Araçá, sobre o Rio Vasa Barris.

Havendo, como se verifica, aumento de despesa em relação ao Projeto original, foi rejeitado o substitutivo e aprovado o texto inicial, sob a forma do Projeto ora submetido ao Senado. Tratando-se de obra já realizada, cuja urgência não poderia sofrer qualquer restrição, a Comissão de Finanças é de parecer que o Projeto deve ser aprovado.

Sala das Comissões, em 9 de junho de 1965. — Argemiro de Figueiredo, Presidente. — Aurélio Vianna, Relator. — Walfredo Gurgel. — Lino de Mattos. — Wilson Gonçalves. — Eugênio Barros. — Lobão da Silveira. — Mem de Sá.

PARECERES

Ns. 820 e 821, de 1965

N.º 820, DE 1965

Da Comissão de Constituição e Justiça do Projeto de Lei do Senado número 30, de 1963, que disciplina o registro no Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) dos acordos, convênios ou contratos com objetivos agropecuários, ou de interesse de política agrícola, sem a obrigatoriedade de exame pelo Tribunal de Contas.

Relator: Sr. Jefferson de Aguiar.

O Senador Bezerra Neto pretende favorecer a tramitação rápida e execução imediata dos acordos, convênios ou contratos com objetivos agropecuários ou de interesse de política agrícola (Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1954).

Com esse propósito, pretende atribuir ao IBRA toda competência para a elaboração e execução de contratos que se relacionem com a reforma ou política agrícola, excluindo-se o Ministério da Agricultura do cometimento que lei vigente atribuiu àquele órgão nacional.

O projeto cogita de várias medidas para o rápido andamento dos contratos e previne procrastinações na apre-

ciação de requisitos jurídico-formais pelo Tribunal de Contas.

Porém, a rigor, duas restrições devem ser opostas, como se expõe em seguida, para que mereça aprovação o projeto.

O art. 2.º do projeto não se ajusta à determinação contida no § 1.º do artigo 77 da Constituição Federal, que se considera perfeitos os contratos que, de qualquer modo, interessam à recita ou à despesa, depois dos registros no Tribunal de Contas. Não depende de IBRA a distinção ou o arbitrio de consideração daquilo que interesse à lei orçamentária. Há uma realidade, além de qualquer consideração subjetiva — que caracteriza a obrigatoriedade do registro no Tribunal de Contas.

Também não se pode acolher a discriminação liberatória prevista no artigo 3.º, em que se dispensa prova de idoneidade pessoal e técnica. A igualdade perante a lei e imposição constitucional, devendo todos — indistintamente — igualmente — cumprir plano único de exigências legais, em defesa do bem e em favor do nome da Administração Pública, além de garantir garantia de implementação obrigacional.

Assim, o projeto poderá ter tramitação, sob o ponto de vista jurídico-constitucional, com a aprovação da seguinte

EMENDA N.º 1 — C.C.J.

Suprimam-se os arts. 2.º (caput) e 3.º do projeto.

O parágrafo único do art. 2.º passará a art. 2.º.

Sala das Comissões, em 2 de junho de 1965. — Afonso Arinos, Presidente. — Jefferson de Aguiar, Relator. — Alojio de Carvalho. — Heribaldo Vieira. — Josephat Marinho. — Meneses Pimentel. — Edmundo Leal. — Ruy Carneiro.

N.º 821, DE 1965

Da Comissão de Agricultura, sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 30, de 1965.

Relator: Sr. José Ermirio de Moraes.

A proposição, de autoria do nobre Senador Bezerra Neto, visa favorecer a tramitação rápida e a execução imediata dos acordos, convênios ou contratos com objetivos agropecuários ou de interesse da política agrícola (Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1954).

Para isso, pretende atribuir ao IBRA toda competência para elaboração e execução de contratos que se relacionem com a reforma ou política agrícola, excluindo-se o Ministério da Agricultura do cometimento que a legislação vigente atribuiu àquele órgão nacional.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, em seu parecer de fls. 3, tendo como relator o nobre Senador Jefferson de Aguiar, concluiu pela tramitação do projeto, sob o ponto de vista jurídico-constitucional, mas propôs emenda visando a supressão dos arts. 2.º (caput) e 3.º do projeto.

Estamos de pleno acordo com as restrições bem como a emenda proposta pela Comissão de Constituição e Justiça.

Realmente, não se justifica a dispensa do registro no Tribunal de Contas, formalidade garantidora da acerta execução orçamentária, bem como do necessário regime de publicidade e fiscalização de contratos ou convênios em que intervém o Poder Público.

Igualmente não pode ser acolhida, a nosso ver, a dispensa da prova de idoneidade pessoal e técnica, condição elementar para todo aquele que pretende contratar com a Administração Pública.

Portanto, com as restrições da douta Comissão de Constituição e Justiça,

e sua emenda, opinamos pela aprovação.

Sala das Comissões, em 21 de junho de 1965. — João Agripino, Presidente. — José Ermirio de Moraes, Relator. — Atílio Fontana. — Daniel Krieger.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Está ainda a leitura do expediente.

Sobre a mesa, requerimentos de informações que vão ser lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO

N.º 371, de 1965

Requeiro regimentalmente, se ofício ao Senhor Ministro do Trabalho e Previdência Social, para que informe o seguinte:

a) quais as providências que esse Ministério vem adotando, a fim de preservar o direito à indenização dos empregados demitidos pela Cia. de Fiação e Tecelagem de Parnarama, no Estado de São Paulo?

b) se tem conhecimento que a referida empresa vem obrigando os empregados a receberem metade das indenizações, e ainda pagável em mercadorias?

c) se a empresa cumpriu os dois últimos acordos salariais, firmados perante a Delegacia Regional do Trabalho, em São Paulo?

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1965. — Aurdo Steinbruch.

REQUERIMENTO

N.º 372, de 1965

Senhor Presidente,

Requeiro regimentalmente, se ofício ao Senhor Ministro do Trabalho e Previdência Social, para que informe quais os motivos que levaram Sua Excelência, a baixar Portaria, anulando os convênios e acordos salariais já em curso, com cláusulas de reajustes salariais com o mínimo de 12 meses de vigência.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1965. — Aurdo Steinbruch.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Os requerimentos lidos não dependem de apoio, nem de deliberação do Plenário. Serão, depois de publicados, despachados pela Presidência. (Pausa)

Vai ser lido ofício do Líder da União Democrática Nacional.

E' lido o seguinte:

OFÍCIO

Em 23 de junho de 1965

Senhor Presidente,

De acordo com o disposto no artigo 59, § 2º, do Regimento Interno, solicito a Vossa Excelência seja concedida a palavra, na sessão de hoje, ao Sr. Senador Dinarte Mariz por delegação desta Liderança.

Atenciosas saudações. — Eurico Rende, Líder da U.D.N.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Diante da comunicação feita à Presidência, que acaba de ser lida pelo Sr. 1.º Secretário, o Sr. Senador Dinarte Mariz terá a palavra em primeiro lugar, por vinte minutos, que é o tempo reservado às lideranças. Em seguida, terão a palavra os oradores de acordo com a ordem de inscrição.

Tem a palavra o nobre Senador Dinarte Mariz

O SENHOR SENADOR DINARTE MARIZ PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra o Sr. Senador Atílio Fontana.

O SR. ATÍLIO FONTANA:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, desejo, nesta oportunidade, continuar a série de comentários que venho fazendo em torno da política econômica, principalmente no setor da pecuária. Abordarei, também, o caso da concordata do grupo FIAT-DINI, de que tive ciência, bem como da quatro mactadouras frigoríficas do Estado de São Paulo. Inicialmente, tratarei da política econômico-administrativa, que no setor privado, como no da administração pública, que é de importância fundamental, pois tudo gira em torno de uma boa política administrativa, com influência não apenas na parte econômica como no campo sócio-político.

Desde muito cedo as atividades empresariais, leve na maior conta o conhecimento e a experiência para conseguir uma administração eficiente. Lembremo-nos constantemente da grande Conferência das Classes Produtoras, reunida em Alarcá, Minas Gerais, em 1949, onde, entre outros ilustres conferencistas, fez-se ouvir a palavra de um professor da Universidade de Columbia, de New York, nos Estados Unidos, que afirmava ser mundial o problema da boa administração. E acrescentava que aquelas que têm responsabilidades nesse sentido, quando conseguissem um bom administrador, deveriam desenvolver o máximo esforço para não perdê-lo.

Infortunadamente, Sr. Presidente, em nosso País, no regime democrático presidencialista, a administração pública, sofre grandes modificações. Quando há mudança de Governo, quando um partido vence as eleições geralmente se afastam todos os administradores, ainda que sejam eles os melhores técnicos, por terem sido envolvidos pelos próprios políticos, no sentido de participarem ativamente na política nacional ou estadual.

Tal fato é observado freqüentemente em nosso País: os técnicos, por mais capazes que sejam, são afastados porque estão incompatibilizados com o partido vencedor. Talvez os grandes problemas que assoborram a administração brasileira resultem de tal situação: descontinuidade administrativa.

Nem sempre os processos de economia política, por mais cultos e íntegros que sejam — não tendo a vivência administrativa — conseguem imprimir a orientação da administração governamental no sentido do real desenvolvimento nacional.

E' o que verificamos na pecuária, setor que desejamos focalizar.

A fórmula pela qual o Governo tem orientado a política da pecuária no Brasil não tem dado bom resultado. Pelas suas vastas extensões de pastagem nativa, bem como pelas grandes áreas de terra de cultura transformadas em pastagens artificiais, poderia o Brasil estar classificado entre os grandes exportadores de carne do mundo. Verificamos, no entanto, que a Argentina, com superfície três vezes menor que a do Brasil e uma população de um terço aproximadamente, consegue, com a exportação da carne, mais de quatrocentos milhões de dólares, enquanto o nosso país estima, para a safra presente, uma exportação de apenas trinta e seis milhões de dólares.

Constatamos que o índice de produtividade da Argentina é de 50 quilos por reses-ano, enquanto no Uruguai é de 40 quilos e, no Brasil, apenas 18 quilos por reses-ano.

Verifica-se, então, uma enorme disparidade. E por que essa grande disparidade? Porque não há condições, não há estímulo, não há, enfim, aquele incentivo que deveríamos proporcionar aos nossos pecuaristas transformando o nosso rebanho bovino numa das mais importantes fontes de divisas, de que tanto necessitamos.

A política adotada pelo Governo, de baixo preço para os pecuaristas, tem causado essa situação de um desinteresse muito reduzido, não apenas no setor do gado bovino. Essa política, indistintamente, é prejudicial a outros rebanhos produtores de carne, como os de suínos e aves.

O baixo preço da carne, que o Governo tem procurado manter, tem influência danosa sobre o desenvolvimento da suinocultura e da avicultura.

Já tivemos ocasião de dizer, da tribuna desta Casa, que essas medidas têm dado, como resultado, a exportação de forragens, que nos rende poucas centenas de milhares de dólares, deixando assim de exportar a carne, que corresponderia a centenas de milhões de dólares. Por essa razão, inicialmente, fizemos referência à política econômico-administrativa, porque dela dependem os bons ou maus resultados na economia nacional.

Ainda há pouco, quando se iniciava esta safra, baixou a SUMOC a Instrução 293 e, posteriormente, a de nº 302, criando uma taxa de retenção que poderia ser denominada taxa de confisco das divisas de exportação de carne, de 30% a 20%, respectivamente, nas regiões do Brasil Central e do Rio Grande do Sul.

Determinava aquela Instrução que esse dinheiro seria aplicado no fomento da pecuária e modernização dos matadouros frigoríficos, preparando-os para um maior desenvolvimento da pecuária, bem como das indústrias que abatem e preparam a carne e subprodutos para exportação.

Lamentavelmente, verificamos, depois, que aquelas importâncias volumosas são desviadas para outras finalidades, que não as previstas inicialmente. Quando houve concordância dos quatro frigoríficos de São Paulo, do Grupo Fialdini, a SUNAB tomou a iniciativa de intervir naqueles frigoríficos, e determinou que a maior parte daquela renda de divisas de exportação da carne fosse aplicada nos quatro frigoríficos sob intervenção.

Sr. Presidente, a intervenção nada mais é do que um prêmio àqueles honestos administradores de frigoríficos que, incapazes de uma boa administração, estão sendo beneficiados pela Portaria assinada em 26 de maio último, publicada no *Diário Oficial da União*, do dia 1.º do corrente mês, que determina, em complemento à intervenção, seja aplicada, na manutenção daqueles frigoríficos, a importância de Cr\$ 7.929.000,00.

Ora Senhor Presidente, Srs. Senadores, segundo sabemos, o Grupo Fialdini, especialistas que é em obter créditos volumosos dos Bancos oficiais recebeu, na safra de 63-64, um empréstimo do Banco do Brasil de aproximadamente 4 bilhões 500 milhões de cruzeiros.

E' de se estranhar, Sr. Presidente, que isso aconteça, quando todos sabemos que o Banco do Brasil, estabelecimento de crédito tão metódico, onde as empresas mais idôneas de nosso País, para obter crédito, em geral insignificante, levam tempo e, no final, recebem u'a migalha podemos dizer, e, no entanto, esse grupo consegue receber 4 bilhões e 500 milhões de cruzeiros para financiar a estocagem de carne.

Agora, quando o mesmo grupo requer concordata preventiva, o Banco do Brasil é ainda credor de somas bastante elevadas. E como se isso não bastasse, conseguiu, agora, que por essa intervenção, apenas com dois in-

terventores para atender a quatro frigoríficos, venha a receber sete bilhões e setecentos e vinte e nove milhões para financiamento sem juros. Conforme diz aqui a portaria, o preço da aquisição a ser paga ao Grupo Fialdini será o do lucro líquido obtido pelas operações comerciais e industriais sob a responsabilidade dos interventores.

Nós, que somos industriais, podemos avallar que dois interventores, em quatro frigoríficos, terão que se valer, para administrá-los, dos próprios administradores que lá se encontram como seus funcionários. E, no final de contas, o que é de se prever é que essa taxa descontada dos pecuaristas para a exportação de carne, porque fez com que as tropas de boi fossem vendidas a baixo preço, agora, premiará esse grupo de industriais incapazes de administrar, que irão receber soma tão elevada.

Por essa razão, dizíamos que esse grupo parece que encontra todas as facilidades em obter empréstimos. No entanto, verificamos que quatro dos frigoríficos do grupo entraram em concordata. Mas ainda detêm outros frigoríficos, como conseguem mantê-los se administram mal? Sómente com estratégias, podendo dispor de somas vultosas para orientar e administrar esses outros frigoríficos.

A SUNAB alegou, justificando o motivo da intervenção, a escassez de carne e o amparo aos trabalhadores daqueles frigoríficos. Mas o próprio grupo, quando requereu a concordata preventiva, se dispunha a continuar trabalhando, em menor escala; portanto, não dispensaria os seus dois mil funcionários aproximadamente.

E, quanto ao suprimento de carne dos grandes centros urbanos, não procede a alegação, porque, segundo diz "O Jornal" da Guanabara do dia 13 do corrente, a própria "SUNAB" confirma que a carne está mesmo sobrando.

Quer isso dizer que não sofreu, em absoluto, o abastecimento da carne em quaisquer centros urbanos com a paralisação, ainda que momentânea, daqueles quatro frigoríficos?

Também lemos que o Presidente da SUNAB, conforme o jornal "O Dia" de São Paulo, de 12 do corrente, sugeriu a encampação dos frigoríficos. Seria, então, um começo de estatização das indústrias de carne.

Ora, se frequentemente o Sr. Presidente da República demonstra, não apenas, em palavras, como também em atos, que não deseja levar o País à estatização, como poderia o Presidente da SUNAB propor a encampação dos frigoríficos?

Com esta orientação, quem realmente sofre são os pequenos pecuaristas: mais de quinze bilhões de cruzeiros o Grupo Fialdini ficou devendo aos pecuaristas que venderam seus rebanhos a crédito. E, agora, aquela soma de confisco cambial que deveria ser aplicada em benefício da expansão da pecuária, ela está sendo desviada para fazer funcionar aqueles quatro frigoríficos que comprarão os animais, pagando-os à vista, já que conseguem um empréstimo da ordem de quase oito bilhões de cruzeiros. Enquanto isto se verifica, os outros industriais, que lutam com dificuldades financeiras, que não obtêm crédito fácil nos estabelecimentos oficiais, terão de comprar os animais a prazo, colocando-os como uma punição, porque os experts dos quatro frigoríficos recebem dinheiro vivo para fazer funcionar seus frigoríficos, em concordata. Os outros terão que sofrer as consequências.

Por esta razão, entendemos que o Sr. Presidente da República, assim como os Srs. Ministros aos quais estão afetos ao problema da produção e exportação, devem passar em revista essa política de pecuária em nosso País. Deveríamos agir tal como nosso vizinho, a Argentina, amparando e dando o justo preço pelo produto da

pecuária e onde o preço do boi e do suíno é bem superior ao nosso.

Então por que essa diferença? Por que não adotamos a mesma política? Num País como o nosso, que necessita frequentemente de conseguir empréstimos no exterior, a fim de manter sua balança de pagamento e fazer face às suas despesas, por que não se procura fomentar, desenvolver a pecuária? No Brasil precisamos melhores condições e precisamos produzir muito mais que a Argentina.

Poderíamos, Sr. Presidente, desviar uma parte daquelas que se dedicam à cafeicultura. Encontramos dificuldades para colocar o café no mercado, estrangeiro e que o produzimos em muito maior escala do que podemos vender. E' produto que cria problemas para o Governo, pois este tem de comprar o excedente do café acumulando-o ainda junto aos das safras anteriores que já se encontram armazenados.

Se o Governo proporcionasse aos pecuaristas em nosso País condições para obterem resultados idênticos aos conseguidos pelos que plantam e cultivam o café, poderíamos aumentar extraordinariamente a nossa produção de carne e, paralelamente a produção do café, teríamos duas das mais importantes fontes de divisas.

Esperamos, Sr. Presidente, sejam tomadas providências nesse sentido, em primeiro lugar, não criando condições como essa de beneficiar, premiar aqueles elementos que não souberam conduzir a administração de seus frigoríficos e acabaram dando a terceiros um prejuízo da ordem de vinte e cinco bilhões de cruzeiros. Por outro lado, esperamos que um preço justo seja estabelecido para a exportação de carne, dando aos pecuaristas estímulo para desenvolver suas atividades. Que possamos, dentro de uma boa administração, tirar nosso País das dificuldades econômicas que vem enfrentando e que, como dizíamos, tem repercussões no setor político-social de nossa terra.

Era o que deseja dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Cattle Pinheiro) — Com a palavra o Sr. Senador Aarão Steinbruch.

O SR. AARÃO STEINBRUCH:

(Lê o seguinte discurso): — Sr. Presidente, Srs. Senadores, embora seja impossível quantificar, em dólares ou em cruzeiros, as perdas causadas ao País no curso da atual política econômico-financeira, não há dúvida quanto ao fato de que toda a Nação vem sofrendo, sem perspectiva imediata de qualquer alívio, os efeitos ruinosos de uma depressão que se torna dia a dia mais generalizada e mais profunda. E nisso reside a explicação para o aparente milagre de se irem agrupando num mesmo coro vozes as mais diversas — desde os grandes proprietários rurais aos operários dos centros urbanos e aos martirizados trabalhadores do campo. Vai se tornando unânime, e cada vez mais vigoroso, o protesto das forças sociais que, afinal, compõem a Nação brasileira, contra a orientação econômica seguida pelo atual Governo.

A verdade, porém, Sr. Presidente, é que são os trabalhadores os maiores sacrificados pela execução de semelhante política. De um lado, pelo deliberado propósito dos planejadores oficiais de reduzir ao mínimo o poder aquisitivo da massa consumidora, sob o pretexto da luta anti-inflacionária. De outro lado, pela privação que foi imposta aos trabalhadores de seus legítimos instrumentos de barganha e pressão social. Os fazendeiros de café, se não lhes satisfaz o esquema para a safra proposto pelo Governo, podem livremente manifestar o seu desagrado e exigir do IBC as retificações que consideram justas. Seus reclamos serão, de uma forma ou de outra, razoavelmente atendidos. Entretanto,

quanto aos trabalhadores, nem ao menos se admite o diálogo. É a primeira insistência de uma categoria ou um sindicato qualquer, logo surge o estigma de "subversão", caminho aberto para toda sorte de perseguições e violências.

Assim, sobre as costas largas — embora cada dia mais compridas — dos trabalhadores se acumulam as consequências desastrosas da depressão econômica. Em 1964, para uma elevação de 800 por cento do custo de vida o aumento médio dos salários não chegou a 50 por cento. E foi para cá a situação se fez agravar-se para desaguar, hoje, no crescente desemprego, tanto nos centros industriais como nas áreas rurais.

Nos últimos meses, ao lado do desemprego total, vem sendo denunciada aos trabalhadores uma nova realidade: a qual seus salários estão sendo violentamente reduzidos. Trata-se da diminuição dos dias de trabalho durante a semana: em algumas empresas dois dias, em outras três, havendo casos até mesmo de quatro dias. Alegam as empresas, como justificativa de tal atitude, a queda que se verifica nos negócios, determinando um decréscimo forçado da produção. O fenômeno se observa sobretudo na indústria automobilística, em São Paulo, na indústria têxtil, também em São Paulo e Nordeste, na indústria metalúrgica da Guanabara e numa série de setores industriais do Estado do Rio.

Não se pode colocar em dúvida a procedência da alegação pessoal. Evidentemente, as fábricas de automóveis estão com os patios cheios, a espera de compradores que não aparecem. A indústria têxtil, como é sabido, enfrenta uma crise que já se aproxima do colapso. Todo o mercado se contrai, como reflexo inevitável do empobrecimento a que o País está sendo arrastado.

Com o que não podemos concordar, entretanto, é que sejam lançados sobre os ombros dos trabalhadores os efeitos dessa política que se proclama recuperadora quando, de fato, gera o retrocesso e o estiolamento de nossa economia. Não é possível que as classes despossuídas tenham de pagar por tudo e em tudo, perdendo a liberdade, perdendo o salário, perdendo o emprego para, ao fim de tantas perdas, ganhar o desespero.

Sr. Presidente: a prática de reduzir o salário com a diminuição de dias de trabalho é juridicamente inconstitucional. Em seu art. 803 admite a Consolidação das Leis do Trabalho a redução salarial desde que se configure a força maior, configurada na ocorrência de prejuízos devidamente comprovados, não podendo nunca a redução ser superior a 25% do salário nem ultrapassar, como limite inferior, o salário-mínimo regional. A prova de prejuízos teria de ser produzida nem ultrapassar, como limite inferior, sadas as contas e livros competentes.

Todavia, existe já firmada a jurisprudência que nega a aplicabilidade da "força maior" nos casos em que os empregadores invocam a conveniência econômica para o efeito de reduzir salários de seus empregados. É taxativo, por exemplo, o Acórdão do Tribunal Superior do Trabalho, Processo nº 1.759-57: "Alegação de conveniência econômica, ainda que ponderável, não se justifica como motivo de força maior". No juízo dos tribunais, como não podia deixar de ser, as dificuldades econômicas sofridas por determinadas empresas — derivam elas de carência de crédito, de diminuição do ritmo de negócios, da ausência de pagamento pelos compradores, etc. — constituem o risco do negócio, que o empregador não tem o direito de transferir para o empregado. Ao ser contratado, o trabalhador não está fazendo um negócio mas, em troca de um pagamento invariável, assumindo o compromisso de prestar um serviço determinado. O

salário não se eleva se crescerem os lucros da empresa, pelo simples fato de não participar o trabalhador nos riscos do negócio. Todavia, se os salários são reduzidos ao ocorrer uma queda nos lucros, teríamos configurada a participação dos empregados nos riscos do negócio — mas só quando os riscos pesam de maneira negativa. É este exatamente o conteúdo de um outro Acórdão do Tribunal Superior do Trabalho, 1ª Turma, R. R. 1.839, de 1960: "Dificuldades financeiras não caracterizam a força maior, constituindo circunstância própria da atividade econômica".

Dê-se modo, Sr. Presidente, cabe ao Ministério do Trabalho e suas Delegacias Regionais a obrigação de, zelando pelo cumprimento da lei, adotar as medidas cabíveis para impedir que continue a difundir-se esse expediente a que vêm recorrendo certos setores industriais afetados pela depressão econômica.

De qualquer sorte, se o desemprego e a redução de salários agravam até à aflição as condições de vida das massas trabalhadoras, representam também para as classes empresariais o abatimento e a ruína. As finanças públicas, por sua vez, entram em declínio, gerando novos fatores de instabilidade e transtornos econômicos. No Estado do Rio, por exemplo, é alarmante a queda que se verifica na receita tributária. Nos últimos dias de maio, de um duodécimo de 11 bilhões de cruzeiros, o Tesouro Estadual possuía em caixa apenas 3 bilhões. Como consequência, vem sendo feito com atraso o pagamento de vencimentos dos servidores do Estado.

O aguçamento de todos esses fenômenos negativos, ao longo de um ano de experiência vivida pelo País, é uma prova conclusiva da necessidade de modificação da atual política econômico-financeira. Confirma-se, e de maneira a mais dolorosa para a Nação, o acerto da tese formulada em 1962 pelo Ministro Roberto Campos, segundo a qual a estagnação é pior do que a inflação.

Não pretendo defender nem justificar a inflação. Mas não se pode aceitar como alternativa para os males do processo inflacionário a droga fatal que deprime e estiola o organismo econômico nacional.

A verdade é que faliram por completo alguns dos pressupostos essenciais da política econômico-financeira traçada pelo Sr. Roberto Campos, com os apiaosos suspensivos do Fundo Monetário Internacional. Dentre esses pressupostos, o afluxo de capitais estrangeiros, especialmente de procedência norte-americana. Esses recursos não apareceram. O investimento alienígena de que mais se faz alarde, e que ainda se acha no plano das cogitações e estudos, é o de uma indústria automobilística dos Estados Unidos — setor que, segundo o próprio Ministro do Planejamento, já se caracteriza por uma excessiva multiplicidade de marcas, a tal ponto que perturba e desorganiza o mercado. Quanto às possibilidades futuras, pelo menos se se tiver em conta o futuro imediato, tudo indica que a tendência é de se retraírem ainda mais os investimentos norte-americanos. Como se sabe, encontram-se os Estados Unidos num período de sérias dificuldades no que se refere ao seu balanço de pagamentos. Mais de uma vez, o Presidente Johnson pessoalmente dirigiu apelos aos homens de negócios estadunidenses visando a restringir a saída de dólares.

Agora, o Presidente do Banco de Reserva Federal, Mister William Mc Chesney Martin, em pronunciamento que vem alcançando a mais profunda repercussão mundial, afirma que as presentes condições da economia americana apresentam semelhanças inquietantes com a época que precedeu a destruidora crise de 1929-33.

E' tempo de o Governo do Marechal Castelo Branco abrir os ouvidos pa-

ra as advertências que lhe vêm sendo feitas e se convencer, afinal, de que o papel estratégico atribuído ao capital estrangeiro no Plano de Ação Governamental não encontra nenhum fundamento na realidade e só encerra o propósito de alienar a economia nacional, transferindo para o exterior os seus centros de decisão.

Chegou o instante de pôr termo à funesta experiência estagnadora. Não bastam as emendas parciais, como o financiamento, inclusive com recursos dos Institutos de previdência, da indústria automobilística. O que se faz necessário é substituir as próprias bases em que se apóia a atual política econômico-financeira, é romper o círculo de ferro da estagnação e empreender a retomada do desenvolvimento, corrigindo-se as antigas distorções inflacionárias e consolidando-se os fatores de ordem nacional.

Não há outra alternativa para evitar-se que continuem a dilatar-se fenômenos danosos como a queda da produção, o desemprego ou a redução de salários. Esse é o interesse comum de patrões e empregados, o interesse supremo de toda a Nação. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE:

(Callele Pinheiro) — Sobre a mesa o ofício do sr. Governador do Estado da Guanabara que vai ser lido pelo sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte:

OFÍCIO

Ofício GGG nº 564, Em 22 de junho de 1965.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de solicitar ao Senado Federal, nos termos do artigo 63, nº II, da Constituição, a indispensável autorização para que possa o Estado da Guanabara através de sua Autarquia denominada Superintendência de Serviços Médicos — SUSME, contrair empréstimo até o valor de DM 3.200.000 (três milhões e duzentos mil marcos alemães) com o Kreditanstalt für Wiederaufbau, de Frankfurt.

Pela Lei nº 279, de 28.12.62, a Assembleia Legislativa, dentro de sua competência, já concedeu a necessária autorização.

O empréstimo, cujas condições são as estipuladas na cópia anexa, destina-se a equipar os hospitais do Estado da Guanabara e integra-se como complemento ao plano de saúde pública que o Governo brasileiro comprometeu-se a realizar, com a ajuda do Governo da República Federal da Alemanha, conforme protocolo de cooperação financeira, assinado em 30 de novembro de 1963.

Atenciosas saudações. — Carlos Lacerda, Governador.

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES

Goldwasser Santos.

José Guimard.

Edmundo Levi.

Sebastião Archer.

Menezes Pimentel.

Barros Carvalho.

Aurélio Vianna.

Gilberto Marinho.

Benedicto Valladares.

Flinto Müller.

Milton Meneses.

Mello Braga. — 12.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O expediente vai às Comissões de Finanças e de Constituição e Justiça.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1º

Continuação da votação, em turno suplementar (art. 275-A, do Regimento Interno), do substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça, aprovado em 16 de maio em curso, ao Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 1965 (número 2.743-B-65, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que define o crime de sonegação fiscal, dependendo de pronunciamento das Comissões de Constituição e Justiça, de Projetos do Executivo e de Finanças sobre as emendas.

Na sessão anterior procedeu-se à votação do substitutivo do projeto, que foi aprovado, salvo destaque concedido pelo Plenário, dependendo de pronunciamento do Plenário a Emenda nº 6, não votada por falta de número.

Em votação a Emenda nº 6.

O SR. MEM DE SÁ:

Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra V. Exa.

O SR. MEM DE SÁ:

Sr. Presidente, eu pediria a Vossa Exa. a fineza de remeter-me o Projeto porque nos avulsos não consta o texto do mesmo, tal como veio da Câmara dos Deputados. Não estou fazendo nenhuma crítica à Mesa porque ela está certa. O que está sendo votado é o Substitutivo e este consta do avulso. Mas eu precisava ler para o Plenário um artigo do Projeto.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Vou enviar a V. Exa. o Projeto. Verifico que há requerimento de V. Exa. que precisa ser lido e votado antes da matéria. Em seguida, darei a palavra a Vossa Exa.

Vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário o Requerimento do nobre Senador Mem de Sá.

E' lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO

Nº 373, de 1965

Nos termos dos arts. 212, letra t, e 310, letra c, do Regimento Interno, requereio, para rejeição, do art. 7º da emenda nº 6 ao Substitutivo do projeto nº 100, de 1965.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1965. — Mem de Sá.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Em consequência da aprovação do Requerimento, está rejeitado o art. 7º da Emenda nº 6.

Em votação os artigos 8º e 9º da Emenda nº 6.

Tem a palavra, para encaminhar a votação, o nobre Senador Mem de Sá.

O SR. MEM DE SÁ:

(Para encaminhar a votação, Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, pedi a palavra apenas para chamar atenção dos colegas que estão preocupados com o lançamento ex officio ou por sinais indicativos, para a situação que se criará caso a minha emenda seja rejeitada.

Na matéria o de que se trata é do chamado lançamento ex officio por sinais exteriores de riqueza.

Esse sistema existe em quase todas as legislações adiantadas do mundo. O processo é originário da França, onde, desde o começo deste século, é usado, como nos Estados Unidos, etc. Tem por objetivo não atingir os homens do trabalho, os homens da pro-

dução, e, sim, precisamente aquelas figuras suspeitas que, não tendo como explicar a origem das suas rendas, fazem declarações em que quase rendas não aparecem.

Especificamente, para exemplificar: o caso dos indivíduos que naurem imensas riquezas do contrabando, do jogo, de negociações, de comissões clandestinas, de corrupção. Não podem fazer declaração de renda, porque não têm como explicar a renda, e levam vida de fausto e de ostentação. Os jornais diariamente publicam a vida de certas figuras da República: iates, viagens à Europa, recepções, com "esticadas" nas buates de luxo, etc. No entanto, a declaração dessas figuras não apresenta rendas.

Ontem, dizia aqui, exemplificando: se o fisco quiser perseguir figuras respeitáveis de empresários, como o nobre Senador Afílio Fontana e o nobre Senador José Ermirio, será possível aos fiscais começarem a peneirar a escrita e a documentação, até encontrar nugas, minúcias, tolices, como tantas vezes agentes fiscais mal intencionados fazem, para extorquir.

No entanto, com este dispositivo de sinais exteriores, nenhum agente se animará a fazer lançamentos ex officio contra qualquer destas nobres figuras que acabo de mencionar, tal é a vida de modéstia e sobriedade que levam. O objetivo do artigo é sobretudo intimidar essas pessoas que fazem declaração de rendas ínfimas, de ínfimos rendimentos, e que têm uma vida de fausto e ostentação.

Mas queria chamar a atenção dos nobres colegas para o risco dos que temem esse dispositivo. A emenda que apresentei está cercada dos maiores resguardos e precauções. Ela estabelece que apenas (lendo):

"Art. 8º Pelo prazo de dois exercícios financeiros, as declarações apresentadas para efeito do pagamento do imposto de renda poderão ser impugnadas, motivadamente, pelas repartições lançadoras, quando os rendimentos nelas consignados estiverem em manifesta divergência com sinais exteriores que evidenciem a renda auferida ou consumida pelo contribuinte".

O parágrafo único precisa melhor:

Parágrafo único. Considera-se manifesta a divergência, a que se refere este artigo, quando o arbitramento da renda, feito com base nos sinais exteriores, exceder em mais de um terço o valor da renda declarada pelo contribuinte.

Quer dizer, o contribuinte pode esclarecer satisfatoriamente a divergência, por exemplo, mostrando que tem rendas de ações ao portador, mostrando que recebeu uma herança ou declarando de qualquer forma a origem da renda que aparece. (Lendo:)

"Quando não esclareça, satisfatoriamente, a divergência a que se refere o artigo anterior, será instaurado contra o mesmo lançamento ex officio e feito o arbitramento do rendimento tributável com base na renda presumida através de utilização de sinais exteriores que evidenciem a renda auferida ou consumida".

Há um outro parágrafo com maior precaução:

§ 2º Em nenhuma das hipóteses previstas neste artigo e no anterior será aplicada qualquer multa ou penalidade sem se assegurar ampla defesa ao contribuinte.

O que desejo mostrar é que, se esta emenda não for aprovada, com as cautelas que nela figuram, a Câmara dos Deputados poderá, ao receber nosso substitutivo, de acordo com o processo que sempre usa, ficar, com o art. 9º do projeto que para cá nos enviou.

É sabido que a Câmara, quando recebe um substitutivo do Senado, confronta os artigos e pode aceitar em parte o substitutivo, mandando alguma das disposições do substitutivo por disposições do seu projeto. Isto tem sido reiteradamente feito e um caso típico foi o famoso substitutivo da Lei de Remessa de Lucros, em que a Câmara dos Deputados introduziu no substitutivo da Comissão Mista, dispositivo do projeto inicial oriundo daquela Casa.

Quero chamar a atenção para a situação criada, se a Câmara assim fizer, como pode fazer, como costuma fazer.

O artigo 9º do projeto diz apenas isto:

"Caso o contribuinte não esclareça satisfatoriamente, a divergência a que se refere o artigo anterior, será instaurado contra o mesmo lançamento *ex officio* e feito o arbitramento do rendimento tributável com base na renda presumida de utilização de sinais exteriores que evidenciem a renda auferida ou consumida".

Quer dizer, o dispositivo do projeto, este sim, é que é verdadeiramente perigoso. Tanto que eu, falando com o Ministro Góes de Azevedo sobre este projeto, disse-lhe que o substitutivo do Senador Jefferson de Aguiar não havia acolhido esse artigo e que eu estava de acordo com ele, porque o artigo nos termos em que se achava então, lançado no projeto, sem nenhuma precaução, era artigo altamente perigoso. Nessa oportunidade o Ministro da Fazenda se deu conta da modificação introduzida, pela Câmara, e pediu-me para restabelecer os artigos do Projeto do Governo, constante do Substitutivo da Comissão de Finanças da Câmara que não foi adotado pelo Plenário. O Plenário da Câmara, curiosamente, não aceitou este dispositivo que eu, agora, reproduzo na Emenda. Preferiu ficar com este simples artigo que é verdadeiramente perigoso, alarmantemente perigoso.

Chamo a atenção dos nobres colegas no sentido de que a rejeição dos arts. 8º e 9º da minha Emenda, pode trazer como consequência, resultado muito mais de temer do que aquilo que se consigna na minha Emenda.

Era o que desejava comunicar ao Plenário. (Muito bem!)

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR:

Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra o nobre Senador Jefferson de Aguiar, para encaminhar a votação.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR:

(Para encaminhar a votação — Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, o lançamento indicatório e *ex officio* pretendido na Emenda nº 6, de autoria do nobre Senador Mem de Sá, teve parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça e foi rejeitado pelo Plenário ao ensejo e oportunidade regimentais da aprovação do Substitutivo que alterou a proposição do Poder Executivo, aprovado pela Câmara dos Deputados.

O lançamento indicatório a que alude a Emenda, e a que os artigos dos dois projetos do Executivo se referiam, constituem, a meu ver, um instrumento de ação política, perigosíssimo, porque muitos dos agentes fiscais são candidatos, muitos deles agem como bem denunciou o Senador Mem de Sá, e todos conhecem as dificuldades imensas, quase intransponíveis para que o contribuinte possa defender-se, na área administrativa, contra qualquer imputação, que se lhe faça, de sonegação de impostos ou evasão de renda.

No caso particular do imposto de renda, por exemplo, quando qualquer cidadão venha a ser acusado, pelos sinais exteriores, de riqueza, critério subjetivo, amplíssimo, de estar sonegando impostos e ficar submetido ao lançamento *ex officio*, evidentemente terá que promover uma defesa que, se recusada, só terá um recurso, para o Primeiro Conselho de Contribuintes.

Para o recurso para o Primeiro Conselho de Contribuintes, exige a Lei e determina o regulamento que deve haver garantia da instância, isto é, garantia fidejussória, fiança ou real depósito ou, então, pagamento imediato.

Ora, se há um lançamento *ex officio* baseado em indícios exteriores de riqueza, que pode levar um cidadão a um débito quase impossível de pagar, e muito menos de garantir para recurso, é evidente que o cidadão fique submetido a contingências aleatórias e compulsivas que, entendendo, não deve o Senado atender, não obstante os intuítos enunciados pelo nobre Senador Mem de Sá, aqui interpretando a manifestação do Sr. Ministro da Fazenda.

O projeto do Governo foi rejeitado pelo Senado e aprovado o substitutivo elaborado pela Comissão de Constituição e Justiça. O lançamento indicatório foi repellido. Não é possível, portanto, renovar-se essa pretensão do Executivo, maxime quando, no caso, a lei só entrará em vigor em 1º de janeiro de 1966, conforme a Emenda já aprovada e constante do Substitutivo que constitui o pronunciamento final do Senado Federal.

Ora, se apenas em 1º de janeiro de 1966 pode entrar em vigor, inclusive essa proposição concernente ao lançamento indicatório, nada obsta a que o Senado rejeite a Emenda e o Governo renove a proposição com mais cuidado, com maiores detalhes e com a possibilidade mesmo, pelo caput do Art. 4º do Ato Institucional, de poderem as duas Casas do Congresso Nacional, examinar, detidamente, a espécie, dando perfeita adequação ao lançamento indicatório, se assim for e se acolher, afinal.

Entendo que as leis vigentes asseguram ao Governo todo o procedimento contra aqueles que, como acentuou o nobre autor da emenda, se exibem na "high society" e, no entanto, apresentam declarações de rendas infimas, incompatíveis com os rendimentos que demonstram ter.

Realmente, conforme está no Decreto nº 55.866, de 15 de março de 1965, nos Arts. 36, 51, 106, 137, 140, 180, 192, 262, 326, 323, 337 e 338, o Governo pode impugnar a declaração de rendas, promover o arbitramento do rendimento de cada um dos contribuintes, e determinar a verificação real desse rendimento. Mas a emenda vai mais longe: admite os sinais exteriores como elemento comprobatório de rendimento.

Não há possibilidade, portanto, de defesa contra o critério subjetivo.

O Sr. Mem de Sá — Não há critério subjetivo, são objetivíssimos!

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Não há dúvida de que os agentes fiscais poderão alterar esses critérios, que não admitem padrões objetivos, afirmo!...

O Sr. Mem de Sá — Só admitem padrão objetivo!

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — ... porque é sinal exterior de riqueza para uns, um cidadão possuir um automóvel; é sinal exterior de riqueza para outros, possuir o cidadão uma ou duas casas; outros, entretanto, entendem que é sinal de riqueza o cidadão se vestir bem, enquanto outros entendem ser outra coisa; e assim sucessivamente divergem na apreciação desses fatores que agredem a qualquer um, permitindo que isso possa se transformar, nas mãos de funcio-

nários não muito escrupulosos, em ação política contra qualquer cidadão ou contra qualquer político.

Não aceito, portanto, o lançamento indicatório, na base em que está lançado, muito menos de acordo com aquele preceito que foi aprovado pela Câmara dos Deputados. Acho que o Governo não deveria fazer prevalecer essa preceituação numa lei que regula e define o crime de sonegação fiscal. O Sr. Ministro da Fazenda poderá enviar ao Congresso outra Mensagem, amplamente esclarecida, para que a possamos apreciar em separado, verificando, inclusive, esses preceitos do Regulamento e de leis a que se reporta o Regulamento, num contexto só, permitindo que o lançamento indicatório não ultrapasse os limites de defesa e de segurança do contribuinte, e não se constitua, em suma, em um instrumento de desgano e de tensão para o contribuinte, que poderá estar, a todo momento, preocupado com a ação do Fisco, que o terá não como presumidamente honesto, mas presumidamente desonesto, contra, até, um princípio universal dos Direitos do Homem.

Reportando-me, portanto, ao parecer contra o lançamento indicatório e invocando o Regulamento do Imposto de Renda e as leis específicas que regulam a matéria, demonstrando, inclusive, que o Fisco está armado, plena e amplamente armado, contra os sonegadores, espero que o Senado recuse a emenda, para que o Executivo, se quiser e achar conveniente, remeta uma mensagem especial para que o Senado e a Câmara examinem, novamente a proposição, dentro do contexto geral das leis fiscais e não dentro de um projeto que regula crime de sonegação.

Além disso, deve ser acentuado que, se o projeto atual define como crime a sonegação, não há como se pretender estabelecer que o lançamento *ex officio* tenha por base sinais exteriores de riqueza.

Al seria dupla a pena, seria impôr ao contribuinte que sonegasse imposto, que reduzisse os seus rendimentos ou praticasse aqueles atos definidos pelo Art. 1º, outra situação perigosa e clamorosa: a de estar, a qualquer momento, submetido ao lançamento indicatório, incluindo-o na preceituação do Art. 1º, podendo, portanto, ser acusado de sonegação e levado ao Judiciário, para o cumprimento de uma pena expressa no Art. 1º.

Assim, Sr. Presidente, espero que o Senado, examinando tranquilamente a emenda nº 6, haja por bem salvaguardar os cidadãos das ameaças que o lançamento indicatório contém, evitando, portanto, que se pratique um erro ou uma precipitação.

Se o Executivo pretende a renovação da emenda, poderá fazê-lo, no prazo de sessenta dias, ou imediatamente, dentro das prerrogativas do Ato Institucional, sem qualquer prejuízo, porque a lei que estamos elaborando, como afirmei inicialmente, só entrará em vigor a 1º de janeiro de 1966.

Mais tarde, renovada a matéria, o Senado e a Câmara poderão dar à questão deslinde mais equânime e de acordo com os interesses da coletividade. (Muito bem; Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra o Sr. Senador Aurélio Viana, para encaminhar a votação.

O SR. AURELIO VIANA:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, já foi eliminado da Emenda nº 6 o artigo 7º. Confesso que discordo dele, exclusivamente por existir um termo que poderia causar verdadeiros transtornos nas empresas existentes:

"Quando se tratar de pessoa jurídica, a responsabilidade penal

pelas infrações previstas nesta Lei será de todos os que, direta ou indiretamente ligados a mesma, tenham praticado ou concorrido para a sonegação fiscal."

Este "indiretamente", no artigo, se constituiria numa arma de inquirição das mais terríveis: os responsáveis diretos pela sonegação seriam punidos, bem como os indiretamente responsáveis, os que não tivessem tido conhecimento do que se processava.

Foi destacado o Art. 7º da emenda e rejeitado. Deveria, a meu ver, ter sido eliminada apenas a palavra "indiretamente".

Ora, Sr. Presidente, num certo sentido, considero a emenda inócua; não alcança os seus objetivos. Poderia transformar-se numa arma de perseguições terrível, tremenda: Sinais exteriores de riqueza...

Há contumazes ladrões, adarvaes conhecidos que burlam o fisco, que sonegam impostos, que inclusive não depositam dinheiro em bancos, não recebem cheques em pagamento dos débitos nem os emitem, porque não têm, repito, dinheiro em bancos, vivem com suas arcas empanturradas de dinheiro, ou de jóias, ou de brilhantes e, por não apresentarem sinais exteriores de riqueza, estão isentos do pagamento do Imposto de Renda.

Se há uma questão subjetiva é esta. Mas o Senador Mem de Sá declarou, se bem ouvi, que o objetivo de sua emenda é alcançar o contrabandista, o sonegador, o negociante. Se o objetivo é atingir aquele que, não podendo fazer a sua declaração de renda, porque não saberia como explicar a raiz, a gênese de sua fortuna, não o faz então deveríamos ter ficado no § 1º e no § 2º do Art. 9º. Este sim, poderia alcançar o fim colimado pelo Senador Mem de Sá:

"Os sinais exteriores que evidenciam a renda auferida ou consumida poderão ser igualmente utilizados" — diria eu "serão utilizados" — "para instauração do lançamento *ex officio*, por falta de apresentação de declaração de rendimentos."

O Sr. Mem de Sá — É uma hipótese. Hipótese de que não houve declaração.

O SR. AURELIO VIANA — É aí que se pega o sonegador, é aí que se vai trazer o elemento, que não lê a declaração, a fazê-la. Nós teríamos que multiplicar muita, vezes o número de funcionários do imposto de renda, criando-se uma espécie de inquisição neste País.

As denúncias anônimas correriam e seriam aceitas por muitos. Os sinais exteriores de riqueza, repito, é questão muito subjetiva e muito discutida. Quais os sinais exteriores de riqueza?

O conceito é tão amplo que até mesmo uma jovem vaidosa, que acumulasse durante meses algo para a compra de uma veste lustrada ou recebesse, sendo muito bela ou agradável, de presente uma jóia, poderia ver os seus pais acusados, pelos sinais exteriores de riqueza da filha, de sonegadores ou de não terem feito uma declaração de renda.

Em síntese, temo pela infutilidade que, infelizmente, existe neste País, que esta emenda, no seu conjunto, se constitua numa arma poderosa...

O Sr. Jefferson de Aguiar — É invencível.

O SR. AURELIO VIANA — ... que venha denegrir reputações. Os próprios políticos, os mais visados, os mais acusados — e, muitas vezes, com muita razão acusados — de sonegadores, poderiam, inclusive, ter o seu direito à candidatura a postos eletivos impugnado. Também é tão amplo o projeto que chegou, e que vai ser votado, daqui a pouco, sobre inelegibilidade

que o indivíduo, quando pudesse proclamar a sua defesa, já estaria condenado a não receber sufrágios daqueles que nele porventura quisessem confiar.

No tempo do Sr. João Goulart, do Sr. Jânio Quadros e do Sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, muitos projetos moralizadores eram impugnados, principalmente pela União Democrática Nacional, que dizia: "não confiamos nos homens que estão no Governo, nos homens que estão no poder — mas o projeto é bom". O raciocínio poderia caber muito bem nos que hoje não confiam nos homens que estão no poder, na máquina administrativa que aí se encontra.

Per summa capita: é até arriscado vir alguém à tribuna para discutir esta matéria porque poder-se-ia, amanhã, dizer-se de tal pessoa que ela receosa, pelos sinais exteriores da sua riqueza, de um artigo numa lei, como o que estamos apreciando.

Se emenda foi pensada, meditada e toda ela é justa, pergunta-se: porque foi eliminado o artigo 7º? Então, implicitamente, o autor da emenda reconheceu que havia injustiça no trabalho que apresentou. Tanto havia que ele próprio concordou na retirada do art. 7º. Este, sim, é que ia alcançar a pessoa jurídica, as grandes empresas, os grandes grupos econômicos.

Assim, vamos ficar na pessoa física. O funcionário, o bancário, o pequeno e médio agricultor, o homem que faz as suas economias, poderia ter contra ele o dedo duro dos inimigos em potencial. As denúncias surgiram, ninguém tenha dúvidas. E daqui que o indivíduo provasse a sua inocência, já estaria enfiado, porque o bote é assim.

Termino com esta pequena ilustração: um homem honesto, sobre cuja honra apresentaram as maiores dúvidas os seus inimigos. Particularmente um deles espalhou notícias da sua desonestidade, da prática de atos indecorosos. Esse homem defendeu-se.

O outro veio pedir-lhe perdão. Então, o caluniado encheu um saco de algodão-seda e disse-lhe: vamos aquele monte". E lá foram os dois ao cimo do monte, onde o caluniado abriu o saco e espalhou o algodão-seda, que foi levado por toda parte pelo vento. Disse, então, o homem que fora injuriado: "Agora o meu amigo cate todo o algodão-seda espalhado pelo vento da calúnia e o coloque de novo no saco. Está perdoado". O outro retrucou-lhe: "mas isso é impossível!" "Assim a calúnia que você espalhou."

A maioria do que foi dito por toda a parte não voltará mais".

Estamos numa época de honestidade, em que todo mundo quer que todos tenham mãos limpas e os que tenham mãos sujas sejam punidos. Mas tenho a certeza de que a grande quadrilha de sonegadores saberá defender-se. Já se vem defendendo. Está bem organizada.

Não discuto, porque não duvido dos altos e bons propósitos do Senador Mem de Sá. Para mim é um homem de bem e um homem de honra.

O Sr. Jefferson de Aguiar — Ninguém o duvida.

O SR. AURÉLIO VIANA — Estou com V. Exa. Ninguém duvida do seu caráter, da sua dignidade. Mas, da mesma maneira que S. Exa. concordou na retirada do artigo 7º, da sua emenda, comprovando assim o seu equívoco na apresentação dele, poderá também causar grandes males a tanta gente, a tantos homens, a tantos brasileiros com a manutenção da sua proposição.

Sr. Presidente, se não me equivoquei no que ouvi, S. Exa. declarou que esta Emenda havia sido apresentada na Câmara e rejeitada pela Câmara, que preferiu aquele artigo pior do que o que aqui se encontra. Conclui que sim.

S. Exa., de maneira inteligente, honestamente inteligente, fez crer que, aprovada esta emenda, já estaria rejeitado o artigo do Projeto. Não. Porque se o Substitutivo for aprovado, artigo por artigo, e se a Câmara já rejeitou a Emenda, na primeira vez, poderá fazê-lo na segunda. O Substitutivo já aprovado pelo Senado, elimina o artigo condenado pelo próprio Relator, próprio autor da Emenda. E mais difícil mantê-lo porque não haverá opção entre um artigo do Substitutivo da mesma substância, e o que se encontra no Projeto do que mantendo o que aqui se encontra.

Em síntese, gostaria, sinceramente, que houvesse uma maneira de se apresentar uma subemenda mantendo o parágrafo primeiro e o parágrafo segundo do art. 9º, para que fossem alcançados aqueles que não fazem declaração de rendas e se apresentam como possuidores de bens, de fortunas, de rendas. Costaria, e votaria a favor.

Mas, Sr. Presidente, infelizmente desta vez não posso concordar com a emenda, como está redigida. Digo infelizmente porque, toda vez que voto contra uma proposição apresentada pelo Senador Mem de Sá, o faço constrangidamente porque sei das suas ótimas intenções. Mas como S. Exa. também, muitas vezes vota contra proposições que eu apresento, apesar de saber que comungamos no campo ético...

O Sr. Mem de Sá — Plenamente.

O SR. AURÉLIO VIANA — ... e eu respeito a sua opinião, quando discordo, ...

O Sr. Mem de Sá — Como respeito a de V. Exa.

O SR. AURÉLIO VIANA — ... eu o faço com tristeza, com aquela má-ma tritura de quando S. Exa. vota contra um projeto, uma emenda ou uma proposição que eu venha a apresentar.

O Sr. Mem de Sá — Muito obrigado a V. Exa.

O SR. AURÉLIO VIANA — É isto, Sr. Presidente e nobres Senadores, o que gostaria de dizer, em essência: nobre idéia, mas na prática seria uma verdadeira desgraça, neste momento, neste instante, a meu ver, no seu conjunto.

Era só, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Com a palavra o nobre Senador Barros Carvalho.

O SR. BARROS CARVALHO:

(Para encaminhar a votação) (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, não estou ainda em condições de examinar bem o projeto que ora se discute, mas se devo render homenagem a aqueles Srs. Senadores que procuraram melhorar o montante que vamos votar hoje, não devo deixar que ele passe com minha formal e integral condenação.

Vivi este projeto, eu o vivo há quase vinte e cinco anos porque, sempre que há um Ministério da Fazenda interessado na melhoria da arrecadação, ele procura evitar a fraude e quando procura meios para evitar a fraude, busca meios de punição dessa natureza. Então, posso dizer que há mais de vinte e cinco anos se luta, no Brasil, no Ministério da Fazenda, para se impor uma legislação desse tipo. Aí está o Dr. Tito Rezende, homem que melhores serviços tem prestado à arrecadação, à fiscalização e à jurisprudência fazendária; o Dr. Tito Rezende que o diga. Acho que o projeto é nefasto porque não precisamos dele para arrecadar, precisamos de uma maquinaria arrecadadora, que não temos. E ainda vamos criando, aqui, figuras de fraudes que não poderemos combater.

Penso que as emendas do nobre Senador Mem de Sá são bem melhores que o próprio projeto. No entanto, sou contra ambas, porque no dia em que estivermos expostos ao arbítrio da fiscalização, e da fiscalização que hoje temos no Brasil, que não é apenas a do agente fiscal do Imposto de Consumo, como é de auxílios, às vezes, ignorantes, que nunca prestaram concurso; de funcionários dos mais modestos, arranjados só Deus sabe como — enquanto tivermos um corpo de fiscalização dessa natureza não poderemos ter a certeza de que não haverá também dessa natureza.

O imposto indiciário que é adotado, deve ser adotado e, inclusive, pode ser adotado no Brasil, porque nossa lei permite — não deve, no entanto, ser recomendado da maneira por que o é, porque na fase em que estamos mergulhados — numa caos fazendário: não sabemos quanto pagamos de imposto nem o Fisco sabe quanto arrecada nem nos que arrecada; nem quem paga sabe se está pagando certo nem quem recebe sabe se está recebendo corretamente.

Numa fase, como, como esta, Sr. Presidente, Sr. Senadores, julgo uma barbaridade votar-se projeto de tal natureza. Combati-o quando o Presidente João Goulart o apresentou. Controlar que isso era uma iniquidade; procurar arrastar, por intermédio de fórmulas as mais perigosas, recursos para o Fisco nacional, perfeitamente obtentivos por outros processos, como seja o da fiscalização bem armada, o da arrecadação bem compreendida, porque, então, nós teríamos não um orçamento normal, mas o dobro desse orçamento.

Ainda hoje não mantido dentro deste ponto-de-vista.

Assim, Sr. Presidente, acho que se aceitarmos tanto a Menção do Presidente da República quanto as emendas ao projeto apresentadas, vamos caminhar para uma lei que pode exigir do contribuinte mais ou menos imposto, de acordo com sua cara, impulso fisiológico — você tem que pagar mais, e você tem que pagar menos. É um arbítrio puro. Acho que o Fisco, principalmente o brasileiro, não está em condições de emergência.

Por isso, apesar da boa vontade, do espírito altamente constitutivo, tanto do Sr. Presidente da República, quando remeto mensagem desta natureza, como da Câmara e do Senado, quando apresentam suas emendas, apesar de tudo isto, levando-me contra a constituição desse projeto, porque o acho nefasto, atulhado, à Fazenda Nacional.

Vamos, porém, ter a paciência para cobrar o que está lançado. E basta. (Muito bem, Sr. Mem de Sá.)

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Com a palavra, para encaminhar a votação, o nobre Senador Aurélio Viana.

O SR. AURÉLIO VIANA:

(Para encaminhar a votação) (Sem revisão pelo orador) — Sr. Presidente, acho muito boas as indicações constantes, mas, no momento como esta, não poderia deixar de externar meu pensamento com referência ao projeto que estamos debatendo, e que trata do combate à sonegação fiscal.

Certo sou homem que tem vivência do problema, e conhecendo o profundamente, conheço, e a certa ocasião, a ter conhecimento de honestidade pagar os tributos pois verificamos que aqueles que enriquecem, não pagam tributos ou pagam muito pouco, criando situações verdadeiramente difíceis para os que honestamente os pagam.

O Sr. Mem de Sá — Muito bem. O SR. AURÉLIO VIANA — Se desejamos uma Nação forte, em desenvolvimento e em progresso contínuo, entendemos deva ser o Governo provido de leis que coibam os abusos e as sonegações fiscais.

Pensamos deva ser aprovada a Emenda nº 6 porque, assim, estaremos propiciando ao Executivo condições de tributar os que enriquecem sem pagar tributos, possibilitando o lançamento *ex officio* pelos sinais exteriores, conforme preceitua a proposição ora em debate.

É sabido que tal modalidade de tributação vice em vários países.

Há pouco tempo, quando estive na Itália, conversando com parentes meus, fui informado de que, naquela pais mediterrâneo, as declarações de renda são revistas, levando-se em conta os sinais exteriores das pessoas, de acordo com o seu padrão de vida. Se estiverem em desacordo, o Governo fará o lançamento *ex officio*.

O Governo só terá possibilidade de conter a inflação, se a ele proporcionarmos os meios de arrecadar os tributos que lhe são devidos e necessários para fazer face às grandes despesas programadas. Caso contrário, os sonegadores sentir-se-ão fortalecidos e, dia a dia, o seu número aumentará, obrigando o Governo a recorrer às emissões, que serão pagas pelo povo, pelos assalariados, pelos que recebem o salário-mínimo, enfim, por todos, porque a inflação tira indistintamente, do rico e do pobre. Srs. Senadores, como industrial e contribuinte, entendemos que a proposição merece o apoio do Senado, porque só assim daremos a demonstração de que desejamos um País forte, unido e progressista.

O Sr. Jefferson de Aguiar — Não apoiado, em termos.

O SR. AURÉLIO VIANA — Era o que desejava dizer, Sr. Presidente. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Em votação a Emenda nº 6.

Os Senhores Senadores que a aprovam, levantem-se. (Pausa.)

A emenda foi aprovada.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR:

Sr. Presidente, peço verificação da votação.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Vai-se proceder à verificação solicitada pelo nobre Senador.

Os Srs. Senadores que aprovam a emenda, queiram levantar-se. (Pausa.)

Queiram sentar-se os Srs. Senadores que aprovaram a emenda e levantem-se os que a rejeitam. (Pausa.)

Aprovaram a emenda 21 Senhores Senadores; 13 Srs. Senadores a rejeitaram.

A emenda está aprovada. Vai à Comissão de Redação.

É a seguinte a emenda aprovada:

Nº 6

Antecedem-se, antes do art. 7º, os seguintes artigos, renumerando-os os dois últimos:

"Art. 7º Quando se tratar de pessoa jurídica, a responsabilidade penal pelas infrações previstas nesta lei será de todos os que, direta ou indiretamente ligados à mesma, tenham praticado ou concorrido para a sonegação fiscal.

Art. 1º Fica o ato de dois exercícios financeiros, as declarações apresentadas para efeito do pagamento do imposto de renda poderão ser impugnadas, motivadamente, pelas repartições lançadoras, quando os rendimentos nestes consignados estiverem em manifesta divergência com sinais exteriores que evidenciem a renda auferida ou consumida pelo contribuinte.

Parágrafo único. Considera-se manifestamente divergência, a que se refere este artigo, quando o arbitramento da renda, feito com base nos sinais exteriores, exceder em mais de um terço o valor da renda, declarada pelo contribuinte.

ta técnica que, a despeito da equiescência e da adesão de qualquer país do mundo, pode fazer esse levantamento sem que nada possa obstá-lo.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, esse acordo estabelecido entre os Estados Unidos e o Brasil é presidido por um General das nossas Forças Armadas. É constituído por elementos nossos. Nenhum levantamento pode ser feito sem ser acompanhado por um representante das Forças Armadas do Brasil. E isso tem sido rigorosamente feito.

Da necessidade desse acordo proclamam as autoridades brasileiras, desde o Sr. Getúlio Vargas, até o Presidente Castello Branco, demonstrando que, quando entram em jogo interesses do Brasil não há parcialidade, mas há soma de idéias e de interesses.

É preciso que se faça esse levantamento para o progresso do Brasil, e esse levantamento está sendo feito pelos Estados Unidos da América do Norte, com a cooperação, com a solidariedade e com a fiscalização do nosso país.

Sei que nenhuma objeção pode ser levantada, Sr. Presidente, quanto à segurança; sei que nenhuma objeção, Sr. Presidente, pode ser levantada contra a utilidade, porque ela seria totalmente irrelevante nesta hora. Isso era assunto que se deveria ter examinado no início, porque há mais de oito anos já está em pleno vigor esse convênio.

Portanto, não há de ser agora, Sr. Presidente, que nós possamos analisá-lo, nas suas vantagens, o ter sido feito ou não ter sido feito pela Força Aérea Brasileira. Mas confesso, Sr. Presidente, que apenas um dispositivo dessa lei me trazia certa inquietação, e com ela não me conformaria, porque, acima de tudo, sou fiel a esse sentimento de orgulho e de defesa da soberania do Brasil. E o parágrafo 3.º do Art. 7.º que determina deverem os negativos ser entregues aos Estados Unidos da América do Norte.

Não concordo. A Nação Brasileira não pode abrir mão dessa prerrogativa, embora essa atitude não representasse nenhum atentado à sua segurança. Mas são questões de pudor, de que nenhuma nação pode renunciar.

Entretanto, recebi a certeza de que não se está cumprindo esse dispositivo e que estão sendo tiradas negativos duplos e que um está sendo entregue ao Brasil; e quando apenas um se faz, por falta de máquina, esse um é entregue ao nosso país. Por isso, sinto-me feliz em propor ao Senado da República a aprovação do Projeto, com essa ressalva.

O Sr. Afonso Arinos — Permite V. Ex.ª um aparte? (Assentamento do orador) — Acompanho com atenção e, como toda a Casa, com interesse a exposição de V. Ex.ª. Mas desejaria, para meu esclarecimento, uma informação. V. Ex.ª informou que o Acordo está em execução há cerca de oito anos. Pergunto: por que motivo só agora é solicitado a anuência do Congresso Nacional.

O SR. DANIEL KRIEGER — Dei a explicação inicial.

O Consultor Geral do Itamarati sustenta que se tratava de uma ação administrativa; não precisa ser submetido ao Parlamento brasileiro. Posteriormente, como se tratasse de isenções que, indiscutivelmente, obrigavam a um pronunciamento do Congresso Nacional, o Governo, no período da Presidência do Sr. Juscelino Kubitschek, por solicitação do Ministro Macedo Soares, pediram a manifestação do Congresso Nacional.

O Sr. Afonso Arinos — Isenções fiscais?

O SR. DANIEL KRIEGER — Exatamente.

O Sr. Afonso Arinos — Então uma outra coisa, abusando da sua gentileza. Noto, também, no avulso da Ordem do Dia, que a Comissão de Segurança Nacional do Senado desapareceu, o que não consta da Ordem do Dia. Eu não tenho cópia do mesmo. Gostaria de saber quais os motivos do parecer. Acho que um representante da Comissão irá falar para justificá-lo.

O SR. DANIEL KRIEGER — Os motivos apresentados pela nobre e digna Comissão de Segurança Nacional baseiam-se na alegação de que o acordo atentava contra os interesses da segurança do país.

Sabe V. Ex.ª, como ninguém, pois é uma das mais altas expressões desta Casa...

O Sr. Afonso Arinos — Muito obrigado a V. Ex.ª.

O SR. DANIEL KRIEGER — ... que hoje nenhuma ameaça reside quanto levantamento aerofotogramétrico que se possa fazer da nação.

Em primeiro lugar porque, mesmo com todos os elementos modernos de que dispõe, há uma possibilidade de, à revelia de qualquer nação, se fazer o levantamento necessário. Mas, neste Acordo, ainda está estabelecido e resguardado de que só se pode fazer esse levantamento nas áreas permitidas, e em companhia de um oficial brasileiro das Forças Aéreas do Brasil.

Diante da ressalva e da segurança que me foi transmitida pelo Itamarati, de que notas reversais estabelecerão a supressão do § 3º do Art. 7º, e de que os negativos serão entregues as duas nações, e ainda, na falta de um negativo, será entregue apenas à Nação brasileira, solicito ao Senado da República que aprove este Convênio, porque ele consulta, em verdade, aos supremos interesses do País. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Tem a palavra o nobre Senador José Ermírio, para encaminhar a votação.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO:

(Para encaminhar a votação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Comissão de Segurança Nacional do Senado repudiou este Acordo por muitas razões. Vou citar o que disse, no dia 27 de agosto do ano passado:

“O Major Martin Stuart, dirigindo o serviço que é feito por dois aviões Hercules RC 120, desde 2 de julho último já tinha orientado 70 horas de voo, cobrindo uma área imensa do Espírito Santo, Minas Gerais e Goiás. Quem conhece o que se pode fazer hoje com os serviços aerotopográficos e, ao mesmo tempo, com o uso de cintilômetros, magnetômetros e outros instrumentos de alta precisão, poderá verificar o que se está passando no Brasil”.

E a razão é muito simples: quando, há sete anos, comprei, vizinha às minas do Morro Velho, a Usina Wigg, procurei, no Departamento Nacional de Produção Mineral, os mapas aéreos da região do quadrilátero ferrífero de Minas Gerais, e não os encontrei. Sabem onde se encontravam? — Nas mãos de um geólogo da U. S. Geological Survey, de nome Door, que fez a entrega. Nós o recebemos por intermédio de amigos, porque o Departamento Nacional de Produção Mineral não os possuía.

Portanto, se já há mais de 3.500 fotos, tiradas antes da aprovação do convênio, pelo Senado, considero um abuso; todo acordo deve esperar que o Congresso o aprove.

O que se está passando no Brasil é uma forma indireta de entregar os conhecimentos profundos da Nação a países amigos e, talvez, a países in-

migos, pois, hoje, os espíões internacionais conhecem tudo. Mesmo nos Estados Unidos e na Inglaterra, os segredos atômicos foram entregues a países inimigos, e nessa posição nos encontramos, em nosso País. Quero repetir: deixamos de fazer uma coisa que facilmente poderia ser feita no Brasil, pelas Forças Armadas, pela Cruzeta do Sul e por outras empresas nacionais. (Lendo)

Por isto eu me batia. Este País tem condições para executar todo este trabalho. Devemos, pois, revogar imediatamente o acordo.

Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. ZACARIAS DE ASSUMPÇÃO:

Pego a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Antes, havia pedido a palavra o Sr. Senador Aurélio Viana, para encaminhar a votação. V. Ex.ª poderá falar depois.

O SR. AURELIO VIANA:

(Para encaminhar a votação — Não foi revisado pelo orador) — Sr. Presidente, não teria explicação se, depois de ter combatido o Acordo presente, da Tribuna do Senado, por duas ou três vezes, silenciasses hoje.

Vamos aprovar um Acordo que o atual Governo confessa não deve ser executado, porque existe nele uma cláusula que fere os brios nacionais. Mas o Governo, que assim procede, pleiteia a sua aprovação com aquela cláusula e não propõe a sua eliminação pura e simples. Tenho mesmo a impressão de que quem conseguiu que o Governo tomasse essa atitude foi o nobre Senador Daniel Krieger, que não aceita postulados que firam a segurança nacional, os brios nacionais, a vergonha nacional.

Temos tido notícias de fuzilamentos de elementos que, usando e abusando dos métodos mais modernos, mais atuais, fotografaram, elaboraram mapas de outros países, revelando segredos que jamais deveriam ou poderiam estar de posse daqueles países.

Não é apenas aquela cláusula que fere os brios e os interesses nacionais. Ouçamos esta:

“O Governo dos Estados Unidos da América concorda, outrossim, em primeiro executar, tão prontamente quanto possível, nas regiões de interesse mútuo, a fotografia trimetro e vertical, necessária à execução desse programa de colaboração”.

Então, se não for do seu interesse, do interesse dos Estados Unidos, e for do interesse do Brasil, a fotografia em trimetro e vertical não será tirada. Se o Governo do Brasil desejar que certas regiões brasileiras sejam fotografadas daquela maneira, que os mapas daquelas regiões sejam elaborados, mas isso não interessar ao Governo dos Estados Unidos, então nada feito!

É o que diz o item 1º, que acabei de ler:

“O nosso Governo se obriga a fornecer todos os dados astronômicos, geodésicos e topográficos, bem como todas as respectivas cartas, mapas e esboços atualmente em seu poder, ou que vier a possuir durante a execução deste programa, a grupos técnicos destinados a fixar, com a necessária precisão, todos os pontos de referência, inclusive os pontos fotogramétricos em número suficiente e nas localizações que forem necessárias para fins de compilação, segundo os modernos métodos fotogramétricos”.

Mas onde ficariam esses documentos? Nos arquivos do Departamento de Estado.

O Sr. José Ermírio — Certo.

O SR. AURELIO VIANA — Nos arquivos do Governo norte-americano...

O Sr. José Ermírio — Certo.

O SR. AURELIO VIANA — ... porque o acordo é lido entre governos.

Li o mais grave, Sr. Presidente, não se encontra no item III da Cláusula 7ª.

Alamos todos os itens da Cláusula:

(Lendo) “A fim de garantir a proteção adequada e a salvaguarda dos seus interesses, os dois Governos concordam ainda no seguinte:...”

Abriando um parêntese.

Este acordo foi firmado à época do Presidente Vargas, mas foi abolido desde aquela época até a época do Sr. João Goulart.

Quem impediu a aprovação do acordo? Aquele tempo, o Presidente todo-poderoso não se interessou pela sua aprovação. Tinha maioria no Parlamento. Ou, então, a oposição era tão forte — que oposição? a UDN — que não permitiu a sua aprovação.

O Sr. José Ermírio — Começou a ser executado somente no dia 2 de julho do ano passado.

O SR. AURELIO VIANA — Temos que aceitar uma de duas hipóteses: ou o Presidente Vargas, pressionado, aceitou o acordo e o firmou ad referendum do Congresso, sabendo que a maioria no Congresso para não reatendê-lo ou, então, a oposição, configurada particularmente na União Democrática Nacional, não permitiu, por nocivo aos interesses nacionais a aprovação do acordo e por isso não foi aprovado.

“Todos os trabalhos referentes ao presente programa serão efetuados exclusivamente em benefício mútuo dos dois governos”.

Não em benefício do Brasil: “exclusivamente em benefício mútuo dos dois governos”. Se ao Brasil interessasse revelar a um outro governo, em benefício mútuo, cláusulas do acordo, estaria proibido de fazê-lo, como provarei. (Lê):

“... os seus resultados serão considerados como de sua propriedade”.

Propriedade do Governo do Brasil e do Governo norte-americano. Eu não me estou referindo ao item 3º da Cláusula 7ª. É o primeiro. Diz o 2º:

“As fotografias aéreas resultantes do cumprimento do presente programa, não serão reveladas por qualquer dos citados Governos”.

O nosso Governo, o Governo brasileiro que, admita-se para argumentar, representa o povo brasileiro, não pode revelar nenhuma das fotografias, sem a permissão do outro País. Onde está a soberania do Brasil? Que Governo soberano é este? Que soberania é esta? A soberania da subordinação?

Para clarear tudo: se este acordo fosse feito com a União Soviética estaria aqui protestando, se houvesse Parlamento naquele tempo.

Então o Brasil se subordina a outra potência, abdicando da sua soberania, dos princípios da sua autodeterminação? Então os admiradores do Presidente Vargas devem aprovar o acordo porque foi firmado aquele tempo? Por que não o aprovaram aquele tempo? Talvez pelos motivos que expus no início das razões apresentadas.

“As fotografias aéreas resultantes do cumprimento do presente programa não serão reveladas por qualquer dos citados Governos e nacionais dos seus respectivos países, sem prévio consentimento do outro Governo”.

No entanto, o Senador José Ermírio declarou que, para obter uma informação de uma região riquíssima deste País, foi encontrar um mapa nas mãos de um estrangeiro...

O Sr. José Ermírio — Do geólogo Door.

O SR. AURELIO VIANA — ... cujo nome revelou, disse a sua profissão e a que grupo pertencia.

Terminou, Sr. Presidente. Sei que o assunto é muito importante para ser tratado em minúcias. Deve ser aprovado depressa, depressa, depressa.

O Sr. Mem de Sá — Aliás, é um fato anterior ao acordo o apontado pelo Sr. Senador José Ermírio.

O SR. AURELIO VIANA — Terminou, Sr. Presidente.

"Nenhuma informação específica ou pormenorizada sobre as fotografias aéreas, os levantamentos geodésicos e outras operações técnicas efetuadas dentro do presente programa será revelada a um terceiro país, seus nacionais ou agentes, por um dos dois governos, sem prévio consentimento do outro governo."

Seria natural que esta cláusula coubesse aos Estados Unidos, porque não têm soberania sobre o Brasil.

Se houvesse uma cláusula assim redigida: o Governo dos Estados Unidos não pode revelar a qualquer nacional do seu País, ou qualquer outro país ou nacional de outro país, qualquer dos documentos ou das fotografias, estaria certo, porque não tem direito sobre o Brasil.

Nos podemos revelar a quem quisermos ou, então, estamos adicionando a nossa soberania, dos nossos direitos.

E o 4º e último:

"Os negativos originais da fotografia, os apontamentos originais de campo dos órgãos técnicos do Governo dos Estados Unidos da América serão conservados nos seus arquivos sujeitos às restrições de segurança a cima estipuladas." (O grifo é do orador.)

Nenhuma dessas cláusulas, oficialmente, vai desaparecer. Vão constar do Acordo. As Nações do mundo estão tomando conhecimento disto que é uma capitulação.

O Governo atual perdeu uma grande oportunidade de denunciar os erros de Governos passados — denunciá-los, sim — e impor a soberania nacional em documentos oficiais e autênticos! Que me importa, a mim, como legislador brasileiro, como representante do povo brasileiro, que se estejam fazendo acordos secretos, visando a anular acordos aprovados e que vão ser referendados? O que vai ser aprovado não é aquilo que se processa nos subterrâneos da política dominante no Brasil.

Então, que o Governo tenha a coragem de denunciar isso, se não quer cumprir, se diz que não está cumprindo, se diz que isso fere a dignidade nacional! Assim vai lançar sobre nós a responsabilidade da aprovação de um acordo quando contra algumas de suas cláusulas o próprio Governo se rebela? E seremos apontados à execração pública, quando, amanhã, esse mesmo Governo disser: foi revelado no Senado que o Governo não estava de acordo, mas como o Senado resolveu aprovar o Acordo, apesar das restrições feitas por órgãos governamentais que tinham competência para fazê-lo, vamos cumprir o Acordo que o Senado referendou.

Mas, última ratio, afirma-se que a ciência moderna já possui meios de fotografar todos os países. Que fotografem o nosso, mas não nos fotografem, porque estamos ficando fotografados! Que fotografem o nosso país clandestinamente, usando dos meios que a ciência concede — mas

não com o nosso consentimento, através de cláusulas que alienam a nossa soberania.

Onde está o sentimento de brasilidade, o sentimento nativista do povo brasileiro?

Sei que há uma campanha de silêncio acerca de muitas palavras que pronuncio da tribuna do Senado da República. Elementos que se dizem da área a que pertencio também me sabotam, porque não faço o jogo de nenhuma potência contra os interesses deste País. Se tenho a coragem de dizer que sou contra a política do Departamento de Estado, em casos como este, que, nos envergonham, também tenho a coragem de dizer que sou contra a política em relação a outros países da União Soviética ou da China Comunista. E não o digo agora — é uma constante da minha vida, nas propagandas, em praça pública, quando solicito o voto à confiança do eleitorado.

Todos cuidam dos seus interesses, do fortalecimento do seu potencial nacional, do fortalecimento da sua economia, do fortalecimento das suas finanças. Cuidam de que sejam cada vez mais poderosos. Cuidam do bem-estar de seus povos, para que se mantenham. E nós devemos cuidar dos nossos interesses, sem fugirmos à conjuntura internacional, universal. Amigos de todos, mas subservientes a nenhum deles, subordinados a nenhum deles.

Esse Acordo é uma subordinação do Brasil aos interesses de outra potência. Podia ter sido firmado pelo demônio e eu seria contra ele. Não digo por Deus, porque Deus não firmaria Acordo desse tipo. Por adversário ou correligionário, contra ele, porque há cláusulas neste Acordo que representam a capitulação do Brasil.

Admiro-me, Sr. Presidente, constranjo-me, ressinto-me e fico até meio desmoralizado quando vejo que não há uma reação, entre os militares, contra Acordos dessa natureza, que manietam o Brasil, que agrilhoam o Brasil, que ferem os interesses da nossa Pátria.

Para quem devemos apelar? Oito anos de clandestinidade — querem, agora, dar fóros de legalidade a um Acordo que, ninguém duvida, quando for publicado, com os nomes dos que o aprovaram, se constituirá numa tristeza nacional, numa rebelião, numa revolta nacional.

Se querem saber o que temos de baixo da terra e sobre a terra, saibam com os métodos que possuem; mas não com o nosso consentimento.

Foi dito, com aplausos de Senadores aqui da frente, que nós hoje estamos preparados para fazer esse trabalho que, aliás, não foi todo concluído ainda. Que os nossos técnicos tomem essa tarefa e levem-na avante! Afinal, para que foi feita esta revolução? (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Vai-se proceder à votação.

Os Senhores Senadores que aprovam o Projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

O SR. AURELIO VIANA:

Sr. Presidente, peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Vai-se proceder à verificação da votação.

Os Senhores Senadores que aprovam o Projeto, queiram levantar-se. (Pausa.)

Queiram sentar-se os Srs. Senadores que aprovaram o projeto e levantaram-se os que o rejeitaram. (Pausa.) Aprovaram o projeto 23 Srs. Senadores. Rejeitaram-no 10 Srs. Senadores.

Com o Presidente, houve quorum.

O projeto foi aprovado. Vai à Comissão de Redação.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 10, DE 1964

(Nº 155-A-58, na Câmara dos Deputados)

Aprova o acordo para o estabelecimento de um programa de colaboração para o preparo de mapas topográficos e de cartas aeronáuticas, no Brasil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ajuste entre os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da América do Norte para o estabelecimento de um programa de colaboração para o preparo de mapas topográficos e de cartas aeronáuticas no Brasil.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. MEM DE SÁ:

Sr. Presidente, peço a palavra para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Tem a palavra o nobre Senador.

O SR. MEM DE SÁ:

(Para declaração de voto. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, dei o meu apoio ao projeto tendo em vista a exposição feita pelo Líder do Governo e pelo empenho de S. Exª na sua aprovação. Entretanto, penso que esse Acordo está em péssimos termos, sobretudo entendo que era desnecessário, porque a Força Aérea Brasileira está perfeitamente habilitada a fazer o levantamento aerofotogramétrico. Bastaria, apenas, adquirir o material necessário a esse fim. Considero, por isso, desnecessário o Acordo.

E entendo, também, que com Acordo ou sem ele, hoje em dia, pode-se fazer um levantamento aerofotogramétrico de um país sem o consentimento do seu Governo. De modo que não vejo tanto o malefício que os eminentes colegas nele apontaram.

Declaro que o Acordo não deveria ter sido feito nesses termos; tenho, entretanto, de aceitar que foi assinado em 1951. Portanto, é um texto antigo e sua rejeição, agora, provocaria maiores males que aqueles que o Acordo tem trazido. (Muito bem!)

O SR. PEDRO LUDOVICO:

Sr. Presidente, peço a palavra para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Tem a palavra o nobre Senador.

O SR. PEDRO LUDOVICO:

(Para declaração de voto. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, votei favoravelmente o projeto pelas mesmas razões de que se serviu, para explicar seu voto, o nobre Senador Mem de Sá. É um projeto antigo, vem de longos anos, desde o Governo Getúlio Vargas.

Em grande parte, esse serviço já foi feito, inclusive numa região do Estado de Goiás. De modo que acharia difícil trazer qualquer dificuldade a esse Acordo que se estabeleceu entre o Brasil e os Estados Unidos.

Mas creio que esse Acordo tem cláusulas deprimentes para o nosso País. (Muito bem!)

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Tem a palavra o Sr. Senador Aloysio de Carvalho, para uma declaração de voto.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

(Para declaração de voto). (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, quero que conste da ata que votei contra a aprovação do Acordo. O tempo remoto em que foi firmado já não justificaria, de maneira alguma, a sua aprovação pelo Congresso Nacional. Como se sentiu o debate em torno da matéria, a aprovação do Acordo representaria um ato indevido do Congresso.

Votei contra o Acordo. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — As declarações de voto de V. Exas. constarão da ata.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Passa-se ao item 3º:

Votação, em turno preliminar, do Projeto de Lei da Câmara número 111, de 1965 (nº 2.751-B-65, na Casa de origem) de iniciativa do Sr. Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a alterar, por decreto, a parte fixa da remuneração dos Corretores de Navios, tendo pareceres: da Comissão de Projetos do Executivo (nº 732, de 1965) favorável e pela audiência da Comissão de Constituição e Justiça; da Comissão de Constituição e Justiça (proferido oralmente na sessão de 21 do mês em curso), pela inconstitucionalidade, e dependência do pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça sobre a emenda apresentada em Plenário.

O art. 90 do Regimento, no seu § 3º, diz que se em plenário for apresentada emenda sanadora da inconstitucionalidade, a Comissão, ao se pronunciar, deverá declarar, com precisão, se a aprovação da emenda escosimará a proposição do vício originário.

Tem a palavra, assim, o nobre Senador Josaphat Marinho, para em nome da Comissão de Constituição e Justiça dar parecer sobre a emenda, nas condições estabelecidas pelo Regimento.

O SR. JOSAPHAT MARINHO:

(Para emitir parecer) (Não foi revisado pelo orador) Sr. Presidente, senhores Senadores, como acaba de ser esclarecido, a Comissão de Constituição e Justiça, pelo seu relator, ofereceu parecer contrário à aprovação do projeto de lei aceito pela Câmara dos Deputados.

A fundamentação do parecer pela inconstitucionalidade reside em que a proposição, visando a transferir ao Presidente da República o poder de alterar, por decreto, a parte fixa da remuneração dos corretores de navio, que foi estipulada em lei, importa delegação de poder, expressamente proibida na Constituição de 46.

Fica tanto mais clara a inconstitucionalidade quanto o próprio Presidente da República, em sua mensagem, declara, de modo explícito, que a matéria sempre foi prevista em lei.

Ora, se sempre foi prevista em lei, a matéria é do âmbito do Poder Legislativo. E se a Constituição de 46 veda a delegação, o Poder Legislativo não pode autorizar o Executivo a modificar, por decreto, a remuneração que foi estabelecida por lei.

Mas, na conclusão do parecer, assinalei que tudo indica que se deve modificar a parte fixa da remuneração dos corretores de navio. E que o Congresso, por certo, não nega essa alteração, desde que proposta, de modo fundamentado, pelo Poder Executivo.

Não cuidei de alterar a proposição para convertê-la em projeto de lei a ser devidamente aprovado, porque, no processo, não existem os subsídios necessários à justa fixação da parte de-

quência lógica, jurídica e constitucional de que está integrada a classe no regime que a orienta, determina e faz com que tenha atividade nos portos do Brasil.

Assim, Sr. Presidente, lamentando *data venia* discordar do parecer do nobre Senador Josaphat Marinho, espero que o Plenário, acolhendo a emenda, oriente a solução em favor dos interesses nacionais. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Vai-se passar a votação.

O SR. AURELIO VIANA:

Fecho a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Antes que o Sr. Senador Aurélio Viana tome a palavra, lembro aos Srs. Senadores que o tempo regimental da sessão esgotou-se às 18,35 horas. Quando chegar esse instante, a Presidência proporia a prorrogação da sessão, dado que a matéria constante da Ordem do Dia ainda é extensa e existem vários projetos com prazos a terminar.

Com a palavra o Sr. Senador Aurélio Viana.

O SR. AURELIO VIANA:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, estamos no regime da urgência definitiva e permanente.

Há pressa, grande pressa. Se legisla-se mal, a culpa, em parte, é nossa; mas também do Executivo. A pausa para meditação, advogada por Tagore, é totalmente desconhecida dos homens públicos deste país, neste momento de crise nacional!

Para que pensar? O pensar traz implicações: importa em uma tomada de posição, à base da responsabilidade de cada qual.

Portanto, e melhor que não se pense, que não medite, que não se estude.

Eu não sou constitucionalista, mas pela leitura rápida que fiz, cheguei à conclusão de que tanto o projeto como emendas fereiam direitos impostergáveis do Legislativo — há uma delegação clara, franca e aberta que nos damos ao Executivo.

Nós nos atenuamos e lhe damos um poder que jamais, até prova em contrário, o Legislativo concedeu ou outorgou, em qualquer outra época, a qualquer Presidente!

E depois desta virou outras leis, até que se chegue à conclusão — Executivo e Legislativo — da desnecessidade do Parlamento, por apêndice superado e que deve ser podado em definitivo.

"Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a alterar, por decreto, a parte fixa da remuneração dos Corretores de Navios, constantes da tabela anexa ao Decreto número 19.009, de 27 de novembro de 1929, com a modificação nela introduzida pelo art. 2º da Lei número 2.116, de 29 de dezembro de 1953".

Surge, então, uma emenda, de um dos mais doutos juristas e constitucionalistas desta Casa, ampliando os poderes do Executivo e determinando que:

"Art. 6º A parte fixa da remuneração dos "Corretores de Navios, constantes da tabela anexa ao Decreto nº 19.009, de 27 de novembro de 1929, será fixada por decreto do Presidente da República, ouvido o Ministério da Viação e Obras Públicas".

Não é mais ouvido o Parlamento Nacional. É ouvido o Ministério da Viação e Obras Públicas que substitui, então, o Poder Legislativo, por delegação nossa. Este é o primeiro princípio. Virão outros... não digo o princípio do fim... Sabemos que há uma pleiade de projetos a serem votados a toque-toque. Estamos no regime

militar, não quero dizer militarista, porque não há militarismo no Brasil.

Já ouvi mesmo que se planeja uma farda para funcionários do Congresso Nacional. Enquanto ficar nas funções... E se resolverem colocar farda em nós?!

O Sr. Jefferson de Aguiar — Para os Senadores o posto de coronel.

O SR. AURELIO VIANA — E ainda se acena com recesso em julho, fulminado, ontem, pelo nosso Presidente, na resposta à interpelação que lhe foi feita na reunião do Congresso Nacional.

Recesso em julho significaria a aprovação, sem exame de Comissões, ou sem exame qualquer, de todos os projetos de prazo certo, de prazo de poderíamos terminar em julho, ou em 10 seriam todos automaticamente transformados em Lei, nem análise.

O nosso Presidente, ontem, apurou não digo o golpe, porque nós não golpeamos, mas situou bem a questão. Com a nossa responsabilidade, não. Sem uma emenda à Constituição — creio que foi isto que foi dito ontem — não.

Sr. Presidente, neste parecer prolatado pelo nobre Senador Josaphat Marinho lemos um trecho que a inteligência balança, com propriedade, não-lo revelou e que merece a nossa meditação, ou melhor, o nosso acatamento:

"No uso de sua prerrogativa constitucional, pode o Congresso adotar as regras básicas e gerais e destinar ao Executivo a fixação de particularidades e pormenores, como matéria de natureza regulamentar. Quando se tratar, porém, da própria substância da norma, da definição ou do conteúdo do direito objeto de disciplina, a transferência não é legítima, porque representa delegação vedada".

O próprio Presidente da República declara, na sua Mensagem, que a matéria de que trata é, até hoje, prevista em lei. Não pode, portanto, concluir o Senador Josaphat Marinho, "ser excluída do âmbito da lei, nem mesmo sob pretexto de que não se trata de vencimentos de cargos públicos".

Sr. Presidente, terminado o tempo, dei as razões sucintas, peremptórias dos motivos que me levarão a dar o meu voto, apesar de, embora, contra a emenda e contra o projeto, colocando-me, portanto, no caso vertente, numa oposição sistemática. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Proponho ao Plenário a prorrogação da sessão até às 19 horas.

Os Senhores Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada.

Está prorrogada a sessão até às 19 horas.

Dispõe o Regimento que, havendo emenda de Plenário, na discussão preliminar, oferecida com objetivo sancionado de constitucionalidade, será ela votada em primeiro lugar, antes do projeto.

Em votação a emenda, que tem parecer contrário.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está rejeitada.

E a seguinte a emenda rejeitada:

Nº 1

Dê-se ao art. 1º a seguinte redação:

"Art. 1º O art. 8º da Lei nº 2.146, de 29 de dezembro de 1953, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º A parte fixa da remuneração dos Corretores de Navios, cons-

tante da tabela anexa ao Decreto número 19.009, de 27 de novembro de 1929, será fixada por decreto do Presidente da República, ouvido o Ministério da Viação e Obras Públicas."

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Passa-se à votação do projeto, quando a constitucionalidade.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está rejeitada. Sem a palavra.

E o seguinte o projeto rejeitado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 1965

(Nº 2.752-B-65, na Casa de origem) Autoriza o Poder Executivo a alterar, por decreto, a parte fixa da remuneração dos Corretores de Navios.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a alterar, por decreto, a parte fixa da remuneração dos Corretores de Navios, constantes da tabela anexa ao Decreto nº 19.009, de 27 de novembro de 1929, com a modificação nela introduzida pelo art. 2º da Lei nº 2.146, de 29 de dezembro de 1953.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Passa-se ao Item 4º da Ordem.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 1965

Votado, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 1965 (Nº 2.752-B-65, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que cria a pensão especial concedida aos herdeiros de Clóvis Bevilacqua, tendo parecer favorável, sob nº 74, de 1965, da Comissão de Finanças e Departamento do Pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça sobre o projeto e a emenda de Plenário, da Comissão de Finanças sobre a emenda.

Há pareceres a serem proferidos sobre emenda de Plenário.

Tem a palavra o Sr. Senador Jefferson de Aguiar, para, pela Comissão de Constituição e Justiça, dar parecer sobre a emenda de Plenário.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR:

Sr. Presidente, pela palavra, pelo ordem.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra o nobre Senador.

O SR. AFONSO ARINOS:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, eu tinha designado o nobre Senador Jefferson de Aguiar, que teve a honradez de aceitar o encargo de relatar a matéria. Pediria a V. Exa. lêsse a emenda, para que dela tomasse conhecimento.

O PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A emenda tem a seguinte redação:

"Acréscito-se o seguinte artigo:

"Art. 2º Para igual limite fica elevada a pensão às viúvas dos ex-Presidentes da República.

No art. 2º que passa a 3º, onde se diz:

"O artigo precedente" — diga-se: "Os artigos precedentes."

A Emenda está publicada nos avulsos distribuídos aos Srs. Senadores.

O Sr. Afonso Arinos — Obrigado a V. Exa.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, o Presidente da República submeteu à consideração do Congresso Nacional projeto de lei que eleva a pensão especial concedida aos herdeiros de Clóvis Bevilacqua, o qual mereceu parecer favorável da Comissão de Finanças desta Casa.

A emenda do nobre Senador Vasco Torres acrescentou o seguinte artigo: (Lê-se)

"para igual limite fica elevada a pensão às viúvas dos ex-Presidentes da República."

Pela simples leitura do enunciado do artigo, se verifica que resultaria da aprovação da emenda aumento da despesa pública.

O Ato Institucional, Art. 5º, dispõe que nenhum projeto ou emenda possa aumentar despesa, sem a iniciativa do Sr. Presidente da República. Em consequência, a Comissão de Constituição e Justiça, pela manifestação do Relator designado, é pela rejeição da emenda. Entretanto, a despesa, não obstante a limitação imposta pelo Ato Institucional, não podendo a Comissão dar-lhe andamento.

Pela inconstitucionalidade, portanto.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra o nobre Senador Eurico Rezende, para dar parecer pela Comissão de Finanças.

O SR. EURICO REZENDE:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, quando o Ato Institucional veio a iniciativa parlamentar a prorrogação de prorrogação, principais ou subsidiárias, aumentativas de despesa, tem por escopo resguardar o caráter federal.

(A fraseação do relatório é inconstitucional.)

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A sessão está suspensa por alguns instantes até que os Senadores possam a funcionar.

(A sessão é suspensa de 18 horas e 34 minutos e reaberta às 19 horas e 45 minutos.)

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra o nobre Senador Eurico Rezende.

O SR. EURICO REZENDE:

Sr. Presidente, a Comissão de Finanças, pelo relatório, e pela rejeição da emenda.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Em votação o projeto, sem prejuízo das emendas. Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada.

E o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 1965

(Nº 2.752-B-65, na Casa de origem) Eleva a pensão especial concedida aos herdeiros de Clóvis Bevilacqua.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica elevada para o valor correspondente ao dobro do valor salarial mínimo vigente no País a pensão especial concedida pelo Decreto-lei nº 7.283, de 30 de janeiro de 1945, a cada um dos herdeiros de Clóvis Bevilacqua: Doris Teresa de Freitas Bevilacqua, Velela de Freitas Bevilacqua e Vitória Ciríaca de Freitas Bevilacqua.

Art. 2º A pensão especial de que trata o artigo precedente será pessoal, intransferível e somente paga ao be-

neficiário enquanto viver, correndo a despesa correspondente à conta da dotação orçamentária destinada ao pagamento dos demais pensionistas a cargo do Ministério da Fazenda.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Vai-se passar a votação da emenda.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está rejeitada.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A matéria fica dispensada de redação, uma vez que a emenda foi rejeitada. Irá à sanção. Vai-se passar ao Item 5.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 116, de 1965 (número 2.746-B-65, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que institui o Estatuto Nacional dos Partidos Políticos, tendo Parecer sob nº 749, de 1965, da Comissão de Constituição e Justiça, favorável e da Comissão de Projetos do Executivo (proferido oralmente na sessão de 21 de mês em curso, favorável, com as emendas que oferece, sob ns. 1 a 10-CPE) e dependendo de pareceres das mesmas Comissões sobre as emendas de Plenário.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Projetos do Executivo terão de pronunciar parecer sobre as emendas de plenário.

O Sr. Senador Aloysio de Carvalho, Relator da Comissão de Constituição e Justiça, havia solicitado prazo para dar Parecer?

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

(Pela ordem) — Vou solicitar agora, Sr. Presidente.

Solicito o prazo do Regimento, prazo máximo, evidentemente — a sessão já está a acabar — para dar parecer.

Quanto às emendas de plenário, sobre as quais não posso dar parecer, na forma do Regimento, solicitar a V. Exª que pedisse ao Sr. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, a designação de Relator *ad-hoc* para dar parecer sobre minhas emendas de plenário. É verdade que as emendas foram assinadas também pelo Sr. Senador Mem de Sá. Mas me parece que a minha assinatura me impede de dar parecer sobre elas.

O SR. PRESIDENTE (Moura Andrade) — A assinatura de V. Exª é a primeira?

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

É a primeira.

O SR. PRESIDENTE:

Então, será designado relator para dar parecer sobre elas.

Esta Presidência vai dar vista do projeto ao Sr. Senador Aloysio de Carvalho, concedendo-lhe o prazo que solicita e declarando que a matéria entrará na Ordem do Dia da sessão extraordinária matutina de amanhã, às 10,00 horas, que será convocada ao fim desta sessão.

Passa-se ao item seguinte.

Vot. em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 1965 (nº 2.765-B-65, na Casa de origem) de iniciativa do Sr. Presidente da República, que dispõe sobre a fiscalização do comércio de sementes e mudas e dá outras providências, tendo pareceres favoráveis, sob ns. 750 e 751-65, das Comissões: de Projetos do Executivo e de Finanças e favoráveis da Comissão de Agricultura, com a emenda que oferece,

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A discussão foi encerrada na sessão anterior.

Em votação o projeto, sem prejuízo da emenda.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados (Pausa). Está aprovado.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N.º 107, DE 1965

(N.º 2.755-B-65, na Casa de origem)

Dispõe sobre a fiscalização do comércio de sementes e mudas, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É estabelecida a obrigatoriedade da fiscalização do comércio de sementes e mudas em todo o território nacional.

Parágrafo único. Entende-se por semente ou muda, para os efeitos da presente Lei, todo grão, tubérculo ou bulbo, ou qualquer parte da planta, que possa ser usada para a sua reprodução.

Art. 2º A fiscalização de que trata a presente Lei será exercida em todos os estabelecimentos, cooperativas, associações de classe ou entidades congêneres que negociem com sementes e mudas, ou que, embora não se dedicando ao comércio desses produtos, se dediquem à manipulação, preparo, acondicionamento, armazenamento ou transporte dos mesmos.

Art. 3º São competentes para exercer a fiscalização de que cogita a presente lei:

a) o Ministério da Agricultura, por intermédio dos seus órgãos competentes, privativamente, nos estabelecimentos ou entidades que se dediquem ao comércio interestadual ou internacional, no todo ou em parte;

b) as Secretarias ou Departamentos de Agricultura dos Estados, Territórios e do Distrito Federal, nos estabelecimentos ou entidades que exerçam apenas o comércio municipal ou intermunicipal.

§ 1º Mediante convênio, poderá o Ministério da Agricultura delegar a atribuição, prevista na alínea a, às Secretarias de Agricultura ou órgãos correspondentes nos Estados, Territórios ou Distrito Federal.

§ 2º Serão mantidos os convênios internacionais firmados pelo Governo brasileiro, versando sobre a padronização ou classificação de sementes e mudas.

Art. 4º Fica criada, no Ministério da Agricultura, a Comissão Especial de Sementes e Mudas, que terá a sua organização e atribuições definidas em regulamento.

Art. 5º O Poder Executivo baixará, no prazo de 60 (sessenta) dias, o regulamento e demais medidas complementares que se fizerem necessárias à execução da presente lei em que ficarão definidas as normas, padrões, concernentes à classificação, identificação, proibições, obrigações, taxas e penalidades a que estarão sujeitos os que se dedicarem ao comércio de sementes e mudas.

Art. 6º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Em votação a emenda.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados (Pausa). Está aprovada.

É a seguinte a emenda aprovada:

EMENDA N.º ..

Dá-se a seguinte redação ao § 1º do art. 3º:

“Mediant econvênios, que deverão ser estabelecidos entre os autori-

ta dias a contar da regulamentação desta lei, deverá o Ministério da Agricultura delegar a atribuição prevista na alínea e as Secretarias de Agricultura ou órgãos correspondentes, ou institutos Agro-nômicos do Estados, Territórios ou Distrito Federal”.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O projeto irá à Comissão de Redação.

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 1965, originário da Câmara dos Deputados (nº 209-A-65, na Casa de origem), que mantém decisão denegatória, do Tribunal de Contas da União, do registro ao termo de contrato de constituição de aforamento do terreno acrescido de marinha, situado na rua Desidério de Oliveira, em Niterói, Estado do Rio de Janeiro, que outorga a União Federal a Companhia Ultraz S. A., tendo pareceres favoráveis (ns. 681 e 682, de 1965) das Comissões: de Constituição e Justiça; e de Finanças.

A discussão foi encerrada a 22 do corrente.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. — (Pausa).

Está aprovado. Vai à Comissão de Redação.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 12, DE 1965

(N.º 209-A, de 1965, na Câmara dos Deputados)

Mantém decisão denegatória do Tribunal de Contas da União, do registro ao termo de contrato de constituição de aforamento do terreno acrescido de marinha, situado na rua Desidério de Oliveira, em Niterói, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica mantido o ato denegatório do Tribunal de Contas da União, de registro ao termo, do dia 20 de novembro de 1957, de contrato de constituição de aforamento do terreno acrescido de marinha, lote número 3.384, situado na rua Desidério de Oliveira, esquina com a rua Projetada “C”, no aterro de São Lourenço em Niterói, Estado do Rio de Janeiro que outorga a União Federal a Companhia Ultraz S. A.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Vai-se passar ao item 3.

Votação, em turno único, do Projeto Legislativo nº 158, de 1964, originário da Câmara dos Deputados, nº 93-A-61, na Casa de origem, que aprova a Convenção sobre salários, duração do trabalho a bordo e efetivos, concluída em Genebra, em 1958, por ocasião da 41ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, tendo pareceres favoráveis sob ns. 664 e 665, de 1965, das Comissões: de Legislação Social e de Relações Exteriores.

A discussão foi encerrada a 22 do corrente.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. — (Pausa).

Está aprovado. Vai à Comissão de

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 161, de 1964, originário da Câmara dos Deputados (nº 163-A-64, na Casa de origem) que mantém decisão denegatória do Tribunal de Contas da União de registro a acordo entre o Governo da União e o Estado do Paraná, para instalação de uma Escola de Iniciação Agrícola no Município de Irati, tendo pareceres favoráveis (ns. 677 e 678, de 1965) das Comissões: de Constituição e Justiça e de Finanças.

A discussão foi encerrada a 22 do corrente.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. — (Pausa).

Está aprovado.

Vai à Comissão de Redação.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 161, DE 1964

(N.º 166-A-64, na Casa de Origem)

Mantém decisão denegatória do Tribunal de Contas da União de registro a acordo celebrado entre o Governo da União e o Estado do Paraná, para instalação de uma Escola de Iniciação Agrícola no Município de Irati.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É mantida decisão do Tribunal de Contas da União, que recusou registro ao acordo celebrado a 16 de novembro de 1953, entre o Governo da União e o Estado do Paraná, visando a instalação de uma Escola de Iniciação Agrícola no Município de Irati.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade).

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 64, DE 1965

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 64, de 1965, de iniciativa da Comissão Diretora, que nomeia Sergio Pontes, candidato habilitado em concurso, para o cargo de Auxiliar Legislativo PL-10, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

A discussão foi encerrada a 22 do corrente.

Em votação o Projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. — (Pausa).

Está aprovado.

Vai à Comissão Diretora, para a redação final.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 64, DE 1965

Nomeia Sergio de Pontes, candidato habilitado em concurso, para o cargo de Auxiliar Legislativo PL-10, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Artigo único. É nomeado, de acordo com o art. 85, alínea c, nº 2, do Regimento Interno, para o cargo vago de Auxiliar Legislativo PL-10, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, o candidato habilitado em concurso público Sergio de Pontes.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade):

Votação, em turno único, do Parecer nº 635, de 1965, da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Ofício nº 270-P, de 25 de março de 1965, pelo qual o Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal encaminhou cópia autêntica do acórdão proferido nos autos do Recurso Extraordinário Eleitoral número 55.050 (inconstitucionalidade de um dispositivo do Código Eleitoral — elegibilidade de irmão de Governador) — parecer pelo arquivamento do expediente, com votos vencidos dos Srs. Senadores Argemiro de Figueiredo e Heribaldo Vieira.

A discussão foi encerrada a 22 do corrente.

Em votação o Parecer.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados.

(Pausa.)

Está aprovado.

O expediente será arquivado.

E' o seguinte o parecer aprovado:

PARECER Nº 635, DE 1965

Da Comissão de Constituição e Justiça ao Ofício nº 270-P, de 25 de março de 1965, do Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia autêntica do acórdão proferido nos autos do Recurso Extraordinário Eleitoral nº 55.050 (inconstitucionalidade de um dispositivo do Código Eleitoral — interpretação dada ao artigo 140, II, b, da Constituição Federal, contrariamente ao disposto no art. 73, parágrafo único, do Código Eleitoral — elegibilidade de irmão de Governador.) Relator: Sr. Jefferson de Aguiar.

O Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal enviou à consideração do Senado Federal o inteiro teor do acórdão e das notas taquigráficas constantes do Recurso Eleitoral número 5.050 para os efeitos do artigo 64 da Constituição Federal, no qual se decidiu ser razoável a interpretação dada pelo Tribunal Superior Eleitoral ao art. 140, II, b, da Constituição Federal, do qual diverge o disposto no Código Eleitoral, em seu artigo 73, parágrafo único, da Lei nº 2.550, de 25 de julho de 1955 (inelegibilidade de irmão de Governador).

A decisão confirmada pelo excelso pretório, em acórdão de 5 de outubro de 1964, foi proferida pelo Tribunal Superior Eleitoral em consulta formulada pela U.D.N. da Bahia e pelo P.S.D. de Santa Catarina, a respeito de elegibilidade de irmão de Governador em exercício, no interesse dos Deputados (Jufahy Borges Macalhões, Juracy Magalhães Júnior e Joaquim Ramos).

Apreciando o caso concreto, naquela oportunidade, o T.S.E. entendeu que o preceito da lei não vedava a candidatura dos interessados ante o texto do art. 140, II, b, da Constituição, adotando interpretação que se reputou razoável.

Ao decidir o recurso, o Supremo Tribunal Federal confirmou a decisão, mas ressalvas foram formuladas pelos Ministros na decisão de casos futuros.

A decisão que foi confirmada pelo excelso pretório não consta do processo e, como se vê, não parece ter ocorrido decisão definitiva capaz de suscitar a suspensão da execução do texto questionado.

Assim, a Comissão de Constituição e Justiça opina pelo arquivamento do Ofício nº 270-P, de 25 de março de 1965, do Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal, deixando de elaborar projeto de resolução para reexa-

minar a matéria em outra oportunidade.

Sala das Comissões, em 19 de maio de 1965. — Afonso Arinos, Presidente. — Jefferson de Aguiar, Relator. — Bezerra Netto. — Argemiro de Figueiredo, vencido. — Edmundo Levi. — Heribaldo Vieira, vencido. — Josaphat Marinho.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade):

Votação, em turno único, do Parecer número 725, de 1965, da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Ofício número 209-P (2), de 1958, pelo qual o Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal encaminhou cópia autêntica do acórdão proferido no Recurso Extraordinário número 19.157, de Minas Gerais, julgado a 26 de setembro de 1952 (inconstitucionalidade do Decreto nº 167, de 1944) — parecer pelo arquivamento do expediente, em vista de haver sido revogado a lei em apêço.

Há que esclarecer aos Srs. Senadores o seguinte: ao se pronunciar sobre o expediente do Supremo Tribunal Federal, a Comissão de Constituição e Justiça ofereceu, em conclusão, o seu Parecer nº 333, de 1965, acompanhado do Projeto de Resolução nº 34-65.

Nesse projeto, a Comissão de Constituição e Justiça propunha a suspensão da execução do Decreto nº 1.076, de 31 de março de 1944, do Estado de Minas Gerais, na parte em que criou tributação sobre o açúcar.

O projeto foi aprovado. Ao cuidar de elaborar a redação final, a Comissão de Redação verificou, no documento constante do processo, que o decreto, cuja vigência se pretendia suspender, já não vigia, revogado que fora por lei posterior do mesmo Estado de Minas Gerais.

Levado o assunto à consideração da Comissão de Constituição e Justiça, esta, em seu novo parecer, que ora submete à apreciação do Plenário, propôs o arquivamento do expediente inicial do Supremo Tribunal Federal, que transmitia ao Senado as cópias do Acórdão e dos votos proferidos no julgamento que considerou inconstitucional o referido decreto mineiro.

Assim, como havia sido proposto pela Comissão de Constituição e Justiça o Projeto de Resolução nº 34, a aprovação deste parecer, agora submetido ao Plenário, ante a verificação de que o próprio Estado de Minas Gerais revogara a lei tida como inconstitucional, implicará no arquivamento do referido projeto de resolução anterior ao parecer e que estava em tramitação na Casa.

Este será o sentido do pronunciamento do Plenário, e é o sentido do segundo pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça.

Em votação o parecer.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado. O expediente será arquivado e também o Projeto de Resolução nº 34 de 1965.

E' o seguinte o parecer aprovado:

PARECER Nº 725, DE 1965

Da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Ofício nº 209-P (2), de 1958, do Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal, enviando cópia do acórdão do Recurso Extraordinário número 19.157, de Minas Gerais, julgado a 26-9-52 (inconstitucional o Decreto nº 1.076, de 1944).

Relator: Sr. Jefferson de Aguiar.

O Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal oficiou ao Senado Federal, solicitando a suspensão da

execução da lei mineira que faz incidir tributação sobre açúcar produzido no território daquele Estado (Recurso Extraordinário nº 19.157 e Decreto nº 1.076).

A Comissão de Constituição e Justiça elaborou projeto de resolução, que foi aprovado.

Ao apreciar a proposição, na oportunidade da redação final, a Comissão de Redação suscitou questão parcialmente procedente, sugerindo o arquivamento do projeto, porque a lei fora revogada e não mais se poderia cogitar da sua suspensão, nos termos do art. 64 da Constituição Federal.

Realmente, como se vê de expediente posteriormente anexo, o Governador do Estado de Minas Gerais informou que a Lei nº 153, de 28 de dezembro de 1947, extinguiu o imposto sobre exploração agrícola e industrial, anula taxa de defesa da produção.

Em consequência, a Comissão de Constituição e Justiça opina pelo arquivamento do Ofício nº 209-P-58 (2).

Sala das Comissões, em 2 de junho de 1965. — Afonso Arinos, Presidente. — Jefferson de Aguiar, Relator. — Heribaldo Vieira. — Argemiro de Figueiredo. — Josaphat Marinho. — Mendes Pimentel. — Edmundo Levi. — Ruy Carneiro.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade):

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado número 15, de 1965, de autoria do Sr. Senador Padre Calazans, que autoriza a desapropriação da Casa do Pintor Cândido Portinari, na cidade de Brodowski, São Paulo, tendo pareceres favoráveis sob números 668, 669 e 670, de 1965, das Comissões: de Constituição e Justiça, de Educação e Cultura e de Finanças.

A discussão está encerrada.

Em votação o projeto.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

A matéria voltará à Ordem-do-Dia, para o segundo turno regimental.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, DE 1965

Autoriza a desapropriação da Casa do Pintor Cândido Portinari, na Cidade de Brodowski — São Paulo.

Autor: Sr. Padre Calazans.

Art. 1º Fica autorizada, pelo Ministério da Educação e Cultura ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a desapropriação da Casa do pintor brasileiro Cândido Portinari, localizada em Brodowsky, Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Passa-se ao item seguinte:

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado número 74, de 1964, de autoria do Senhor Senador Adalberto Silva, que modifica a redação de dispositivo da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, tendo pareceres sob ns. 710 e 711, de 1965, das Comissões: de Constituição e Justiça, favorável com a emenda que oferece nº 1-CCJ; de Serviço Público Civil favorável ao projeto e à emenda nº 1-CCJ.

A discussão está encerrada. Em votação o projeto, sem prejuízo da emenda.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer como se acham. (Pausa.)

Está aprovado.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 74, DE 1964

Modifica a redação de dispositivo da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 2º do artigo 21 da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, passa a ter a seguinte redação:

§ 2º O Poder Executivo fixará as normas de constituição destas fundações, organização de seus conselhos diretores e demais condições a que ficam sujeitas.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Passa-se à votação da emenda, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada.

E' a seguinte a emenda aprovada:

EMENDA Nº 1

Onde se lê: "§ 2º", diga-se "§ 3º". No caput do art. 1º e no parágrafo transcrito.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A matéria vai à Comissão de Redação.

Passa-se ao item seguinte:

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 1965 (nº 2.753-B-65 na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que transforma a Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro em Fundação e dá outras providências, tendo pareceres favoráveis (ns. 753 e 754, de 1965) das Comissões — de Projeto do Executivo e de Finanças e dependendo de pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça sobre o projeto e a emenda de Plenário; das Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças sobre a emenda.

Tem a palavra o Sr. Jefferson de Aguiar, Relator, para pronunciar o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o projeto e a emenda.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR:

Sr. Presidente, peço que me seja enviado o projeto, com a respectiva emenda.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Serão entregues a V. Exa. (Pausa.)

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, o projeto em apreciação transforma a Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro em Fundação.

Recebi de Mensagem do Senhor Presidente da República, sob nº 100, de 1 de abril de 1965.

A Câmara dos Deputados aprovou o projeto e remeteu-o à consideração do Senado Federal.

A Comissão de Constituição e Justiça da outra Casa do Congresso, em parecer de autoria do Deputado Rondon Pacheco, opinou pela juridicidade e constitucionalidade, à unanimidade de votos.

Não há dúvida, pelos textos dos vários artigos do projeto, que a proposição é jurídica e constitucional.

Nada obsta à sua tramitação. A Comissão de Projetos do Executi-

vo deu parecer favorável ao projeto.
O nobre Senador Raul Giuberti apresentou emenda ao projeto, acrescentado ao Art. 9º o seguinte parágrafo único: (Lê:)

"Parágrafo único. Dentro do prazo de 30 dias, a partir da vigência da presente lei, a Congregação da Escola encaminhará a lista mencionada na letra a".

O Art. 9º do projeto estabelece: (Lê:)

"A Fundação será dirigida pelos:

a) Presidente, que será o Diretor da Escola, nomeado pelo Presidente da República, de uma lista tripartite de 3 (três) professores catedráticos, eleitos pela Congregação, em três escrutínios, por votação uninominal e secreta".

A emenda, por conseguinte, marca prazo para que a Congregação cumpra a determinação do artigo.

Na justificativa, diz o ilustre autor da emenda: (Lê:)

"A presente emenda tem a finalidade de tornar mais explícita a letra a do art. 9º. A fixação do prazo para a apresentação da lista tripartite evita um hiato nas atividades administrativas, sempre prejudiciais aos interesses da Escola. O prazo estipulado na emenda nos parece suficiente para a elaboração da lista, nos termos do artigo mencionado".

Portanto, sob o ponto de vista jurídico-constitucional, nada há que opor à aprovação da emenda do Senhor Senador Raul Giuberti, que melhora o texto e determina o cumprimento da lei em prazo certo.

Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra o Sr. Senador Jefferson de Aguiar.
Desculpe-nos S. Exa. o número de vezes que a Presidência precisou, hoje, aliás com muito prazer, designar V. Exa. para relator de matérias, mas se vê obrigada a mais uma vez solicitar de V. Exa. que relate agora, a emenda, pela Comissão de Projetos do Executivo, de que também é o relator.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR:

(Para emitir parecer — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, no exercício da Presidência da Comissão de Projetos do Executivo e atendendo, com prazer, à designação de V. Exa., opino favoravelmente à proposição subsidiária.

No mérito, a emenda aperfeiçoa o texto da lei e lhe dá determinação razoável para o cumprimento daquilo que o projeto prevê.

Sr. Presidente, é sempre com prazer que atendo à determinação da Mesa e sirvo ao Senado Federal. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O parecer da Comissão de Projetos do Executivo também é favorável à emenda.

A Presidência solicita do Sr. Senador Eurico Rezende a gentileza de dar parecer sobre a emenda, em nome da Comissão de Finanças.

Antes de passar a palavra a S. Exa., proponho a prorrogação da sessão até às 19 horas e 30 minutos. (Pausa.)

Está prorrogada a sessão até às 19 horas e 30 minutos.

Com a palavra o nobre Senador Eurico Rezende, para emitir parecer em nome da Comissão de Finanças.

O SR. EURICO REZENDE:

Sr. Presidente, para efeito de esclarecimento, solicito que V. Exa. informe se o parecer será sobre o projeto e a emenda ou sobre esta.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A Comissão de Finanças opinará apenas sobre a emenda.

O SR. EURICO REZENDE:

(Para emitir parecer — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente a emenda, que não tem nenhuma repercussão financeira, estabelece prazo para adoção de uma providência.

A Comissão de Finanças, não tendo sobre o que opinar, mas dentro da fatalidade regimental manifesta-se a favor da proposição subsidiária de autoria do eminente Senador Raul Giuberti. E assim, mais uma vez, Senhor Presidente, a colaboração do Espírito Santo em torno da matéria: dois Senadores capixabas como relatores e o terceiro como autor da emenda.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Agradeço ter sinalizado a circunstância, principalmente quando estão presididos por S. Exa. Paulo.

Em votação o projeto salvo a emenda.

O SR. EURICO REZENDE:

Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra o nobre Senador.

O SR. EURICO REZENDE:

(Para encaminhar a votação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, trata-se, lamentavelmente, de um projeto de favoritismo. Tenho mesmo a impressão de que o Sr. Presidente da República foi desastrosamente assessorado no envio dessa mensagem. E é fácil de se comprovar.

A Lei nº 3.271, de 30 de setembro de 1957, federalizou a Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro. Os professores, então, passaram a ser funcionários federais. Mas esses professores ocuparam outros cargos de magistério em outras Faculdades mantidas pelo Poder Público. Com a Constituição Federal não permite mais, no magistério, acumulações que excedam de dois cargos, procurou-se então, pelo trabalho de persuasão, obter do Governo a remessa de mensagem que transforma a Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro em Fundação.

Temos, então, o seguinte quadro: um Professor leciona numa Faculdade Federal, leciona em outra Faculdade Federal, leciona na Escola de Medicina e Cirurgia. Transformada a Escola de Medicina e Cirurgia em Fundação, ele não precisará de optar, continuará a ocupar dois cargos de magistério no organograma Federal e mantendo-se na Escola de Medicina e Cirurgia, que se desloca da figura jurídica de direito público para a figura jurídica de direito privado que é a Fundação.

Assim, Sr. Presidente, em que pesem os graves deveres da minha responsabilidade para com o Governo Federal, não voto essa mensagem, que é de puro favoritismo! (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Agradeço a V. Exa. o encaminhamento da votação, pois que alertou a Presidência no sentido de que a votação deverá dar-se em escrutínio secreto, de vez que envolve interesses de classes e pessoas. Vai-se proceder portanto à votação em escrutínio secreto, de acordo com o Regimento Interno.

O SR. AURELIO VIANA:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra o Sr. Senador.

O SR. AURELIO VIANA:

(Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, ouvimos do Senador Eurico Rezende,

com a responsabilidade de Líder do Governo, uma declaração que feriu a nossa sensibilidade de representante do povo da Guanabara: Este projeto é de puro favoritismo.

Mas se um dos porta-vozes mais autorizados do Governo declara, em nome da razão, do bom senso, da política, que este projeto é de puro favoritismo, nós outros irmãos aprová-lo?

Na comissão que o examinou, a de Finanças, o meu voto foi dado com restrições. Estive em dúvidas, não havia tomado pleno conhecimento da matéria.

Não deveria apor o meu voto contrário ao projeto porque em dúvidas; então, votei com restrições.

Agora surge uma voz autorizada, de um homem que vem sendo um dos defensores praticamente incondicionais da política do Governo, até da política habitacional. E esse líder, em analisando o projeto, tendo tipo naturalmente informações de órgãos competentes — porque a eles pode chegar com relativa facilidade — declara ao Senado da República, depois de uma exposição brilhante, o que todos nós acabamos de ouvir.

E não ouvi nenhuma voz para contraditá-lo. Não posso fazê-lo, porque não conheço a matéria a fundo. Não posso confirmar a denúncia, porque, para fazê-lo, necessitaria de acesso aos órgãos do Governo, que, ao certo, me informariam do processo, dando-me então aquela força para uma afirmativa categórica sobre o seu conteúdo e os seus objetivos.

Então, tenho que me louvar na denúncia publicamente feita, e que tachou o projeto de prenhe de favoritismo.

Aceito que a denúncia é colaborativa, porque de favoritismo eram acusados alguns dos Governos que passaram e, por isso mesmo, foram repudiados por muito Srs. Senadores que agora tacham o atual de favoritismo, também.

É bem verdade que o projeto visa a transformar a Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro em Fundação e é bem verdade que essas fundações, criadas por lei, são organismos *sui generis*, porque não vivem das contribuições de particulares mas precipuamente das que lhes concede o Governo. São as fundações mais estranhas. No conceito legítimo da palavra, Fundações elas não são.

Para citar um país onde as fundações têm importância extraordinária — os Estados Unidos — ali são os particulares que as sustentam, que as mantêm. Aqui, o Governo; no caso em apêço, o Federal.

A impressão que se tem é que a finalidade precípua é tirar dos professores as garantias que eles têm e possuem outorgadas pela Constituição da República, transferindo-os para o setor das leis trabalhistas.

Porque, lemos:

(Lê:)

"Art. 5º A receita da Fundação Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro provém de:

a) auxílio global, para manutenção e desenvolvimento, inscrito anualmente no Orçamento da União, por força do art. 21, da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961;

b) rendas patrimoniais;

c) rendimentos de serviços prestados;

d) contribuição escolar".

Art. 9º:

A Fundação será dirigida pelos:

a) Presidente, que será o Diretor da Escola, nomeado pelo Presidente da República, de uma lista tripartite de 3 (três) professores catedráticos, eleitos pela Congregação, em três escrutínios, por votação uninominal e secreta;

b) Congregação, composta dos professores catedráticos, dos

ocupantes de cátedras em exercício e de representantes docentes não catedráticos e do corpo docente;

c) Conselho Departamental, composto dos Chefes dos Departamentos e de representantes do corpo docente;

d) Conselho de Curadores, composto de 6 (seis) membros efetivos e 6 (seis) suplentes, com mandatos de 6 (seis) anos, renováveis pelo terço de dois em dois anos".

"Art. 10:

Os membros do Conselho de Curadores serão nomeados pelo Presidente da República dentre pessoas de notório saber e ilibada reputação".

"Art. 12:

Os cargos do magistério serão providos de acordo com o artigo 168 da Constituição Federal e a legislação federal específica".

"Art. 13. A Diretoria da Fundação prestará contas anualmente ao Tribunal de Contas da União".

Não compreendi bem o porquê da acusação ao Governo de favoritismo. Favoreceu aos professores, tirando-lhes aquelas garantias que a Constituição lhes outorga, e os colocando em outro âmbito, subordinados, — se não me falha a memória, — a legislação trabalhista? Oplando os que estão favorecidos, deveriam abandonar os cargos, deixando a escola à má troca?

Naturalmente que o Senador que fez a acusação tem, possui dados concretos para que possa formular seu pensamento. Sendo idôneo, está de pé a sua acusação. A não ser que nós ouçamos doutro governista, — a não ser que ouçamos de outro líder governista, porque a questão, agora, está lá, algumas palavras apenas para esclarecer o "ano rebelado" ou para contraditá-lo, esclarecendo o Plenário. Se essa palavra não vier, não posso, de maneira alguma, contrariar o pensamento do Líder do Governo, embora não aceite, mesmo em não sendo governista, acusação tão pesada de favoritismo, quando está na Presidência da República um homem que veio para acabar com o favoritismo no Brasil. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Passa-se à votação do Projeto, sem prejuízo da Emenda.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra o nobre Senador Jefferson de Aguiar, Relator da matéria.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, o Projeto visa transformar a Faculdade numa Fundação, com o critério específico de descentralização, permitindo, imediatamente a incorporação do Hospital Gaffree Guinle, como Hospital-Escola, à Faculdade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro.

Como não seria possível manter-se este hospital com renda própria, que oneraria, demasiadamente a Fazenda Pública, orientou-se o Governo no sentido da Fundação, porque assim permite auxílios de várias entidades, cobrança de contribuições pela assistência a doentes, e uma receita extraordinária para a manutenção do Hospital.

Evidentemente não há favoritismo. Os professores terão apenas a opção que o projeto prevê no Art. 7º. E a Fundação é obrigada a prestar contas ao Tribunal de Contas pelas despesas que porventura realize.

Esta forma de descentralização é uma novidade por Oscar Saraiva, num trabalho que teve ensejo de referir nos pareceres da Comissão de Constituição e Justiça. É a fundação sui generis, que é criada por lei para prestar serviço público, mantendo a sua vinculação ao Poder que o criou.

Assim, Sr. Presidente, acho que o projeto e emenda podem ser aprovados sem qualquer restrição. (Muito bem)

SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Os Srs. Senadores irão votar o projeto, sem prejuízo da emenda.

Os Srs. Senadores podem votar. Se todos os Srs. Senadores já votaram, declararei encerrada a votação. (Pausa)

Está encerrada a votação.

Vai-se proceder à apuração

(Pausa)

Votaram "sim" 18 Srs. Senadores e 13 "não".

Houve uma abstenção.

Não houve quorum.

Vai-se proceder à chamada para verificação de quorum; será feita de Norte para Sul.

Procede-se à chamada.

RESPONDEM A CHAMADA OS SRS. SENADORES:

Goldwasser Santos
Eduardo Assmar
José Guilomard
José de Souza
Edmundo Levi
Zacharias de Assumpção.
Cattete Pinheiro
Eugênio Barros
Sebastião Archer
Menezes Pinheiro
Antônio Juca
Denarte Carvalho
Dylton Costa
Josephat Marinho
Jefferson da Aguiar
Eurico Rezende
Raul Giuberti
Afonso Arinos
Aurélio Vianna
Benedito Valladares
Moura Andrade
Lopes da Costa
Milton Menezes
Irineu Bornhausen.
Antônio Carlos
Atílio Fontana
Guido Mondim
Mem de Sá.

SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Confirmou-se a falta de número.

Responderam à chamada apenas 30 senhores Senadores.

Antes de prosseguir a Ordem do Dia, a Presidência convoca os Srs. Senadores para uma sessão extraordinária, amanhã, às 10 horas. Da pauta constarão quatro itens: indicação para o Tribunal Federal de Recursos, para Embaixador junto às Filipinas, para os Conselhos das Caixas Econômicas Federais do Ceará e do Rio de Janeiro.

Esta sessão está prevista para amanhã, às 10 horas de manhã. (Pausa) Passa-se ao item seguinte.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 103, de 1965, (nº 2.738-B-65 na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que exclui do regime de prévio licenciamento e de visto consular importações realizadas pelos Ministérios Militares. (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 171, nº III do Regimento Interno), dependendo de pronunciamento da Comissão de Finanças.

O Sr. Primeiro Secretário procederá à leitura do parecer da Comissão de Finanças.

É lido o seguinte

PARECER

Nº 822, de 1965

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei nº 103, de 1965 (nº 2.738-B-65, na Câmara), que exclui do regime de prévio licenciamento e de visto consular importações realizadas pelos Ministérios Militares.

Relator: Sr. Lima de Mattos

O Poder Executivo, com a Mensagem nº 184-65 e na forma do art. 4º do Ato Institucional, enviou ao Congresso Nacional projeto de lei pelo qual são excluídos, do regime de prévio licenciamento e de visto consular, as importações efetuadas pelos Ministérios Militares.

As razões que determinaram e justificam a medida estão consubstanciadas na ampla Exposição de Motivos do Sr. Ministro da Guerra que, inclusive, se encontra em pareceres da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, e da Assistência Jurídica da Carteira de Comércio Exterior.

A matéria, conforme pode verificar-se da "ficha de sinopse" e avulsos constantes do processo, foi aprovada na Câmara com a inclusão da emenda apresentada pela Comissão de Justiça daquela Casa.

A emenda referida, que manda acrescentar ao art. 2º, parágrafo único, in fine: "tendo sido previamente autorizado pelo Presidente da República", deixou, todavia, de constar do autógrafo enviado ao Senado, certamente, é o que supomos, por simples lapso.

Verificado o engano, o Primeiro Secretário em exercício, Senador Adalberto Serra, solicitou, por ofício de 10 do corrente, os devidos esclarecimentos, no que foi prontamente atendido pelo Sr. Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados, através do Ofício nº 1.591, de 15-6-65, nos seguintes termos:

— "Em referência ao ofício SF nº 75, de 10 de junho de 1965, de Vossa Excelência, solicito seja feita a seguinte retificação nos autógrafos do Projeto de Lei número 2.738-B, de 1965, que exclui do regime de prévio licenciamento e visto consular importações realizadas pelos Ministérios Militares, que não sofreu impugnação por parte do plenário desta Casa do Congresso Nacional, nos termos do § 10, do art. 169, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a saber:

Onde se lê:

"Art. 2º

Parágrafo único. A exclusão a que se refere o presente artigo ficará condicionada, em cada caso, à declaração do titular da Pasta respectiva, de que a importação se destina a fins exclusivamente militares e são de interesse para a segurança nacional".

Leia-se:

"Art. 2º

Parágrafo único. A exclusão a que se refere o presente artigo ficará condicionada, em cada caso, à declaração do titular da Pasta respectiva, de que a importação se destina a fins exclusivamente militares e é de interesse para a Segurança Nacional, tendo sido previamente autorizada pelo Presidente da República". — Deputado Nilo Coelho, 1º Secretário.

O Projeto em exame, sem qualquer ônus para a Fazenda Pública, visa a abreviar exigências de caráter meramente burocrático, razão pela qual, no âmbito de competência desta Comissão, nada impede sua tramitação

E, assim, pela aprovação do Projeto, nesse parecer.

Sala das Comissões, em 23 de junho de 1965. — Irineu Bornhausen, Presidente. — Lima de Mattos, Relator. — Eurico Rezende. — Bezerra Neto. — Antônio Juca. — Eugênio Barros. — José Ernirio. — Mem de Sá.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Em discussão o projeto.

Se nenhum Sr. Senador desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa)

Está encerrada. A votação fica adiada. (Pausa)

Lembro aos Srs. Senadores que hoje, às 21 horas e 30 minutos, o Congresso Nacional realizará sessão conjunta para apreciação de votos presidenciais ao Projeto de Lei nº 2.421-B, de 1964, na Câmara, e nº 320, de 1964, no Senado, que concede isenção de tributos para importação de bens, e dá outras providências.

Vou declarar encerrada a sessão, em vista de se haver esgotado o tempo da sua prorrogação, designando, para a sessão extraordinária de amanhã, a se realizar às 19 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Finanças sobre a Mensagem nº 129-65, pela qual o Sr. Presidente da República submete ao Senado a escolha do Sr. General Francisco Humberto Ferreira Elery para integrar o Conselho Administrativo da Caixa Econômica do Ceará e exercer as funções de seu Presidente.

2

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 131, de 1965 (nº de origem 318-65), pela qual o Sr. Presidente da República submete à aprovação do Senado a escolha do Diplomata Alvaro Teixeira Soares para exercer, cumulativamente com as funções de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo do Japão, as de Embaixador do Brasil junto ao Governo da República das Filipinas.

3

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Finanças sobre a Mensagem nº 180-65, pela qual o Senhor Presidente da República submete ao Senado a escolha do Sr. Benecyr Araújo Pereira para o Conselho Administrativo da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro.

4

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a Mensagem nº 265 (nº de origem 205-65) pela qual o Senhor Presidente da República submete ao Senado Federal o nome do Desembargador Marcio Ribeiro, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Federal de Recursos, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Cândido Mesquita da Cunha Lobo.

Está encerrada a sessão. (Levanta-se a sessão às 12 horas e 25 minutos)

DISCURSO DO SR. DENARTE MARIZ, QUE SE REPUBLICA EM FACE DE INCORREÇÕES NO D.C.N. DO DIA 10 DE ABRIL DO CORRENTE ANO.

Senhor Presidente,

Senhores Senadores,

Venho, hoje, ocupar a elevada atenção do Senado para denunciar a esta Casa do Congresso e, de sua tribuna, ao Governo da República e à Nação,

fato da maior gravidade, cujos elementos de comprovação junto às palavras que ora pronuncio e que deixo à mostra o traço da improbidade, que assinala, de forma indelével, a face do atual Governo do Rio Grande do Norte.

Não é de agora que a oligarquia dominante na minha terra se revela impotente para escandar, no alio dos concilíbulos da família, da na convivência dos interesses concertados para a desfraudação do patrimônio público, a obra de rapinagem a que se entregou desde que ascendeu ao poder no Estado. Ao contrário, o exercício dessa aguçada criminalidade, como o resumo de uma doença maligna, cujos indivíduos repulsivos e degenerados nem sempre a medicina pode debelar, cada vez mais se patenteia aos olhos do povo, na propagação das repugnantes quanto enfermidades de cada um e de todos os membros da família do Governador do Estado.

Tal situação não é desconhecida de nenhuma pessoa, no Rio Grande do Norte, de tal maneira que se evidencia na voracidade do seu dia a dia no vasto e impetuoso e o povo se não adia com o estranho poder que a situação e deia se nutre, pois nem a Revolução pode, até o presente momento, enfrentá-la, encorajá-la.

Todavia, o fato que hoje trago ao conhecimento do Senado Federal envolve, ao lado do próprio Governador e dos seus parentes mais chegados a honra da sua Administração e a de alguns altos funcionários federais que exercem de confiança a administração pública desonestamente e comprometem a nos seus objetivos moralizadores e de combate a corrupção.

O fato é o seguinte, na sua singela expressão e incontestável: — Nesta parte principal o Deputado Federal Assistente Fernandes, plenipotenciário do atual Governador do Estado, está muito sintonizado com todas as empreitadas na via pública, sua mais autorizada e reconhecida atividade política ao longo de toda a atividade política.

Não obstante o conhecimento do fato, que tem os contornos e, em especial, aqueles que exercem atividades comerciais e econômicas no Rio Grande do Norte, a respeito da atuação do Deputado Assistente Fernandes, decimo após decimo, em todos os negócios de que tem participado, e o vultoso legado dos compromissos assumidos por ele, ainda ao término do meu Governo, não hesitarei em todos os Cantores especializados da Capital do Estado, o Senado tomará conhecimento da certidão que exibe, de 1º Ofício de Notas e Processos, essa cidade de Brasília, que se relaciona com a Nota Promissória de emissão do Deputado Assistente Fernandes, no valor de Cr\$ 400.000 (quatrocentos e trinta e oito mil e oitocentos e sessenta e sete reais), emitida em 16-3-65, apostada em 6-1-62 e protestada em 10-1-61. E sem qualquer comprometimento que me levou ao assunto e, se o fato, e porque se tornou necessária demonstrar a imbecilidade do emittente e a sua incapacidade financeira, em altamente contraditório com as ocorrências que passo a narrar.

Pois bem, a par desta situação de absoluta incorporeidade financeira, que aqui se testemunhava, o mesmo parlamentar aparecia, no Rio Grande do Norte, durante todo o ano passado e já no ano em curso, como patrocinador de duas Grandes Feiras de Estado, das maiores já realizadas no Nordeste, envolvendo negócios da ordem de muitas centenas de milhões de cruzeiros, e agora se apresenta para elevar, nos próximos meses, a 3ª Feira desta espécie. Vale acentuar que essas Feiras, cujo anúncio se publicou, são

plamente, em toda a imprensa da Capital do Estado, conforme recorre em meu poder, foram animadas pela liberalidade do vendedor que dispensou juros para as vendas a prazo de 90, 120 dias e cobrou juros de apenas 2% para os prazos de 6, 12 e até 18 meses.

O gado foi todo ele adquirido pelo Deputado Aristófanes Fernandes em Minas Gerais e Bahia.

Como, então, conciliar circunstâncias tão contraditórias nas quais o emitente do título protestado em Brasília aparece, ao mesmo tempo, como o generoso patrocinador das Grandes Feiras de Gado?

Como compreender que o devedor insolvente em menos de Cr\$ 500.000 (quinhentos mil cruzeiros), em Brasília, seja, ele mesmo, o abastado comprador de gado em Minas Gerais e na Bahia?

Como explicar que o crédito que faltou, em Brasília, ao Deputado Aristófanes Fernandes, em nível tão baixo, esse crédito se eleve, fantásticamente, a centenas de milhões de cruzeiros nas praças de pecuaristas do País?

A explicação há de estar no documento que apresento à consideração desta Casa e que é uma fotocópia autenticada de Promissória Rural, de valor de 5 milhões de cruzeiros, correspondentes à compra de 20 vacas de cria, em favor do Deputado João Batista Alves de Macêdo e emitida pelo mesmo Deputado Aristófanes Fernandes. Mas o aval desta Promissória Rural, Senhores Senadores, é do Banco do Rio Grande do Norte. E' do Banco Oficial do Estado do Rio Grande do Norte, cujo Governador é o primo-irmão e sócio do emitente. E, assim, um negócio de dois parentes, de dois sócios, com o Rio Grande do Norte no meio. Assim se explica a capacidade financeira, o crédito, a liquidez, a prosperidade econômica: é que, na verdade, quem faz o negócio para eles é o Banco do Rio Grande do Norte.

Ao Deputado vendedor João Batista Alves de Macêdo o Deputado comprador ofereceu a seguinte alternativa: o aval pessoal do Governador Aluizio Alves ou o aval oficial do Banco do Rio Grande do Norte. O Deputado vendedor, previdente e bom comerciante, preferiu o aval do Povo do Rio Grande do Norte.

Assim foram feitos todos os negócios das duas Grandes Feiras de Gado. Assim se prepararam para fazer todos os negócios da próxima 3ª Grande Feira de Gado. O Rio Grande do Norte, que compareceu às duas primeiras, não vê como escapar da terceira.

Por outro lado, tomo a liberdade de chamar a atenção dos Senhores Senadores, do Ministro da Fazenda, do Diretor da SUMOC e das demais autoridades financeiras do País para esta Promissória Rural; pois ela se apresenta destituída de três dos sete requisitos exigidos pelo diploma legal que lhe deu origem: omite a data e lugar da emissão, a praça e a data do pagamento e, se fosse possível estabelecer a época da constituição da promessa de pagamento ali representada, ainda, poderíamos, certamente, acrescentar a falta de pagamento do imposto do selo devido, uma vez que a isenção para títulos dessa natureza somente foi concedida através da Lei 4.505, de 30 de novembro de 1964.

Ora, o aval dado pelo Banco do Rio Grande do Norte pressupõe a existência de operação paralela de interesse do estabelecimento garantidor ou, pelo menos, do seu maior acionista, o Governo do Estado. Só essa circunstância, e em casos especialíssimos e des-

de que aquele figurasse no título, é que poderia justificar a medida.

Mas o simples fato de um estabelecimento oficial de crédito prestar o seu aval e documento eivado de vícios, onde nem a extensão no tempo da responsabilidade assumida é prevista, já indica a irregularidade do ato, a irresponsabilidade do gerente, demonstrando, claramente, pura e simples liberalidade, extremada ilicitude, berrante afilhadismo.

A configuração desse deplorável estado de coisas se completa, se acrescentarmos que tanto o atual Presidente do Banco do Rio Grande do Norte, quanto o seu Diretor-Gerente, ambos assinantes do aval nesta Promissória Rural, são altos funcionários do Banco do Nordeste, colocados à disposição do Estado. E foi, ainda, sob a administração deles, que o Banco do Rio Grande do Norte teve título de sua própria emissão apontado no Cartório competente de Natal.

O aspecto mais grave dessas ocorrências, entretanto, estará no fato de que não lhes faltou, no decurso de todo o seu tortuoso processo a cumplicidade oficial, tanto do Governo do Estado, quanto de importantes autoridades federais.

A 1ª Feira teve o patrocínio oficial e público do Governo do Rio Grande do Norte, que abriu crédito para financiá-la que expediu os convites, que providenciou a sua propoganda na imprensa, rádio e televisão de todo o Nordeste, tal como se fôssemos iniciativa e atividade do Estado.

A 2ª Feira, que não mais se instalou em Natal, mas se revestia de caráter oficioso, teve lugar na Fazenda do Senhor Aristófanes Fernandes, que para lá conduziu, juntamente com funcionários do Banco do Rio Grande do Norte, os títulos em branco daquele estabelecimento oficial de crédito, ali mesmo entregues para aceite dos compradores.

Qualquer irresponsável que aparecesse querendo comprar o gado não teria de desembolsar sequer um cruzeiro: era suficiente assinar não no respectivo guichê, mas perante o Deputado Aristófanes Fernandes, o título do Banco do Estado, que lhe era oferecido em branco.

Agora, o mesmo Banco do Rio Grande do Norte se prepara para descontinuar todos esses títulos, no montante de mais de 1/2 milhão de cruzeiros, desviando assim, para o bolso do primo do Governador do Estado e seu testa-de-ferro, através de favorecimento ilícito, de que não há exemplo no meu Estado, o volume crescente de verbas federais destinadas no Rio Grande do Norte e nele depositadas.

Esta 2ª Grande Feira de Gado, que se transformou em ampla comemoração, estendendo-se por muitos dias e cujas despesas, no particular, ascenderam a muitos milhões de cruzeiros, teve a coroa-la a presença do Senhor Raul Barbosa, Presidente do Banco do Nordeste, e do Senhor José Gobat Alves, irmão do Governador do Estado, e também Diretor do Banco do Nordeste, desde dezembro de 1960.

Com que máguia e decepção falo no nome do meu velho amigo Raul Barbosa, Presidente de um Banco, o mais importante para a economia nordestina! Abandonar os seus deveres para ir ao Rio Grande do Norte, acompanhado do irmão do Governador, que é também Diretor do Banco do Nordeste, para testemunhar e tomar parte numa comemoração onde, dizem, gastaram fortunas, durante dias, pois ficou célebre a história, em todo o Rio Grande do Norte e nos Estados vizinhos.

É bom que fique registrada a presença do Sr. Raul Barbosa naquela

Feira, porque o mundo caminha e um dia nós poderemos, ou outros que aqui se encontrarem em nossos lugares, julgar a atitude desse homem que já exerceu mandato de Deputado Federal e de Governador de Estado, e tinha um nome tão bom perante o seu Estado, e os amigos que, como eu, sempre o consideraram um homem de bem, e mas foi lamentavelmente envolvido em trama dessa natureza, em que veio, com a sua autoridade, presidir a deiradação do patrimônio público, e, com o seu apoio, beneficiar parentes e apaniguados do Governador que infelicitou o meu Estado.

Senhor Presidente e Senhores Senadores trouxe a esta tribuna esta denúncia que espero, produza consequências. Foi feita, naturalmente, sem ódios. Posso dizer que, nesta altura da vida, não se têm mais ódios; nesta altura d' avida, em muitas ocasiões, se violentaram o próprio temperamento decorrente da idade, para se cumprir um dever como o de, penalizado, ser obrigado a vir perante esta Alta Casa denunciar crimes dessa natureza. Tenho a impressão de que posso dormir com minha consciência tranqüila porque toda vez que se oferecer oportunidade para esse dever, por mais alta que seja a autoridade, por mais riscos que possa correr a palavra pronunciada por mim nesta Tribuna, ela se fará ouvir porque só assim justifico, perante mim mesmo, a minha presença na vida pública do País. Tive outros caminhos e os percorri vitoriosamente para chegar à vida pública, por vocação de servir ao meu País e ao nobre povo que represento.

Portanto, no cumprimento deste dever, nunca procurarei saber quais são os riscos que se antepõem à palavra que será proferida.

Deixo aqui, Senhor Presidente e Senhores Senadores, o apelo ao eminente Presidente da República, o honrado Presidente Humberto Alencar Castelo Branco, para que volte as vistas para o Rio Grande do Norte e para o Nordeste, com a responsabilidade de hoje, que será julgada amanhã pela história, a fim de que, à sombra de seu Governo não se pratiquem passivamente crimes desta natureza.

E faço apenas uma pergunta: Se houve alguém, uma só pessoa, dentre todos os que tiveram os seus direitos suspensos, ou os seus mandatos cassados pela Revolução de que participei — Se houve alguém, uma só pessoa dentre eles contra quem se haja comprovado, impunemente, crime mais hediondo do que esse, que se pratica contra o erário de um Estado pobre como o nosso?

Pergunto, desta Tribuna, sob a cúpula desta Casa do Povo, com a mão na consciência e o pensamento em Deus, se é possível, depois da Revolução, que aconteçam coisas dessa natureza no mesmo País!

A resposta, acredito que virá. Sou homein católico e acredito em tudo o que vem de Deus. E não creio que

o meu País, salvo recentemente de coisa tão grave, reencontre o caminho da alma em vez do caminho da redenção.

Senhor Presidente, Senhores Senadores. Não sou um desalentado, apesar dos cabelos brancos. Sei que o Brasil caminhará firmemente para os seus grandes destinos. Mas, para isso, não faltará aquele grão de areia humilde, que é o meu patriotismo e o meu civismo que carregarei a fim de depositar no alicerce que amanhã servirá de exemplo para as gerações futuras.

Parecer nº 107, de 1965.

Publicado no DCN de 12-3-1965, pág. 322

Republicado por ter saído com incorreções.

PARECER

Nº 107, de 1965

Redação final do Projeto de Resolução nº 81, de 1964.

Relator: Sr. Josaphat Marinho

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 81, de 1964, que suspende a execução da alínea b, do art. 1º, do Livro II do Código de Impostos e Taxas do Estado de São Paulo.

Sala das Sessões, 10 de março de 1965 — Antônio Carlos, Presidente. — Josaphat Marinho, Relator. — Sebastião Archer. — Walfredo Gurgel.

PARECER Nº 107, DE 1965

Publicado no DCN de 12-3-65, página 322.

Republicado por ter saído com incorreções

Redação final do Projeto de Resolução nº 81, de 1964.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 64 da Constituição Federal e eu, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº DE 1965

Suspende a execução da alínea b, do art. 1º do Livro II do Código de Impostos e Taxas do Estado de São Paulo, por infringência aos artigos 15 inciso IV e 21 da Constituição Federal.

Art. 1º É suspensa, nos termos da decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal em sessão de 16 de junho de 1961, no Recurso Extraordinário nº 38.538, do Estado de São Paulo, a execução da alínea b, do art. 1º, do Livro II do Código de Impostos e Taxas do mesmo Estado, por infringência aos artigos 15, inciso IV e 21 da Constituição Federal.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

ATO DO SR. DIRETOR GERAL
PORTARIA Nº 70 DE 23 DE JUNHO DE 1965

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve nos termos do artigo

208, da Resolução nº 6-60, suspender por 15 (quinze) dias, por falta grave, Armando Bispo dos Santos, Ajudante da Portaria, FT-7.

Secretaria do Senado Federal, 23 de junho de 1965. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇAREUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA NO DIA 22 DE JUNHO
DE 1965

As 15 horas do dia 22 de junho de 1965, na Sala das Comissões, sob a presidência do Senhor Senador Afonso Arinos, presentes os Senhores Senadores Aloysio de Carvalho, Jefferson de Aguiar, Josaphat Marinho, Antônio Balbino, Edmundo Levi e Bezerra Neto, reúne-se a Comissão de Constituição e Justiça.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Wilson Gonçalves, Ruy Carneiro, Arthur Virgílio e Heribaldo Vieira.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior e, em seguida, aprovada.

O Senhor Presidente comunica que convocará a reunião, a fim de ser apre-

ATAS DAS COMISSÕES

ciado o parecer proferido pelo Senador Aloysio de Carvalho ao Projeto de Lei da Câmara nº 120-65 — Institui o Código Eleitoral, a quem concede a palavra.

O Senhor Senador Aloysio de Carvalho passa a ler o seu parecer, apresentando cinquenta e nove emendas. Submetido o parecer e emendas à discussão e votação, é ele aprovado, bem como as emendas com exceção da de nº 45 que é rejeitada. Quanto à emenda número 46 a Comissão acrescentou a expressão «e mais três», com o que concordou adotou outra redação que não a sugerida pelo Relator, com o que, também, concordou o Relator e foi sugerida pela Comissão uma emenda ao Art. 357, aceita pelo Relator e que tomou o número 60.

O Ofício de 25 de maio último, do Presidente da Comissão de Estudos Eleitorais encaminhando a conclusão do es-

tudo de reforma eleitoral, promovido pela dita Comissão é, pelo Senador Aloysio de Carvalho, anexado ao Projeto acima mencionado, visto tratar do mesmo assunto.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão, Secretária, a presente ata que depois de lida e aprovada é assinada pelo Senhor Presidente.

21ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 23 DE JUNHO
DE 1965

As 17,30 horas do dia 23 de junho de 1965, na Sala das Comissões, sob a presidência do Senhor Senador Afonso Arinos, presentes os Senhores Senadores Aloysio de Carvalho, Jefferson de Aguiar, Josaphat Marinho, Edmundo Levi e Eurico Rezende, reúne-se a Comissão de Constituição e Justiça.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Wilson Gonçalves, Antônio Balbino, Ruy Carneiro, Bezerra Neto, Arthur Virgílio e Heribaldo Vieira.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior e, em seguida, aprovada.

O Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Jefferson de Aguiar, relator da Mensagem nº 205-65 — do Sr. Presidente da República submetendo à aprovação do Senado Federal o nome do Desembargador Marcio Ribeiro, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Federal de Recursos, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Cândido Mesquita da Cunha Lobo.

A reunião passa a ser secreta.

Tornada pública, encerra-se a reunião lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão, Secretária, a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÕES PERMANENTES

MESA

Presidente — Moura Andrade (PSD)
 Vice-Presidente — Nogueira da Gama (PTB)
 1º Secretário — Dinarte Mariz (UDN)
 2º Secretário — Gilberto Marinho (PSD)
 3º Secretário — Adalberto Sena (PTB)
 4º Secretário — Cattete Pinheiro (PTN)
 1º Suplente — Joaquim Parente (UDN)
 2º Suplente — Guido Mondin (PSD)
 3º Suplente — Vasconcellos Torres (PTB)
 4º Suplente — Raul Giuberti (PSP-ES)

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD) — 22 representantes

1. José Gomard — Acre
 2. Leão da Silveira — Pará
 3. Eugênio Barros — Maranhão
 4. Sebastião Archer — Maranhão
 5. Victorino Freire — Maranhão
 6. Sigefredo Pacheco — Piauí
 7. Menezes Pinheiro — Ceará
 8. Wilson Gurgel — R. G. Norte
 9. Walfrido Gurgel — R. G. Norte
 10. Ruy Carneiro — Paraíba
 11. José Leite — Sergipe
 12. Antônio Batbano — Bahia
 13. Jefferson de Aguiar — E. Santo
 14. Gilberto Marinho — Guanabara
 15. Moura Andrade — São Paulo
 16. André Fontana — Santa Catarina
 17. Guido Mondin — R. G. Sul
 18. Benedito Valladares — M. Gerais
 19. Filinto Müller — Mato Grosso
 20. José Feliciano — Goiás
 21. Juscelino Kubitschek — Goiás
 22. Pedro Ludovico — Goiás

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB) — 17 representantes

1. Adalberto Sena — Acre
 2. Oscar Passos — Acre
 3. Vivaldo Lima — Amazonas
 4. Edmundo Levi — Amazonas
 5. Arthur Virgílio — Amazonas
 6. Antônio Jucá — Ceará
 7. Dix-Huit Rosado — R. G. Norte
 8. Argemiro de Figueiredo — Paraíba
 9. Barros Carvalho — Pernambuco
 10. Pessoa de Queiroz — Pernambuco
 11. José Ermírio — Pernambuco
 12. Silvestre Pericles — Alagoas
 13. Vasconcelos Torres — R. Janeiro
 14. Nelson Maculan — Paraná
 15. Mello Braga — Paraná
 16. Nogueira da Gama — M. Gerais
 17. Bezerra Neto — Mato Grosso

UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL (UDN) — 16 representantes

1. Zacharias de Assumpção — Pará
 2. Joaquim Parente — Piauí
 3. José Cândido — Piauí
 4. Dinarte Mariz — R. G. Norte
 5. João Agripino — Paraíba
 6. Rui Palmeira — Alagoas
 7. Heribaldo Vieira — Sergipe
 8. Eurico Rezende — E. Santo
 9. Afonso Arinos — Guanabara
 10. Padre Calazans — São Paulo
 11. Adolpho Franco — Paraná
 12. Irineu Bornhausen — S. Catarina
 13. Antônio Carlos — S. Catarina
 14. Daniel Krieger — R. G. Sul
 15. Milton Campos — Minas Gerais
 16. Lopes da Costa — Mato Grosso

PARTIDO LIBERTADOR (PL) — 2 representantes

1. Aloysio de Carvalho — Bahia
 2. Mem de Sá — Rio Grande do Sul

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN) — 2 representantes

1. Cattete Pinheiro — Pará
 2. Lino de Mattos — São Paulo

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP) — 2 representantes

1. Raul Giuberti — Espírito Santo
 2. Miguel Couto — Rio de Janeiro

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB) — 1 representante

1. Aurélio Viana — Guanabara

MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR) — 1 representante

1. Aarão Steinbruch — Rio de Janeiro

PARTIDO REPUBLICANO (PR) — 1 representante

1. Júlio Leite — Sergipe

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC) — 1 representante

1. Arnon de Mello — Alagoas

SEM LEGENDA

1. Josaphat Marinho — Bahia
 2. Heribaldo Vieira — Sergipe

RESUMO

Partido Social Democrático (PSD)	22
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	17
União Democrática Nacional (UDN)	16
Partido Libertador (PL)	2
Partido Trabalhista Nacional (PTN)	2
Partido Social Progressista (PSP)	2
Partido Socialista Brasileiro (PSB)	1
Partido Republicano (PR)	1
Partido Democrata Cristão (PDC)	1
Movimento Trabalhista Renovador (MTR)	1
Total	63
Sem legenda	1
Total	64

BLOCOS PARTIDÁRIOS

Bloco Parlamentar Independente

PSP	2	Senadores
PTN	2	Senadores
PSB	1	Senador
PR	1	Senador
MTR	1	Senador
PDC	1	Senador
Sem legenda	2	Senadores

LIDERANÇAS

Líder de Governo:
 Daniel Krieger (UDN)

Vice-Líder:
 Mem de Sá

BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE

Líder:
 Lino de Mattos (PTN)
 Vice-Líderes:
 Aurélio Viana (PSB)
 Júlio Leite (PR)

Josaphat Marinho (sem legenda)
 Aarão Steinbruch (MTR)
 Arnon de Mello (PDC)
 Dilton Costa (PR)

I PARTIDOS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD)

Líder: Filinto Müller

Vice-Líderes:

Wilson Gonçalves
 Sigefredo Pacheco
 Walfrido Gurgel
 Victorino Freire

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB)

Líder: Barros Carvalho

Vice-Líderes:

Bezerra Neto
 Oscar Passos
 Antônio Jucá

UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL (UDN)

Líder: Daniel Krieger

Vice-Líderes:

Eurico Rezende
 Adolpho Franco
 Padre Calazans
 Lopes da Costa

PARTIDO LIBERTADOR (PL)

Líder: Mem de Sá
 Vice-Líder: Aloysio de Carvalho

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Líder: Miguel Couto
 Vice-Líder: Raul Giuberti

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN)

Líder: Lino de Mattos
 Vice-Líder: Cattete Pinheiro

III — PARTIDOS DE UM SÓ REPRESENTANTE

MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR)

Representante: Aarão Steinbruch

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC)

Representante: Arnon de Mello
 PARTIDO REPUBLICANO (PR)
 Representante: Júlio Leite

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB)

Representante: Aurélio Viana

AGRICULTURA

PSD

SUPLENTE

1. José Feliciano
 2. Atílio Fontana

PTB

1. Dix-Huit Rosado
 2. Antônio Jucá

UDN

1. Daniel Krieger
 2. João Agripino

BPI

1. Aurélio Viana

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PSD

SUPLENTE

1. Menezes Pinheiro
 2. José Feliciano
 3. Filinto Müller
 4. Benedito Valladares

PTB

1. Argemiro Figueiredo
 2. Mello Braga
 3. Oscar Passos

UDN

1. Daniel Krieger
 2. Eurico Rezende
 3. João Agripino

BPI

1. Josaphat Marinho

TITULARES

1. Jefferson de Aguiar
 2. Antônio Batbano
 3. Wilson Gonçalves
 4. Ruy Carneiro

1. Edmundo Levi
 2. Bezerra Neto
 3. Arthur Virgílio

1. Afonso Arinos
 2. Heribaldo Vieira
 3. Aloysio de Carvalho

1. Aarão Steinbruch

DISTRITO FEDERAL

TITULARES	PSD	SUPLENTE
Pedro Ludovico Walfredo Gurgel	1. José Feliciano 2. Benedicto Valladares	
Arthur Virgílio Mello Braga	1. Bezerra Neto 2. Antônio Jucá	
Eurico Rezende Heribaldo Vieira	1. Zacarias de Assunção 2. Lopes da Costa	
Aurélio Vianna	1. Lino de Mattos	

ECONOMIA

TITULARES	PSD	SUPLENTE
Atílio Fontana José Feliciano José Leite	1. Jefferson de Aguiar 2. Sigefredo Pacheco 3. Sebastião Archer	
José Ermírio Nelson Maculan	1. Bezerra Neto 2. Mello Braga	
Adolpho Franco Lopes da Costa Irineu Bornhausen	1. Zacarias de Assunção 2. José Cândido 3. Mem de Sá	
Miguel Couto	1. Aurélio Vianna	

EDUCAÇÃO E CULTURA

TITULARES	PSD	SUPLENTE
Menezes Pimentel Walfredo Gurgel	1. Benedicto Valladares 2. Sigefredo Pacheco	
Antônio Jucá Arthur Virgílio	1. Edmundo Levi 2. Mello Braga	
Padre Calazans Mem de Sá	1. Afonso Arinos 2. Faria Tavares	
Arnon de Mello	1. Josaphat Marinho	

FINANÇAS

TITULARES	PSD	SUPLENTE
Victorino Freire Lobão da Silveira Sigefredo Pacheco Wilson Gonçalves Walfredo Gurgel	1. Atílio Fontana 2. José Guimard 3. Eugênio Barros 4. Menezes Pimentel 5. Pedro Ludovico	
Argemiro Figueiredo Bezerra Neto Pessoa de Queiroz Antônio Jucá	1. José Ermírio 2. Edmundo Levi 3. Mello Braga 4. Oscar Passos	
Faria Tavares Irineu Bornhausen Eurico Rezende	1. João Agripino 2. Adolpho Franco 3. Daniel Krieger	
Mem de Sá	1. Aloysio de Carvalho	
Lino de Mattos Josaphat Marinho	1. Miguel Couto	

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES	PSD	SUPLENTE
1. José Feliciano 2. Atílio Fontana	1. Lobão da Silveira 2. Sebastião Archer	
1. Nelson Maculan 2. Barros Carvalho	1. Vivaldo Lima 2. Oscar Passos	
1. Adolpho Franco 2. Irineu Bornhausen	1. Lopes da Costa 2. Eurico Rezende	
1. Dilton Costa	1. Aarão Steinbruch	
TITULARES	PSD	SUPLENTE
1. Ruy Carneiro 2. Walfredo Gurgel 3. Atílio Fontana 4. Eugênio Barros	1. José Guimard 2. Sigefredo Pacheco 3. José Leite 4. Lobão da Silveira	
1. Vivaldo Lima 2. Edmundo Levi	1. Antônio Jucá 2. Pessoa de Queiroz	
1. Eurico Rezende 2. Heribaldo Vieira	1. Lopes da Costa 2. Zacarias de Assunção	
1. Aarão Steinbruch	1. Dilton Costa	

LEGISLAÇÃO SOCIAL

MINAS E ENERGIA

TITULARES	PSD	SUPLENTE
1. Benedicto Valladares 2. Jefferson de Aguiar	1. Pedro Ludovico 2. Filinto Müller	
1. José Ermírio 2. Argemiro Figueiredo	1. Nelson Maculan 2. Antônio Jucá	
1. João Agripino 2. Faria Tavares	1. José Cândido 2. Afonso Arinos	
1. Josaphat Marinho	1. Arnon de Mello	

POLÍGONO DAS SECAS

TITULARES	PSD	SUPLENTE
1. Ruy Carneiro 2. Sebastião Archer	1. Sigefredo Pacheco 2. José Leite	
1. Argemiro Figueiredo 2. Dix-Huit Rosado	1. José Ermírio 2. Antônio Jucá	
1. João Agripino 2. Heribaldo Vieira	1. Lopes da Costa 2. Antônio Carlos	
1. Aurélio Vianna	1. Dilton Costa	

PROJETOS DO EXECUTIVO

TITULARES	PSD	SUPLENTE
1. Wilson Gonçalves 2. José Guimard 3. Jefferson de Aguiar	1. Walfredo Gurgel 2. José Feliciano 3. Ruy Carneiro	
1. José Ermírio 2. Bezerra Neto	1. Mello Braga 2. Edmundo Levi	
1. João Agripino 2. Antônio Carlos	1. Daniel Krieger 2. Adolfo Franco	
1. Lino de Mattos	1. Aurélio Vianna	
1. Mem de Sá	1. Aloysio de Carvalho	

REDAÇÃO

PSD

TITULARES

1. Walfredo Gurgel
2. Sebastião Archer

SUPLENTE

1. Lobão da Silveira
2. José Feliciano

PTB

1. Dix-Huit Rosado

1. Edmundo Levi

UDN

1. Antônio Carlos

1. Eurico Rezende

BPI

1. Josaphat Marinho

1. Dilton Costa

RELAÇÕES EXTERIORES

PSD

TITULARES

1. Benedito Valladares
2. Filinto Müller
3. Menezes Pimentel
4. José Guilomard

SUPLENTE

1. Ruy Carneiro
2. Victorino Freire
3. Wilson Gonçalves
4. José Leite

PTB

1. Pessoa de Queiroz
2. Vivaldo Lima
3. Oscar Passos

1. Nelson Maculan
2. Antônio Jucá
3. Mello Braga

UDN

1. Antônio Carlos
2. José Cândido
3. Rui Palmeira

1. Padre Calazans
2. João Agripino
3. Mem de Sá

BPI

1. Aarão Steinbruch

1. Arnon de Mello

SAUDE

PSD

TITULARES

1. Sigefredo Pacheco
2. Pedro Ludovico

SUPLENTE

1. Walfredo Gurgel
2. Eugênio Barros

PTB

1. Dix-Huit Rosa

1. Antônio Jucá

UDN

1. José Cândido

1. Lopez da Costa

BPI

1. Miguel Couto

1. Lino de Mattos

SEGURANÇA NACIONAL

PSD

TITULARES

1. José Guilomard
2. Victorino Freire

SUPLENTE

1. Ruy Carneiro
2. Atílio Fontana

PTB

1. Oscar Passos
2. Silvestre Péricles

1. Dix-Huit Rosado
2. José Ermirio

UDN

1. Zacarias de Assunção
2. Irineu Bornhausen

1. Adolpho Franco
2. Eurico Rezende

BPI

1. Aarão Steinbruch

1. Josaphat Marinho

SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

PSD

TITULARES

1. Sigefredo Pacheco
2. Victorino Freire

SUPLENTE

1. José Feliciano
2. Filinto Müller

PTB

1. Mello Braga
2. Silvestre Péricles

1. Antônio Jucá
2. Dix-Huit Rosado

UDN

1. Padre Calazans
2. Aloysio de Carvalho

1. Antônio Carlos
2. Mem de Sá

BPI

1. Aurélio Vianna

1. Miguel Couto

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

PSD

TITULARES

1. Eugênio Barros
2. José Leite

SUPLENTE

1. Jefferson de Aguiar
2. José Guilomard

PTB

1. Mello Braga

1. Bezerra Neto

UDN

1. Lopez da Costa

1. Josaphat Marinho

BPI

1. Aarão Steinbruch

1. Irineu Bornhausen

COMISSÕES ESPECIAIS

A) Para Revisão do Projeto que define e regula a PROTEÇÃO AO DIREITO DO AUTOR

Criada em virtude do Requerimento nº 180-62 do Sr. Senador Milton Campos aprovado em 20 de janeiro de 1962.

Designada em 22 de novembro de 1962.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1963 em virtude do Requerimento número 793-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Constituída em 4 de janeiro de 1963, com a designação dos Senhores Senadores Vasconcelos Torres e Edmundo Levi.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento número 1.198-63 do Sr. Senador Menezes Pimentel aprovado em 15 de dezembro de 1963.

Membros (7) — Partidos

- Guilherme Marinho — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Heribaldo Vieira — UDN.
Milton Campos — UDN.
Vasconcelos Torres — PTB.
Edmundo Levi — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.

B) Para estudar a situação da CASA DA MOEDA

Criada em virtude do Requerimento nº 661-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, aprovado em 14 de agosto de 1963. Designada em 28 de agosto de 1963.

Prorrogada até 14 de março de 1964 por dias em virtude do Requerimento número 1.180-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (7) — Partidos

- Jefferson de Aguiar (Presidente) — PSD.
Wilson Gonçalves — PSD.
Arthur Virgílio — PTB.
Edmundo Levi — PTB.
Adolpho Franco — UDN.
Eurico Rezende (Vice-Presidente) — UDN.
Josaphat Marinho — S/legenda.
Secretário: Oficial Legislativo, PL-6, J. B. Castejon Branco.

C) Para o estudo dos efeitos da INFLAÇÃO E DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA E FISCAL SOBRE AS EMPRESAS PRIVADAS

Criada em virtude do Requerimento nº 531-63, do Sr. Senador Gouveia Vieira, aprovado na sessão de 2 de agosto de 1963.

Designada em 8 de agosto de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.181 de 1963 do Senador Senador Atílio Fontana, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

- Atílio Fontana — Presidente — PSD.
José Feliciano — (Vice-Pr.) — PSD.
José Ermirio — Relator — PTB.
Adolpho Franco — UDN.
Aurélio Vianna — PSD.
PL-3, Julieta Ribeiro dos Santos.

D) Para estudo das causas que dificultam a PRODUÇÃO ACRO PECUÁRIA e suas repercussões negativas na exportação

Criada em virtude do Requerimento nº 669-63 do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 20 de agosto de 1963.

Designada em 22 de agosto de 1963.

Prorrogada por 1 ano, em virtude do Requerimento nº 1.197-63 do Senador Senador Sigefredo Pacheco, aprovado em 15 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

- José Feliciano — PSD.
Sigefredo Pacheco (Vice-Pr.) — PSD.
José Ermirio (Presidente) — PTB.
Lopes da Costa — UDN.
Aurélio Vianna (Relator) — PSD.
Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10 Alexandre Marques de Albuquerque Mello.
Reuniões: 2ª e 4ª feiras às 14 horas.

E) Para efetuar o levantamento da PRODUÇÃO MINERAL DO PAÍS e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização

Criada em virtude do Requerimento nº 665-63 do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 18 de setembro de 1963.

Designada em 19 de setembro de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.159-63, do Sr. Senador Milton Campos, aprovado na sessão de 10 de dezembro de 1963.

Membros (9) — Partidos

- José Feliciano — PSD.
Atílio Fontana — PSD.
Eugênio Barros — PSD.
José Ermirio (Relator) — PTB.
Bezerra Neto — PTB.
Mello Braga — PTB.
Lopes da Costa — UDN.
Milton Campos (Presidente) — UDN.
Júlio Leite (Vice-Pr.) — PR.
Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10 Alexandre Marques de Albuquerque Mello.
Reuniões: 5ªs feiras às 16 horas.

F) Para estudar a situação dos TRANSPORTES MARÍTIMOS E FERROVIÁRIOS

Criada em virtude do Requerimento nº 753-63, do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 13 de novembro de 1963.

Designada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964, em virtude do Requerimento nº 1.182-63 do Sr. Senador Júlio Leite, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

- Atílio Fontana — PSD.
Sigefredo Pacheco — PSD.
José Ermirio — PTB.
Irineu Bornhausen — UDN.
Júlio Leite — PR.
Secretário: Oficial Legislativo, PL-10, Alexandre M. de A. Mello.

Para o estudo da situação do CENTRO TÉCNICO DE AERONÁUTICA E DA ESCOLA DE ENGENHARIA DE AERONÁUTICA, DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Eligida em virtude do Requerimento nº 168-63 do Sr. Senador Padre Calazans aprovado na sessão de 12 de novembro de 1963.

Completada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1963 em virtude do Requerimento nº 158-63 do Sr. Senador Adão Lúcia aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (5) - Partidos

Jose Feliciano - PSD.
Ruy Carneiro - PSD.
Antônio Jucá - PTB.
Padre Calazans - UDN.

Para o estudo das Mensagens do Poder Executivo referentes à REFORMA ADMINISTRATIVA

Eligida por iniciativa da Câmara de Deputados aprovada pelo Senado em 12 de 1963.

Memores (18) Partidos

Senadores:
Wilson Gonçalves - PSD.
Leite Neto - PSD.
Siqueira Pacheco - PSD.
Argemiro de Figueiredo - PTB.
Eduardo Levi - PTB.
Aquilino Franco - UDN.
João Agripino - UDN.
Aurelio Vianna - PSB.
Josephat Marinho - Sem legenda.

Deputados:
Gustavo Capanema (Presidente) - PSD.
Ademir Jurema - PSD.
Leite Viara - UDN (Substituto do deputado Arnaldo Nogueira).
Rui Dias - UDN.
Doutor de Andrade - PTB.
Arnaldo Cardella - PSP.
Juarez Favors - PDC.
Ewildo Pinto - MTR.

Para, no prazo de três (3) meses, proceder ao estudo das proposições que digam respeito à participação dos trabalhadores nos lucros das empresas.

MEMBROS

Senadores:
Bezerra Neto - Presidente.
Afonso Arinos - Vice-Presidente.
Jefferson de Aguiar - Relator.
Leite Neto.
Nelson Maculan.
Eurico Rezende.
Aurelio Vianna.
Secretária: Aracy O'Reilly de Souza.

COMISSÕES ESPECIAIS PARA O ESTUDO DE PROJETOS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Projeto de Emenda à Constituição nº 4/61

QUE DISPOE SOBRE VENCIMENTOS DOS MAGISTRADOS

Eligida em 27 de junho de 1961.

Prorrogada:

até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 609-61 apr. em 14 de dezembro de 1961.

até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 779-62 apr. em 12 de dezembro de 1962.

Lino de Matos - PTN.

até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.138-63 apr. em 16 de dezembro de 1963.

Completada em 29 de outubro de 1962, 15 de maio de 1963 e 23 de abril de 1963.

Membros (12) - Partidos

Jefferson de Aguiar - PSD.
Lobão da Silveira (23 de abril de 1963) - PSD.
Ruy Carneiro - PSD.
Benedicto Valadarez - PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - PSD.
Daniel Krieger - UDN.
Lopes da Costa (29 de outubro de 1962) - UDN.
Milton Campos (Vice-Presidente).
Heribaldo Vieira - UDN.
Rui Palmeira - UDN.

Silvestre Pericles (23 de abril de 1963).

Bezerra Neto (23 de abril de 1963) - PTB.
Afonso Celso - PTB.
Nogueira da Gama - PTB.
Barros Carvalho - PTB.
Aloysio de Carvalho (Presidente) - PL.

Mem de Sá - PL.
Josephat Marinho - S. legenda.

K) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/61

QUE DISPOE SOBRE AS MATÉRIAS DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO, INCLUINDO AS DE PROPRIEDADE EXONERAÇÃO DOS CHEFES DE MISSÃO DIPLOMÁTICA PERMANENTE, APROVAÇÃO O ESTABELECIMENTO O ROMPIMENTO E O REATAMENTO DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS COM PAÍSES ESTRANGEIROS).

Eligida em 1 de outubro de 1961.

Prorrogada:

até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 207-61 apr. em 14 de dezembro de 1961.

Completada em 29 de outubro de 1962 e 24 de abril de 1962.

Membros (16) - Partidos

Menezes Pimentel - PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - Presidente - PSD.
Lobão da Silveira - PSD.

Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) - PSD.

Guido Mondin (29 de outubro de 1962) - PSD.

Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - UDN.

Daniel Krieger - UDN.

Milton Campos (Vice-Presidente) - UDN.

Heribaldo Vieira - UDN.

Lopes da Costa - UDN.

Silvestre Pericles (23 de abril de 1963) - PTB.

Vivaldo Lima - PTB.

Amaury Silva (24 de abril de 1963) - PTB.

Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 de abril de 1963) - Relator - PTB.

Aloysio de Carvalho - PL.

L) Projeto de Emenda à Constituição nº 8/61

(SOBRE EXONERAÇÃO POR PROPOSTA DO SENADO DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA DE CARÁTER PERMANENTE).

Eligida em 5 de outubro de 1961.

Prorrogada:

até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 608-61 aprovado em 14 de janeiro de 1961.

até 15 de janeiro de 1963 pelo Requerimento 781-62 aprovado em 17 de dezembro de 1962.

até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.140-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 30 de março de 1962, 29 de outubro de 1962, 23 de abril de 1963.

Memores (16) - Partidos

Menezes Pimentel - PSD.
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) - Presidente - PSD.
Lobão da Silveira - PSD.
Jefferson de Aguiar (23 de abril de 1963) - PSD.

Guido Mondin (29 de outubro de 1962) - PSD.

Daniel Krieger - UDN.

Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - UDN.

Milton Campos - UDN.

Heribaldo Vieira (Vice-Presidente) - UDN.

Lopes da Costa - UDN.

Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 de abril de 1962) - Relator - PTB.

Bezerra Neto (23 de abril de 1963) - PTB.

Amaury Silva (23 de abril de 1962) - PTB.

Vivaldo Lima - PTB.

Aloysio de Carvalho - PL.

Lino de Matos - PTN.

M) Projeto de Emenda à Constituição nº 9/61

(QUE MODIFICA O REGIME DE DISCRIMINAÇÃO DAS RENDAS)

Eligida em 20 de novembro de 1961.

Prorrogada:

até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 600-61 aprovado em 14 de dezembro de 1961.

até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 782-62 aprovado em 12 de dezembro de 1962.

até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.141-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Memores (16) - Partidos

Jefferson de Aguiar (23 de abril de 1963) - PSD.

Menezes Pimentel - PSD.

Filinto Muller - PSD.

Guido Mondin (29 de outubro de 1962) - PSD.

Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) - PSD.

Daniel Krieger (Relator) - UDN.

Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - UDN.

Milton Campos - UDN.

Heribaldo Vieira - UDN.

Rui Palmeira - UDN.

Amaury Silva - 23 de abril de 1963) - PTB.

Barros Carvalho - PTB.

Argemiro de Figueiredo - PTB.

Bezerra Neto (23 de abril de 1963) - PTB.

Aloysio de Carvalho - PL.

Lino de Matos - PN.

N) Projeto de Emenda à Constituição nº 10/61

(APLICAÇÃO DAS COTAS DE IMPOSTOS DESTINADAS AOS MUNICÍPIOS)

Eligida em 28 de dezembro de 1962.

Prorrogada:

até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 783-62 aprovado em 12 de dezembro de 1962.

até 15 de dezembro de 1964 pelo Req. 1.142-63 aprovado em 10 de outubro de 1963.

Completada em 30 de março de 1962, 29 de outubro de 1962 e 3 de abril de 1963.

Membros (16) - Partidos

Jefferson de Aguiar - PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - PSD.
Ruy Carneiro - PSD.
Lobão da Silveira - PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) - PSD.
Milton Campos - UDN.
Heribaldo Vieira - UDN.
Lopes da Costa - UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) - UDN.

Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - UDN.

Silvestre Pericles (23 de abril de 1963) - PTB.

Nogueira da Gama - PTB.

Barros Carvalho - PTB.

Josephat Marinho (23 de abril de 1963) - S. leg.

Aloysio de Carvalho - PL.

Lino de Matos - PTN.

O) Projeto de Emenda à Constituição nº 11/61

(CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS)

Eligida em 28 de março de 1962.

Prorrogada:

até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 794-62 aprovado em 12 de dezembro de 1962.

até 15 de dezembro de 1964 pelo Req. 1.143-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 29 de outubro de 1962, 23 de abril de 1963 e 22 de julho de 1963.

Memores - Partidos

Jefferson de Aguiar - PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - PSD.
Ruy Carneiro - PSD.
Lobão da Silveira - PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) - PSD.
Milton Campos - UDN.
Heribaldo Vieira - UDN.
Lopes da Costa - UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) - UDN.

Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - UDN.

Silvestre Pericles (23 de abril de 1963) - PTB.

Nogueira da Gama - PTB.

Barros Carvalho - PTB.

Aloysio de Carvalho - PL.

Miguel Couto - PSP.

Cattete Pinheiro (23 de abril de 1963) - PTN.

P) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/62

OBRIGATORIEDADE DE CONCURSO PARA INVESTIDURA EM CARGO INICIAL DE CARREIRA E PROIBIÇÃO DE NOMEAÇÕES INTERINAS).

Eligida em 10 de maio de 1962.

Prorrogada:

até 15 de dezembro de 1962, pelo Req. 785-62 aprovada em 12 de dezembro de 1962.

até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 1.144-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 23 de abril de 1963.

Membros - Partidos
 Jefferson de Aguiar - PSD.
 Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - PSD.
 Ruy Carneiro - PS.
 Menezes Pimentel - PSD.
 Milton Campos - UDN.
 Heribaldo Vieira - UDN.
 Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - UDN.
 João Agripino (23 de abril de 1963) - Vice-Presidente - UDN.
 Daniel Krieger - UDN.
 Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) - PTB.
 Nogueira da Gama - PTB.
 Barros Carvalho - PTB.
 Aloysio de Carvalho - PL.
 Aurélio Viana (23 de abril de 1963) - Relator - PSB.

Q) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/62

(INSTITUIR NOVA DISCRIMINAÇÃO DE RENDAS EM FAVOR DOS MUNICÍPIOS).

Eleita em 23 de maio de 1962.
 Prorrogação:
 - até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 786-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962;
 - até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.145-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.
 Completada em 23 de abril de 1963.

Membros - Partidos
 Jefferson de Aguiar - PSD.
 Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - PSD.
 Ruy Carneiro - PSD.
 Lobão da Silveira - PSD.
 Leite Neto (23 de abril de 1963) - PSD.
 Milton Campos - UDN.
 Heribaldo Vieira - Vice-Presidente - UDN.
 Menezes Pimentel - PSD.
 Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - Relator - UDN.
 Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) - Presidente - PTB.
 Nogueira da Gama - PTB.
 Barros Carvalho - PTB.
 Aloysio de Carvalho - PL.
 Lino de Matos - PTN.
 João Agripino (23 de abril de 1963) - UDN.
 Daniel Krieger - UDN.

A) Projeto de Emenda à Constituição nº 3/62

(AUTORIZA O TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL A FIXAR DATA PARA A REALIZAÇÃO DO PLEBISCITO PREVISTO NA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4 - ATO ADICIONAL).

Eleita em 10 de julho de 1962.
 Prorrogação:
 - até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 787-62 aprovado em 12 de dezembro de 1962;
 - até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.146 aprovado em 12 de dezembro de 1963.
 Completada em 23 de abril de 1963.

Membros - Partidos
 Jefferson de Aguiar - PS.
 Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - PSD.
 Ruy Carneiro - PSD.
 Lobão da Silveira - PSD.
 Menezes Pimentel - PSD.
 Leite Neto (23 de abril de 1963) - PSD.
 Milton Campos - UDN.
 Heribaldo Vieira - UDN.
 João Agripino (23 de abril de 1963) - UDN.
 Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - UDN.
 Daniel Krieger - UDN.
 Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) - PTB.

Nogueira da Gama - PTB.
 Barros Carvalho - PTB.
 Mem de Sá - PL.

S) Projeto de Emenda à Constituição nº 5/62

(DISPÕE SOBRE A ENTREGA AOS MUNICÍPIOS DE 30% DA ARRECADACÃO DOS ESTADOS QUANDO EXCEDER AS RENDAS MUNICIPAIS).

Eleita em 13 de setembro de 1962.
 Prorrogação:
 - até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento nº 1.141-63 aprovada em 12 de dezembro de 1962;
 - até 15 de dezembro de 1964 pelo requerimento 1.147-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 23 de abril de 1963.
Membros - Partidos
 Jefferson de Aguiar - PSD.
 Ruy Carneiro - PSD.
 Lobão da Silveira - PSD.
 Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - PSD.
 Leite Neto (23 de abril de 1963) - PSD.
 Menezes Pimentel - Presidente - PSD.
 Milton Campos - UDN.
 Heribaldo Vieira - UDN.
 Josaphat Marinho (23 de abril de 1963) - Vice-Presidente - UDN.
 Daniel Krieger - UDN.
 Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 de abril de 1963) - UDN.
 Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - UDN.
 Nogueira da Gama - PTB.
 Barros Carvalho - PTB.
 Mem de Sá - PL.
 Miguel Couto (23 de abril de 1963) - PSP.

T) Projeto de Emenda à Constituição nº 6/62

(AUMENTA PARA QUATRO O NÚMERO DE REPRESENTANTES DOS ESTADOS E DO DISTRITO

Eleita em 13 de 62.
 Prorrogação:
 - até 15.12.63 pelo Requerimento 190-62 aprovado em 12.12.62;
 - até 15.12.64 pelo requerimento 1.148-63, aprovado em 16.12.63.
 Completada em 23.4.63.

Membros - Partidos
 Jefferson de Aguiar - PSD
 Ruy Carneiro - PSD
 FEDERAL NO SENADO)
 Lobão da Silveira - Relator - PSD
 Wilson Gonçalves (23.4.63) - PSD
 Menezes Pimentel - PSD
 Milton Campos - UDN
 Heribaldo Vieira - UDN
 Josaphat Marinho - (23.4.63) - UDN
 Daniel Krieger - UDN
 Eurico Rezende - (23.4.63) - Vice-Presidente - UDN
 Vaga do Senador Pinto Ferreira (23.4.63) - Presidente - PTB
 Nogueira da Gama - PTB
 Barros Carvalho - PTB
 Mem de Sá - PL
 Júlio Leite (23.4.63) - PR

U) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/62

(REVOGA A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4, QUE INSTITUIU O SISTEMA PARLAMENTAR DE GOVERNO E O ART. 61 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 18 DE SETEMBRO DE 1946).

Eleita em 6.12.62.
 Prorrogação:
 - até 15.12.63 pelo Requerimento 791-62, aprovado em 12.12.62;
 - até 15.12.64 pelo Requerimento 1.149-62 aprovada em 10.12.63.

Membros - Partidos
 Ruy Carneiro - PSD
 Pedro Ludovico - PSD
 Wilson Gonçalves (23-4-63) - PSD
 Benedito Valladares - PSD
 Milton Campos - UDN
 Heribaldo Vieira - UDN
 Eurico Rezende (23-4-63) - UDN
 Daniel Krieger - UDN
 João Agripino (23-4-63) - UDN
 Amaury Silva (23.4.63) - PTB
 Nogueira da Gama - PTB
 Barros Carvalho - PTB
 Mem de Sá - PL
 Raul Giuberti - PSP

V) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/63

(TRABALHO DE MULHERES E MENORES E TRABALHO EM INDÚSTRIAS INSALUBRES).

Designada em 23.4.63.
 Prorrogação até 15.12.64 pelo Requerimento 1.150-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros - Partidos
 Jefferson de Aguiar - PSD
 Ruy Carneiro - PSD
 Lobão da Silveira - PSD
 Wilson Gonçalves - Relator - PSD
 Menezes Pimentel - PSD
 Leite Neto - PSD
 Amaury Silva - PTB
 Bezerra Neto - Vice-Presidente - PTB
 Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB

W) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/63

(DIREITO DE PROPRIEDADE)
 Designada em 23.4.63.
 Prorrogação:
 - até 15.12.64 pelo Requerimento 1.151-63 aprovado em 10.12.63.

W) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/63

(DIREITO DE PROPRIEDADE)
 Designada em 23.4.63.
 Prorrogação:
 - até 15.12.64 pelo Requerimento 1.151-63 aprovado em 10.12.63.

Membros - Partidos
 Jefferson de Aguiar - PSD
 Ruy Carneiro - Presidente - PSD
 Lobão da Silveira - PSD
 Wilson Gonçalves - PSD
 Menezes Pimentel - PSD
 Heribaldo Vieira - Vice-Presidente - PSD
 Amaury Silva - PTB
 Bezerra Neto - PTB
 Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB
 Silvestre Péricles - PTB
 Artur Virgílio - PTN
 Eurico Rezende (23.4.63) - UDN
 Milton Campos - Relator - UDN
 João Agripino - UDN
 Josaphat Marinho - Sem Legenda
 Aloysio de Carvalho - PL

X) Projeto de Emenda à Constituição nº 3/63

(DISPÕE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL E MATÉRIA DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO).

Designada em 2.6.63.
 Prorrogação até 15.12.64 pelo Requerimento 1.152-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros - Partidos
 Jefferson de Aguiar - PSD
 Ruy Carneiro - PSD
 Lobão da Silveira - PSD
 Wilson Gonçalves - PSD
 Menezes Pimentel - PSD

Membros - Partidos
 Leite Neto - PSD
 Amaury Silva - PTB
 Bezerra Neto - PTB
 Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB
 Vaga do Senador Eduardo Catal - Vice-Presidente - PTB
 Vaga do Senador Eduardo A - Eurico Rezende - Presidente
 Milton Campos - UDN
 Daniel Krieger - UDN
 Aloysio de Carvalho - PL
 Josaphat Marinho - Relator
 Em Legenda

Y) Projeto de Emenda à Constituição nº 4/63

(CONCEDE IMUNIDADES AOS VEREADORES)

Designada em 20.6.63.
 Prorrogação até 15.12.64 pelo requerimento número 1.153-63 aprovado em 10.12.63.

Membros - Partidos
 Jefferson de Aguiar - PSD
 Ruy Carneiro - PSD
 Lobão da Silveira - PSD
 Wilson Gonçalves - PSD
 Menezes Pimentel - PSD
 Leite Neto - PSD
 Amaury Silva - PTB
 Bezerra Neto - PTB
 Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB
 Silvestre Péricles - PTB
 Adalberto Sena - PTB
 Eurico Rezende (23.4.63) - U
 Milton Campos - UDN
 Aloysio de Carvalho - PL
 Josaphat Marinho - Sem Legenda
 João Agripino - UDN

Z) Projeto de Emenda à Constituição nº 5/63

(DISPÕE SOBRE O IMPOSTO VENDAS E CONSIGNAÇÕES

Designada em 31.5.63.
 Prorrogação até 15.12.64 pelo requerimento número 1.154-63, aprovado em 10.12.63.

Membros - Partidos
 Jefferson de Aguiar - PSD
 Ruy Carneiro - PSD
 Lobão da Silveira - PSD
 Wilson Gonçalves - PSD
 Menezes Pimentel - PSD
 Leite Neto - PSD
 Amaury Silva - PTB
 Bezerra Neto - PTB
 Vaga do Senador Humb - PTB
 Argemiro de Figueiredo - PTB
 Eurico Rezende - UDN
 Milton Campos - UDN
 Daniel Krieger - UDN
 Aloysio de Carvalho - PL
 Josaphat Marinho - Sem Legenda

Z-1) Projeto de Emenda à Constituição nº 6/63

(INELEGIBILIDADE)

Designada em 4.10.63.
 Prorrogação até 15.12.64 pelo requerimento número 1.156-63, aprovado em 10.12.63.

Membros - Partidos
 Jefferson de Aguiar - PSD
 Ruy Carneiro - PSD
 Wilson Gonçalves - PSD
 José Feliciano - PSD
 Walfrado Gurgel - PSD
 Argemiro de Figueiredo - PTB
 Bezerra Neto - PTB
 Silvestre Péricles - PTB
 Edmund Levi - PTB
 Eurico Rezende - UDN
 Milton Campos - UDN
 Aloysio de Carvalho - UDN
 Afonso Arinos - UDN
 Josaphat Marinho - Sem Legenda
 Raul Giuberti - PSP
 José Leite - PR

Projeto de Emenda à Constituição nº 7/63

**REFERENCIA PARA A RE-
VIA DO MILITAR DA ATIVA
E CANDIDATAR A CARGO**
(O)

Redada em 2.10.63
Redada até 15.12.64 pelo Re-
querimento número 1.156-63, aprova-
do 10.12.63

Membros - Partidos

Jefferson de Aguiar - PSD
Carneiro - PSD
Wilson Gonçalves - PSD
Feliciano - PSD
Melo Gurgel - PSD
Melo de Figueiredo - PTB
Neto - PTB
Pericles - PTB
Levi - PTB
Rezende - UDN
Campos - UDN
de Carvalho - PL
Arimos - UDN
Marinho - Sem Legenda
Leite - PR

Projeto de Emenda à Constituição nº 8/63

Redada em 22.10.63
Redada até 15.12.64 pelo Re-
querimento número 1.157-63, aprova-
do 10.12.63

Membros - Partidos

Jefferson de Aguiar - PSD
Carneiro - PSD
Feliciano - PSD
Wilson Gonçalves - PSD
Neto - PTB
Levi - PTB
Figueiredo - PTB

Melo Braga - PTB
Eurico Rezende (23.4.63) - UDN
Aloysio de Carvalho - UDN
Afonso Arinos - UDN
Josaphat Marinho - Relator -
Sem Legenda
Aurélio Vianna - PTB
Julio Leite - PR

Z-4) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/64

(Eleição automática do Vice-Prie-
sidente com o Presidente da Repú-
blica)

Designada em 26.2.1964

Jefferson de Aguiar (PSD),
Ruy Carneiro (PSD),
Luiz de Souza (PSD),
Wilson Gonçalves (PSD),
Jose Feliciano (PSD),
Bezerra Neto (PTB),
Arthur Virgílio (PTB),
Antônio José (PTB),
Oscar Passos (PTB),
Antonio Carlos (UDN),
Aloysio de Carvalho (PL),
Eurico Rezende (UDN),
Milton Campos (UDN),
Josaphat Marinho (BPD),
Julio Leite (BPD),
Aurélio Vianna (BPD).

Z-5) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/64

(Da nova redação a alínea a, do
art. 101 e al item IX do art. 124 da
Constituição Federal a fim de esta-
belecer que sejam processados e jul-
gados nos crimes comuns:

- os membros do Congresso Na-
cional, pelo Supremo Tribunal Fe-
deral;

- Os membros das Assembleias Le-
gislativas, pelos Tribunais de Justiça).

Designada em 23.5.1964
Jefferson de Aguiar (PSD),
Antônio Baibino (PSD),
Wilson Gonçalves (PSD),
Ruy Carneiro (PSD),
Menezes Pimentel (PSD),
Edmundo Levi (PTB),
Bezerra Neto (PTB),
Arthur Virgílio (PTB),
Oscar Passos (PTB),
Afonso Arinos (UDN),
Milton Campos (UDN),
Eurico Rezende (UDN),
Aloysio de Carvalho (PL),
Josaphat Marinho (BPD),
Aurélio Vianna (BPD),
Aarão Steinbruch (BPD).

**COMISSÕES
PARLAMENTARES DE
INQUÉRITO**

**ORIADAS DE ACORDO COM O
ART. 53 DA CONSTITUIÇÃO E
O ART. 149 -ALÍNEA A DO RE-
QUERIMENTO INTERNO.**

1ª) Para apurar a aquisição,
pelo Governo Federal, dos
acervos de concessionárias
de serviços públicos e a
importação de chapas de
aço para a Cia Siderúr-
gica Nacional.

Origem pela Resolução número 11
de 1963 assinada pelo Senhor Nelson
Maculan e mais 28 Senhores Sena-
dores apresentada em 30 de maio de
1963

Designada em 31 de maio de 1963
- Prazo - 120 dias, até 28 de se-
tembro de 1963.

Prorrogada:

- Por mais 120 dias, em virtude
da aprovação do Requerimento nú-
mero 656-63 do Senhor Senador João
Agripino, na sessão de 18 de setem-
bro de 1963 (21 horas),

- por mais um ano em virtude da
aprovação do Requerimento número
1.173-63, do Senhor Senador Leite
Neto, na sessão de 12 de dezembro
de 1963

Membros - Partidos

Jefferson de Aguiar - PSD
Leite Neto (Presidente) - PSD
Nelson Maculan - PTB
João Agripino (Relator) - UDN
Josaphat Marinho - Sem Legenda

2ª) Para apurar fatos aponta-
dos da tribuna do Senado
e outros, relacionados com
irregularidades graves e
corrupção no Departamen-
to de Correios e Telégrafos

Origem pela Resolução número 22
de 1963 assinada, pelo Senhor Jef-
ferson de Aguiar e mais 33 Senhores
Senadores apresentada na sessão de
30 de outubro de 1963).

Prazo - até o fim da sessão legis-
lativa de 1963

Prorrogada por 90 dias (até 15 de
março de 1964) em virtude do Re-
querimento número 1.163-63 do Se-
nador Senador Wilson Gonçalves
aprovado na sessão de 10 de dezem-
bro de 1963 (21.20).

Designação em 6 de dezembro de
1963

Membros (11) - Partidos
Jefferson de Aguiar - PSD
Leite Neto - PSD
Antônio Fontana - PSD
Wilson Gonçalves - Presidente -
PSD

Arthur Virgílio - PTB
Bezerra Neto 8.11.63 - Vice-Pre-
sidente - PTB

Melo Braga - PTB
João Agripino - UDN
Daniel Krieger - UDN

Eurico Rezende (23.4.63) - UDN
Aurélio Vianna - PSD
Secretário A. Agripino - Legislativo,

11-9, J. Ney Passos Dantas